

Lúcia Helena Gaeta Aleixo

VOZES NO SILÊNCIO:

Subordinação, Resistência e Trabalho em Mato Grosso - 1868-1930

*Tese de doutoramento apresentada ao
Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo.*

Orientador: Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda.

SÃO PAULO

1991

Aos meus pais,

Pape e Isa

Para
Germano,
Gabriel,
Fernanda e
Larissa

LISTA DE ABBREVIATURAS

- APEHT* - *Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.*
- NDIHR* - *Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.*
- UFMT* - *Universidade Federal de Mato Grosso.*
- RINGB* - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*
- RINGSP* - *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.*

S U M Á R I O

	PÁGINA
LISTA DE ABREVIATURAS	v
AGRADECIMENTOS	ix
INTRODUÇÃO	xiii
I - PARTE - A CONQUISTA DA TERRA -	
CAPÍTULO - I	
O CONTEXTO E A FORMA: PERFIL DA SOCIEDADE MATO-GROSSENSE	2
1 - A VISÃO DO SERTÃO	3
1.1 - A COMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE	7
1.2 - PROPRIEDADE, POLÍTICA E PODER	21
2 - A CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA	29
CAPÍTULO - II	
A ORDEM E A RACIONALIDADE DA DOMINAÇÃO	42
1 - A SAGA DA CONQUISTA	44
2 - A UTILIDADE DO PODER	77
3 - AS FASES DA DOMINAÇÃO	64

II - PARTE - A CONSOLIDAÇÃO DA POSSE -	
CAPÍTULO - III	
A SUBORDINAÇÃO E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES DAS USINAS DE AÇÚCAR	95
1 - GENESE DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA	100
2 - ASPECTOS GERAIS DAS USINAS	106
3 - TRABALHO E PODER	115
4 - TRABALHO E RESISTÊNCIA	131
CAPÍTULO - IV	
A SOCIEDADE SE ORGANIZA	139
1 - ESTRATÉGIAS DE SUBORDINAÇÃO E CONTROLE	144
1.1 - MEDIDAS DISCIPLINADORAS	
1.1.1 - COERÇÃO JURÍDICO - POLICIAL	
1.1.2 - CONTROLE DE TEMPO	158
2 - FOCOS DE RESISTÊNCIA	176
2.1 - O BANDITISMO	177
2.2 - AS ASSOCIAÇÕES E OS GRÊMIOS	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
ANEXOS	198
FONTES E BIBLIOGRAFIA	215

AGRADECIMIENTOS

Grças ao auxílio de muitas pessoas, tornou-se possível este trabalho. Destaco, entre elas, a ajuda do Professor Doutor José Jobson de Andrade Arruda. Acreditando em minha potencialidade como pesquisadora, aceitou orientar esta tese.

Aos Professores Vera Lúcia e Antônio Pena Alves, interlocutores valiosos que incentivaram com sugestões e críticas externo sinceros agradecimentos.

Ao Heitor, Ruth, Luzinete, funcionários do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, de quem encontrei compreensão e espírito de solidariedade, meus débitos e gratidão.

Deixo aqui registrado o apoio prestado pelos meus amigos e companheiros do NDIHR e do Departamento de História.

Certamente este trabalho não teria sido concluído sem a ajuda diuturna de Germano, meu companheiro de muitos momentos. Dele recebi o estímulo e as correções críticas necessárias para a redação final do trabalho.

A Glória e Iaci, que abriram para a pesquisa os valiosos registros sob sua guarda, agradeço a generosa compreensão.

Padre Pedro Cometti, amigo carinhoso de todas as horas, minimizou minhas buscas favorecendo o acesso ao valioso acervo do Instituto de Pesquisa Histórica D. Aquino Correa.

Gostaria de registrar, ainda, o quanto me fazem falta as conversas com Rubens de Mendonça, historiador e amigo.

Luis Philippe Pereira Leite foi-me de grande valia pelas indicações e pistas fornecidas.

Agradeço aos meus pais, Pepe e Isa, pelo estímulo à busca de minhas raízes.

Na realização desta tese, contei com a bolsa de estudos concedida pela CAPES, através do Programa Institucional de Capacitação Docente.

Hipoteco aqui minha gratidão a Lola, pela sua compreensão amiga e dedicada.

Em não poucos momentos, foi importante o apoio irmão de Didi e Abdala, Maria e Arnaldo, Joeli e Artur, Regina e Sérgio, Júnior, Stela e Geraldo, Telma e Fran.

À ALFEMA, responsável pelas condições materiais que viabilizaram a conclusão da pesquisa, meus agradecimentos nas pessoas de Alceu, Tera e Alceu Júnior.

O carinho de meus filhos Gabriel, Fernanda e Larissa, permitiu levar adiante este trabalho.

A relação exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismos mútuos. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, que estão relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal.

E. P. Thompson.

INTRODUÇÃO

"Vozes no Silêncio: Subordinação, Resistência e Trabalho em Mato Grosso (1888 - 1930)". Sob esta epígrafe, intentei reportar-me à fala de Bento Rafael, trabalhador de usina de açúcar, ao relatar o seu cotidiano em Aricá. Seu depoimento nos conduz, forçosamente, a identificá-lo como um sujeito da história mato-grossense. Não é demais insistir: o termo "sujeito" deve revestir-se de um caráter profundo. Mais detalhando: sujeito é o ser, dotado de qualidades, que, ao praticar determinadas ações, impõe o início de um novo processo, revitaliza o que estava latente, instaura um pensar e um agir diversos dos predominantes. De forma convergente, assim também entendemos o postulado do historiador inglês E.P.Thompson, ao demonstrar a importância da classe trabalhadora como sujeito da própria história. (1) Em Mato Grosso, indivíduos como Bento Rafael foram capazes de fazer história. Suas atitudes em face das imposições, colocadas pela sociedade capitalista e seu regime de trabalho, levam-nos a compreender seu silêncio consciente, suas ações para a constituição de entidades de resistência política, propiciando a transformação de suas vidas. Outra vez mais, recorro dos ensinamentos de E.P.Thompson. Este historiador vê, nos trabalhadores, agentes históricos, quando se constituem como classe, lutando contra as ações autoritárias dos dominadores, buscando nova proposta de vida. (2)

(1) - E.P.Thompson. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, vol. 3.

(2) - *Idem*, *Ibidem*.

Calar, nesta sociedade, era a forma correta de enfrentar a dominação e continuar sobrevivendo. Por vezes, usava-se o silêncio como um instrumento que levaria à definição de novos papéis. Alguns trabalhadores, no entanto, contrariando o depoimento de Bento Rafael, romperam o silêncio, lutaram contra a arbitrariedade. Eles se excederam, na visão dos proprietários e administradores, rebelaram-se contra a dominação, impondo resistência ao controle e à violência, atuando como membros da classe trabalhadora, lutaram contra as atitudes autoritárias, organizaram-se, criaram entidades de resistência política. Em assim agindo, este homem foi senhor do próprio destino, sujeito da própria história.

As vozes, que se levantaram contra a dominação, estiveram presentes ao longo da história mato-grossense.

Estado de vastas proporções, serviu inicialmente à Metrópole portuguesa como instrumento capaz de produzir acumulação de capital, através da exploração aurífera e do comércio. Revendo Fernando A. Novais, compreendemos a importância do Pacto Colonial como mantenedor da exploração colonial, visando à acumulação de capital para a burguesia metropolitana. (3) Deste modo, Mato Grosso se integrou ao sistema colonial, produzindo ouro para a consolidação da estrutura colonial. Servindo-se aos interesses da coroa, os

(3) - Fernando A. Novais. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial.

colonos iniciaram o processo de dominação. Os indígenas foram, nesta trajetória, os primeiros a ser colocados adiante do conquistador.

Essa resistência tinha por objetivo, preservar sua integridade como nação organizada. Sua voz perseguiu o dominador durante todo o processo de ocupação do sertão.

Acompanhando a colonização, veio o homem pobre e livre. Os trabalhos de Emília Viotti da Costa, Raymundo Faoro e Caio Prado Júnior, identificam-no como "desclassificado e marginal social". (4)

Seguindo a trilha de Maria Sylvia de Carvalho Franco, precursora na análise sobre o homem livre, encontramos um outro trabalho que dá consistência ao estudo deste homem e lhe confere conteúdo. Referimo-nos à obra de Laura de Mello e Souza. Fazendo-nos compreender os desclassificados sociais à luz do processo de desclassificação que os engendrou, leva-nos a conhecer a pobreza derivada da exploração do ouro em Minas Gerais. (5) Em Mato Grosso, este homem foi colono e serviu aos interesses da coroa portuguesa, tendo sua utilidade comprovada pelas autoridades coloniais.

(4) - Emília Viotti da Costa, *Primeiros Povoadores do Brasil*, Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*. Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*.

(5) - Maria Sylvia de Carvalho Franco: *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. Laura de Mello e Souza: *Os desclassificados do Ouro, A Pobreza Mineira no século XVIII*.

Enviado nas bandeiras, era usado para combater os índios e espanhóis, bem assim defender as fronteiras e a posse de terra.

Rolim de Moura, primeiro governador da Capitania de Mato Grosso, viu-se cercado destes pobres e, com eles, conseguiu estender os domínios de Portugal até as terras pertencentes à Espanha.

Dentro do processo de administração, ora aliados, ora inimigos, avançaram até o século XIX, e, como Laura de Mello e Souza sugere, eram úteis e ao mesmo tempo onerosos à administração colonial. (6)

A saída encontrada, para manter esta população ao longo de século XIX, foi a de transformá-la em mão-de-obra passível de ser utilizada em atividades que levassem adiante o processo produtivo.

Desta maneira, foi ele usado como garimpeiro, seringueiro, vaqueiro, ervateiro, jagunço, capanga e lavrador.

Trilhando os mais diversos caminhos, foram conduzidos pelo capital a um processo de pauperização crescente e expropriador do uso da terra. Isto principalmente pela relação que o capital e o trabalho, em Mato Grosso, se vincularam à constituição da grande propriedade e à produção para a exportação.

(6) - Op. Cit. Pág. 216.

Mecanismos de controle foram empregados para manter o trabalhador ligado à produção. O recurso do poder político caracterizou um instrumento extremamente eficaz para que esta situação se consolidasse. A busca de vários instrumentos de controle fez parte da ação de muitos proprietários - integrar o homem na vida da fazenda, transformá-lo em aliado quando necessário, coagir através da dependência. Desde ações paternalistas, até a utilização do castigo corporal, tudo se constituiu meio eficiente para controlar as ações do trabalhador.

Acostumados à escravidão, os proprietários lançaram mão de violência como meio de controle e subordinação, para melhor explorar a força de trabalho existente. Apoiados pela ação repressora da polícia, pelos discursos moralizadores, pela ideologia do trabalho, ordenaram a mão-de-obra existente, encaminhando-a para o trabalho assalariado.

Subjugados pela necessidade de manutenção dos níveis mínimos de subsistência, os homens pobres se curvaram às imposições das regras patrocinadas pelo jogo do poder.

Em algumas atividades, os proprietários não se preocupavam em usar abertamente a força do chicote. Em vez do discurso persuasivo, grassava o coercitivo. Em contrapartida, muitos trabalhadores se organizaram e foram estas vozes que quebraram o silêncio. Transformaram seus portadores em interlocutores do silêncio, em sujeitos de sua história. É por

esta vertente que procuramos visualizar o trabalhador mato-grossense. A propósito, Engels havia escrito em *A Sagrada Família*: "A História não faz nada, não possui uma riqueza imensa, não dá combates; é o homem, o homem real e vivo que faz tudo isso e realiza combates; estejamos seguros de que não é a história que se serve do homem como de um meio para atingir - como se ela fosse uma personagem particular - seus próprios fins; ela não é mais que a atividade do homem que persegue os seus objetivos". (7)

O homem é visto como produtor de sua própria história, responsável pelas suas transformações.

Ao registrarmos as diversas formas de resistência dos trabalhadores, em face das ações de violência dos proprietários, demonstramos sua ação como sujeitos engajados numa luta capaz de fomentar mudanças de cunho político e social.

Nosso estudo se insere no momento onde as transformações têm um significado especial para as dimensões econômicas, políticas e sociais.

O fim da escravidão trouxe, em seu bojo, sérios problemas para o mercado local. Sem grandes perspectivas no tocante à implantação de mão-de-obra estrangeira, Mato Grosso teve que formar um contingente de trabalhadores capaz de suprir, de imediato, as expectativas da produção mercantil. Para tanto, acelerou o processo de expropriação de terra quanto à mão-de-

(7) - F. Engels. *A Sagrada Família*, Pág. 131.

obra aí existente e impôs um dinamismo característico às novas condições postas pelo mercado.

A produção açucareira e a criação de gado implementaram condições para o fortalecimento da grande propriedade e o aparecimento dos coronéis que assumiam as posições de comando no governo estadual. (B)

Mudanças foram ocorrendo durante as primeiras décadas do século XX, e os trabalhadores começaram a demonstrar seu descontentamento por força dos baixos salários e constantes demissões. Algumas categorias de trabalhadores se uniram e formaram associações e grêmios, usando-os como forma de luta. Estas, no entanto, eram limitadas por uma série de fatores já elencados por Boris Fausto, cujo trabalho analisa as origens do movimento operário quando dos primeiros anos do século XX.

O estabelecimento do Estado Novo promoveu o enfraquecimento dos coronéis. Bem mais. A relação contratual existente entre o empregado e o empregador deixou de existir. Por assim, o Estado passou a intervir nesta relação.

A documentação utilizada se circunscreveu à oficial, que continha dados atinentes às diversas camadas sociais. Ocupamo-nos da correspondência oficial e administrativa das

(B) - A respeito, ver Walmir Batista Correa. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: (1889 - 1943)* e Maria Manuela Renha de Novis Neves. *Elites Políticas Mato-Grossenses. Competição e Dinâmica Partidária Eleitoral (1945 - 1965)*.

autoridades, bem assim os relatórios dos administradores e os registros cartoriais, a maioria destes manuscritos.

Recorremos também a documentos impressos, portadores de informações sobre administração e política, desde que, nas entrelinhas, fornecessem dados de revelância considerável para o tema proposto. Nas fontes cartoriais, inteiramo-nos dos ricos conteúdos respeitantes à relação empregado e empregador, preenhes de detalhes que não poderiam deixar de ser analisados.

Não nos furtamos à tarefa de colher depoimentos de pessoas que participaram dos diversos momentos da história mato-grossense. A narrativa de Bento Rafael revelou-se de uma lucidez e perspicácia impressionantes. Pontilhada de reminiscências dolorosas e sofridas, levou-nos a conhecer o dia-a-dia de um trabalhador braçal. Seu testemunho representou uma fonte documental extremamente importante para o estudo da resistência e violência na economia açucareira.

Confrontados com outros documentos, estes relatos puderam ser transformados em documentos confiáveis e passíveis de ser usados como fontes. (9)

Quanto à periodização, tomamos como marco inicial o ano de 1888, quando eclodiu a abolição da escravidão. Em razão disso, um novo estatuto do trabalho se instaurava em nossa sociedade. Mais ainda. Configurava-se outra atitude diante da

(9) - Jacques Le Goff. História e Memória, Pág. 476.

mão-de-obra existente no país. Procuramos esquadriñar como se consolidou o mercado de trabalho livre em Mato Grosso, sem descurar a pressão, a violência e os estatutos de subordinação empregados para submeter este homem ao assalariamento.

A resistência de que os trabalhadores se socorriam, revelou-se outro elemento de interesse desta análise.

A outra baliza de nosso estudo ancora no final da década de 1930, quando se processam, no país, sérias transformações sócio-econômicas e políticas. Mato Grosso, neste momento, também se viu aturdido por estas mudanças.

Tomando por empréstimo as colocações de Laura de Mello e Souza, no tocante à periodização, (10) acreditamos que seja necessário compor um painel do processo e, por isso, também voltar ao século XVIII, com vistas a traçar um quadro mais completo sobre o processo de subordinação e resistência em Mato Grosso.

Doutra forma dizendo, isto nos obrigou a utilizar amplos espaços de tempo.

Outro aspecto merece ser enfatizado: respeito à historiografia regional. Em Mato Grosso existe, ainda hoje, grande carência de trabalho históricos, que se façam mais completos, de estudos que não se limitem a meras crônicas de acontecimentos político-administrativos. Grande parte das

(10) - Op. Cit. Pág. 16.

publicações foi elaborada a partir de instrumentais que norteavam os trabalhos produzidos pelos membros do Instituto Histórico. Estes estudos, a despeito da riqueza de detalhes, privilegiam a descrição e a dimensão linear dos fatos, sem uma análise acurada das questões levantadas. Assim sendo, as publicações nos fornecem visões fragmentadas da realidade, não permitindo compreender os momentos e as transformações que se processaram no interior desta sociedade. (ii)

Não obstante o avanço nas pesquisas e trabalhos produzidos no âmbito da universidade, os estudos se restringem a certas áreas ou períodos, impossibilitando o conhecimento global da sociedade. As visões continuam sendo parciais e o seu

- (ii) - Dentre estes trabalhos podemos citar:
Virgílio Correa Filho. *Indústrias Mato-grossenses*, Monografias Cuiabanas. R.J. S/Ed. 1945.
História de Mato Grosso. Rio de Janeiro, INL, 1969.
Estevão de Mendonça. *Datas Mato-grossenses*. Goiania. Ed. Rio Bonito, 1973. *Quadro Corográfico de Mato Grosso Cuiabá*. Esc. Prof. Salesianas, 1908.
Rubens de Mendonça. *História do Comércio de Mato Grosso*. Goiania, Ed. Rio Bonito, 1973. *Histórias das Revoluções em Mato Grosso*. Goiania, Ed. Rio Bonito 1970.
Lenine de Campos Póvoas. *O Ciclo de Açúcar e a Política em Mato Grosso* s/ed. s/d. *Influências do Rio da Prata em Mato Grosso*; *História da Cultura Mato-grossense*. Cuiabá, s/ed. 1982. *História da Cultura Matogrossense*. Cuiabá s/ed. 1982. Luis Philipe-Pereira Leite. *Vila Maria de Meus Amores*. S/L. S/Ed. 1978.

universo se faz muito restrito. (12)

Perseguindo os meus objetivos, penetrei na História de Mato Grosso, ficando atenta às manifestações de resistência que pudessem transformar esta sociedade.

- (12) - Destacamos os trabalhos de:
- João Mariano de Oliveira. À esperança vem na frente. Tese Mestrado USP, 1983.
 - Maria de Fátima Gomes Costa. Langue Nova: A Dimensão Política de Movimento Religioso. Mato Grosso (1930-1934) Brasília, UNE, Mestrado 1987.
 - Maria de Lourdes Bandeira. Território Negro em Espaço Branco. Ed. Brasiliense, 1988.
 - Maria Manuela Renha de Novis Neves. Elites Políticas Mato-grossense. Cometicção e Dinâmica Partidário-Eleitoral. Tese Mestrado, IUPERJ, 1988.
 - Walmir Batista Correa. Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1945), Doutorado FFLCH/USP.
 - Regina Beatriz Guimarães Neto. Á Lenda do Ouro Verde. Campinas Unicamp, dissertação de Mestrado, 1986.
 - Tomás de Aquino Boaventura. Á política externa brasileira na concessão do Visconde do Rio Branco. Brasília, UNE/ICA, dissertação de Mestrado, 1986.
 - Alcir Lenharo. Crise e mudança na frente oeste de colonização. Cuiabá Proedi/UFMT, 1982.
 - Alfredo da Mata Menezes. Solano Lopes. O Partido Branco e a Guerra do Arauaçu. M. Orleans. Tulane, University, 1986.
 - Lucia Helena Gueta Aleixo, Mato Grosso: Trabalho escravo = Trabalho livre (1850 - 1888), Divisão de documentação MF, 1980.
 - Luiza Rios R. Volpato. Á Conquista da Terra no Universo da Ebreza. São Paulo, Hucitec, 1987. Os Cativos do Sertão. Vida Cotidiana e Escravidão em Cuiabá - 1850 - 1888. Tese Doutoramto FFLCH/USP, 1990.

I - PARTE - A CONQUISTA DA TERRA -

CAPÍTULO I

O CONTEXTO E A FORMA: PERFIL DA SOCIEDADE

"A bordo da melhor volta do rio, o mais alegre está um campo de uma légua pequena de comprimento e outra de largo que parece de molde para servir de logradouro à vila, assim pelo cômodo de poderem os moradores trazer a sua vaca e o seu cavalo, como por ter campo, bastantes capões de mata, que com facilidades e abundância darão lenha à vila e ainda madeiras."

Antônio Rolim de Moura. (1)

Para melhor situarmos a questão da subordinação da e da resistência entre os trabalhadores mato-grossenses, necessário se faz conhecer as especificidades sócio-políticas e econômicas desta região.

Tendo todas as suas atividades econômicas voltadas para a exploração de seus recursos naturais, Mato Grosso se manteve, durante todo o século XIX, ausente do processo de desenvolvimento que começava a despontar no sudeste do país.

Isto se deve ao fato de ter estado atrelado, desde a sua ocupação, à economia mercantil que controlava todo o movimento econômico do Brasil Colonial.

(1) - D. Antônio Rolim de Moura - Correspondências - Vol. I
Pág. 66

1) A VISÃO DO SERTÃO

Inicialmente, foi Mato Grosso capitania produtora de ouro, transformando-se em importante núcleo catalisador de riquezas.

Em 1749, D. Antônio Rolim de Moura recebia instruções reais para criar a Capitania de Mato Grosso e fundar sua capital em sítio vizinho ao rio Guaporé. Assim se expressava a Rainha:

"Por ter entendido que Mato Grosso é chave e o propugnáculo do Brasil pela parte do Perú, e quanto é importante por esta causa que naquele destrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito ordenei se fundasse naquela paragem uma vila, e concedi diversos privilégios e isenções para convidar a gente que ali quizesse ir estabelecer-se e que para decência do governo e pronta execução das ordens levantasse uma companhia de dragões e ultimamente determinei se erigisse Juiz de Fora no mesmo distrito." (2)

O texto é bastante claro no que se refere aos interesses metropolitanos. A defesa do território ocupado,

(2) Carta Régia de 12 de Maio de 1798 - Sobre a Civilização dos índios.

impedindo o avanço dos espanhóis, além de constituir um dos objetivos da Coroa, também insinuava a relevância que a proximidade com o Peru representava para a economia metropolitana. As descobertas das minas de Prata pelos espanhóis, no Peru, não deixavam de ser aventadas como fator preponderante para esta região. (3) Havia, ainda, a possibilidade de que novas lavras fossem descobertas e sua posse deveria ser assegurada para a Coroa Portuguesa.

O texto das Instruções Régias a Rolim de Moura acrescentava ainda:

"deveis defender as terras que meus vassallos tiverem descoberto e ocupado e impedir que os espanhóis se adiantem para a nossa parte; mas promover descobrimentos e a posse do que puderdes"... (4)

A defesa da posse era fundamental. Com este intuito, a Capitania havia sido fundada objetivando alargar o território português com vistas à produção de riquezas minerais.

Notamos, por acréscimo, que as Instruções se preocupavam em definir a pronta administração colonial, mandando que se criasse de imediato a Companhia de Dragões e se instalasse

(3) - Alcir Lenharo. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização*, Pág. 10. "A prata por sua vez, era contrabandeada das províncias espanholas, quase sempre sob incentivo das autoridades portuguesas, que sabiam de sua importância para a circulação monetária na própria metrópole".

(4) - Carta Régia de 12 de Maio de 1798 sobre a Civilização dos índios.

o Juiz de Fora. Estas duas medidas demonstravam a intenção da Coroa em manter a sua política de instaurar a administração antes mesmo da ocupação da terra. Administração precedendo a formação da cidade. (5)

Com a criação da Companhia de Dragões, deduzimos que a metrópole tinha dois propósitos básicos. O primeiro concerne à proteção que este corpo militar deveria dar ao governador da Capitania, assegurando a posse dos domínios recém-ocupados, defendendo de um possível ataque dos espanhóis. O outro propósito era manter a ordem, demonstrando aos mineiros, que ocupavam o povoado mais próximo, a presença da disciplina através da força armada. Por sem dúvida, era necessário que o Governador mostrasse o seu poder e desde cedo impusesse a sua força disciplinadora aos mineiros que se escusavam, neste momento, do controle administrativo. (6)

Tanto promessas de isenções fiscais como o perdão de dívidas, o governador os fazia para aliciar um maior contingente de trabalhadores para a Capital de Mato Grosso. (7)

(5) - Raymundo Faoro. *Os Donos do Poder. Formação do Patro-nato Brasileiro*. 2a. ed. Pág. 58

(6) - José Barbosa de Sá. *Relações das Povoações do Cuyabá e Mato Grosso De Seus Principios The os Presentes Tempos*, Pág. 13

(7) - D. Antônio Rolim de Moura. *Correspondências Vol. I* Pág. 31

"Só com os privilégios, e inserções que dito Senhor Ihe concede porque ainda que muitos, e grandes, contudo a conveniência que fazem aos moradores, não basta a contrabalançar as extraordinárias despesas, a que os obriga o seu transporte, e ainda mais a distância naquelas minas e só poderão mover alguns moradores destas, que também pela decadência em que se acham tão necessita... se lhes dê a mão."

Era prioritário manter povoada a região. Assim não sendo, impossível impedir o avanço dos espanhóis e garantir a posse da terra.

Com minguados recursos, sofrendo com a falência da produção aurífera, Rolim de Moura se queixava a Francisco Xavier de Mendonça Furtado:

"essas coisas todas se fazem muito custosas pela grande falta que há de ouro e de gente que há nesta capitania, e me é necessário em tudo, como lá dizem, andar metendo agulhas por alfinete"(8)

No entanto, nem todos se lastimavam da falta de recursos. Os comerciantes e os fornecedores de víveres para a Capital Vila Bela iam aos poucos se enriquecendo com o alto valor alcançado por suas mercadorias.(9)

Em 1752, a Vila começou a produzir parte de seus próprios mantimentos, podendo sustentar-se sem a importação de

(8) - Citado por Carlos Francisco Moura na Biografia de Antônio Rolim de Moura, Pág. 60

(9) - Virgílio Correa Filho. História de Mato Grosso - pág. 325. "As monções eram obrigadas a chegar ao porto de Cuiabá donde regressavam, para infletir pelo Paraguai e Jauru, quando se destinavam aos arraiais guaporeanos.

Por isso, "uma carga de três arrobas do Rio de Janeiro postas nestas minas paga 17 oitavas", assegurava o governador, que ainda esclarecia ser o dobro do frete que pagavam os negociantes de Cuiabá.

Dai se causava a diferença dos preços.

No Cuiabá custa uma alavanca 2 oitavas; aqui 5.

No Cuiabá um libra de aço 1/2 por saca de ouro aqui a 12v.

No Cuiabá custa um barril de pólvora 1/2 oitava, aqui 2 1/2 a 3 v.

No Cuiabá custa um barril de sal 9 oitavas; aqui 24".

alguns produtos básicos, como carne, farinha, arroz e milho. (10)

A população de Vila Bela foi crescendo. Por volta do ano de 1800, detinha a Capitania cerca de 24.000 almas, distribuídas entre livres e escravos, conforme informações fornecidas por Ricardo Franco. (11)

Com este montante de população, a Capitania consolidava as suas ocupações territoriais e mantinha afastada a ameaça dos ataques espanhóis sobre Mato Grosso.

Não foram poucos os choques com os espanhóis nas áreas fronteiriças. (12) Para conter estas investidas, o governo colonial pontilhou toda a região da fronteira com fortes e companhias militares. Mobilizou a população dos núcleos de fronteira, aliciou índios, treinou os negros escravos, fundou vilas condensadoras de população, capazes de enfrentar os espanhóis e testemunhar a posse portuguesa. (13) Somente no final do século XVIII, o território mato-grossense estava amplamente ocupado.

1.1) A COMPOSIÇÃO DA SOCIEDADE:

A vida da Capitania girou em função de dois fatores - a produção aurífera e a defesa de sua fronteira. Sendo

(10) - D. Antônio Rolim de Moura. Correspondência. Vol. 1 pág. 100

(11) - Ricardo Franco de Almeida Serra. Memória ou Informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso em 31 de Janeiro de 1800.

(12) - Virgílio Correa Filho. História de Mato Grosso, Pág. 382

(13) - Luiza Rios Ricci Volpato. A conquista no Universo da Pobreza.

assim, a sociedade mato-grossense se formou do afluxo de população que vinha, ou à busca do ouro, ou atendendo aos apelos do governo como povoadores da fronteira.

Rolim de Moura, em Carta a Diogo de Mendonça Corte Real, datada de julho de 1751, assinalava:

"Na Instrução que sua Magestade foi servido mandar-me quando vim para este Governo se me ordena considere os mais privilégios e isenções que sem inconveniente poderão acrescentar-se para convidar moradores e mineiros a irem povoar o território do Mato Grosso.

Para este intento me parece poderá ter algum lugar conceder-lhe sua Magestade o privilégio couto pelo tempo que for servido para que os criminosos possam de qualquer parte recolher-se áquele Distrito e chamar as suas culpas para ali se livrarem sendo obrigados depois disso por esta mercê a residirem três anos no mesmo lugar: E ficando incursos em pena de degredo ou morte civil este se lhe comuta à proporção em mais anos de residência". (14)

Chamar toda espécie de pessoas, mesmo criminosos, para povoar as minas de Mato Grosso, concedendo certos privilégios, foi ato de extrema necessidade, pois era muito

(14) - D. Antônio Rolim de Moura, *Correspondências*, Vol. 1, Pág. 36.

grande a dificuldade de atrair população para áreas comprovadamente insalubres e repletas de índios bravios.

Com uma atividade econômica itinerante e provisória, a população presenciava continuamente o esgotamento de seus veios auríferos, que punham fim em seus empreendimentos.

Os arraiais não conseguiam manter, por muito tempo, um número estável de população. A composição social era heterogênea e estigmatizada pela doença e miséria. (15) De outro lado, o ouro transmitia a aparência de fausto e riqueza, ainda que só poucos dele usufruissem.

Os administradores coloniais se empenhavam por demonstrar que a Capitania necessitava da ajuda da Coroa, tanto para seu povoamento como para manutenção de sua máquina administrativa. (16) Contudo, a pompa e a riqueza não foram abandonadas nas festividades oficiais realizadas na Capitania.

Festas religiosas, aniversários e nascimento de membros da família real ou de governadores e magistrados locais eram coroadas por "festejos ruidosos, danças, fogos, iluminação e apresentação de comédias." (17)

Era comum, nas comemorações, fossem apresentadas óperas, comédias, danças acompanhadas de lautos banquetes.

(15) - Antônio Rolim de Moura. *Biografia*, Pág. 81

(16) - Virgílio Correa Filho. *História de Mato Grosso*, Pág. 334

(17) - José Barboza de Sá. *Relação das Povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus Princípios até os Presentes tempos*, Pág. 49. "Ano de mil setecentos sessenta e hum festejou-se no mes de julho de Agosto e casamentos dos Príncipes filhos do Senhor Rei dom José com comédias, danças fogos e cavalhadas"...

Lenine Póvoas, em seu livro, assim salienta:

"Em agosto de 1790 ruidosas festas assinalaram a passagem do aniversário natalício do Duvidor de Cuiabá Dr. Diogo de Toledo Lara Ordenhas(...) Em 1800, o Capitão-General Caetano Pinto retorna a Cuiabá e sua visita é comemorada com "festins e divertimentos durante os quais foram apresentadas duas óperas."(18)

Laura de Hello e Souza demonstra, com muita clareza, o porquê da ostentação da riqueza nas comemorações que ocorriam em Minas Gerais. Entre tantos aspectos significativos, seu texto particulariza a concepção mágica do ilusionismo, mascarando as diferenças sociais, neutralizando as colisões existentes.

"Endossando-se a idéia de que a festa funciona como mecanismo de reforço, de inversão e de neutralização, teríamos no Aureo Trono a ritualização de uma sociedade rica e opulenta - reforço - que procura, através da festa, criar um largo espaço comum de riqueza - riqueza que é de

(18) - Lenine de Campos Póvoas. História da Cultura Matogrossense, Pág.36. Ver ainda os trabalhos de Carlos Francisco Moura sobre O Teatro em Mato Grosso no século XVIII e O Tutor Namorado onde descreve manifestações culturais de Mato Grosso no século XVIII.

poucos mas que o espetáculo luxuoso procura apresentar como sendo de muitos, de todos, desde os nobres senhores do senado até o mulatinho e o gentio da terra. O verdadeiro caráter da sociedade é, aqui, invertido: a riqueza já começava a sumir, mas aparece como pródiga; ela era de poucos e aparece como de todos. Por fim, a festa cria uma zona (fictícia) de convivência, proporcionando a ilusão (barroca) de que a sociedade é rica e igualitária, está criando o espaço da neutralização dos conflitos e diferenças. A festa seria, como o rito, um momento especial construído pela sociedade, situação surgida "sob a égide e o controle do sistema social", e por ele programada. A mensagem social de riqueza e opulência para todos ganharia, como a festa, enorme clareza e força persuasória. Mas a mensagem viria como que cifrada: o barroco se utiliza da ilusão e do paradoxo e, assim, o luxo era ostentação pura, o fausto era falso, a riqueza começava a ser pobreza e o apogeu decadência"... (19)

No momento da festa, onde todos os membros da sociedade dela participam, independentemente de sua posição social, a sutileza utilizada pela administração colonial fica

(19) - Laura de Mello e Souza. Desclassificados do Ouro, A pobreza mineira no séc. XVIII, Pág. 23.

configurada na forma democrática das apresentações. Ao lado de óperas e representações teatrais havia danças e cavalhadas. Não resta dúvida: pairava a ilusão de que a sociedade era igualitária. Desapareciam, pelo menos momentaneamente, as disputas.

Estas festividades funcionavam como elemento de controle e repressão, já que conseguiam criar, por um relativo espaço de tempo, a harmonia entre os diferentes segmentos sociais. Além disso, impediam o desgaste das relações entre administradores e colonos, uma vez que todos se tornavam cúmplices do mesmo evento. (20)

Esta sociedade, no entanto, se formou calcada em profundas diferenças sociais. O desnível na classificação social esteve constantemente presente. As disparidades de interesses entre administradores e colonos existiram desde a formação da capitania.

Se, de um lado, os administradores perseguiram os interesses da metrópole, por outro, os colonos buscavam a preservação de seu cabedal. Muitos investiam todo seu capital na empresa mineradora, atraídos pelas promessas contidas em Ordens Régias. Mas, nem sempre, conseguiam vê-las executadas. A empresa

(20) - Carlos Francisco Moura em seu *O teatro em Mato Grosso no século XVIII*, afirma que tanto brancos, como pardos e negros participavam como atores nas representações teatrais. "Em 1796, nos festejos de recepção ao Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, foram representadas seis comédias, três pelos brancos, duas pelos pardos e uma pelos pretos".

colonial, ao defender o monopólio real, penalizava o colono que punha em risco sua vida e seus poucos recursos.

Exercendo régio controle sobre as lavras, os funcionários da coroa participavam da camada mais privilegiada desta sociedade. Quase sempre vinham da Corte e, instruídos de forma a resguardarem os interesses metropolitanos, formavam o grupo que decidia os destinos dos outros cidadãos. Ungidos pelo poder, exigiam cada vez mais da população, através da cobrança de taxas e impostos. (21)

Ao lado destes, estavam os comerciantes que participavam dos lucros obtidos por intermédio da atividade mercantil. Realizavam o comércio entre as diversas áreas da Capitania e o Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. José Jobson de Andrade Arruda assinala o caráter espoliador do comércio colonial, estruturado pela ação do monopólio que dava "lucros para Portugal; lucros excepcionais só possíveis de ocorrer num regime de exclusivo, de mercado monopolizado de concorrência imperfeita." (22) Os lucros obtidos pelos comerciantes portugueses eram de altíssimo valor. E, por certo, a área de mineração contribuía para isto.

Inicialmente, em Mato Grosso, o comércio era

(21) - Therezinha de Jesus Arruda. *Mato Grosso Colonial: pistas para uma abordagem alternativa*.

(22) - José Jobson de Andrade Arruda. *O Brasil no Comércio Colonial (1795 - 1808): contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial*, Pág. 577.

realizado através da companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755 a 1778). Posteriormente as trocas se realizavam através do monopólio exercido pelas casas de grosso trato, que atuavam no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. (23) Deste modo, os lucros advindos das trocas, realizadas na área de mineração, eram canalizados para Portugal, favorecendo a burguesia mercantil metropolitana. No entanto, os comerciantes locais conseguiram acumular: "se valiam da especulação dos preços dos gêneros importados e adquiriam o ouro em condições anormais de valor, capacitando-se, portanto, para dar conta de seus negócios com as casas comerciais do litoral e manter, ao nível social da Capitania, uma condição econômica privilegiada." (24)

Desfrutavam deste privilégio participando da sociedade local como membros do senado ou liderando as milícias locais. Gradativamente, foram-se tornando proprietários de fazendas e engenhos, aumentando o seu poder de ação na sociedade mato-grossense. (25)

(23) - Alcir Lenharo. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização. O comércio colonial de Mato Grosso no Contexto da mineração.*

(24) - Alcir Lenharo. *Idem. Ibidem. Pág. 9*

(25) - Carta de Rolim de Moura à Diogo de Mendonça Corte Real em 28 de maio de 1752.

"Um [sítio] que pertence a António da Silveira Fagundes, comerciante e assistente destas minas, é maior e tem boa fazenda de gado que é o que aqui se gasta. Atendendo a isto, lhe mandei passar várias sesmarias das mesmas terras que está cultivando e de que se está servindo ficando pastos obrigado não somente de que aumentar a mesma fazenda de gado mas de por também nela bastantes éguas, para o que as terras têm excelentes pastos".

"Além de alguns poucos moradores e pobres, que estão situados à borda do Rio Jauru com duas distâncias desde o primeiro até o último na paragem aonde o atravessam os que vêm para estas minas, e que dista delas doze, ou quinze dias de marcha, e além de outros poucos, e também pobres que estão a borda deste rio guaporé de uma e de outra margem até quinze dias de viagem de rio abaixo desta vila, achei neste Distrito de Mato Grosso dois arraiais."(26)

Coube ao esgotamento das lavras levar a pauperização crescente da população que buscara as minas como meio de vida e subsistência.

Rolim de Moura, ao assumir o comando da Capitania de Mato Grosso, dá vulto à presença de número substancial de população pobre. Esta vivia nos limites das minas e sobrevivia graças à pequena lavoura de subsistência, sendo constantemente assistida pela administração colonial.

Entre estes pobres mineiros, que constituíam a grande parcela da população, estavam os negros forros, pardos, mestiços e índios. Em não havendo a menor possibilidade de se

(26) - Carta dirigida por Rolim de Moura a D. José I em 18 de Junho de 1752.

candidatarem à posse de lavra, por força do regimento das minas(27), excluídos do acesso a qualquer propriedade, acabavam se dedicando à faiscação nos rios. Isto mal dava para a própria subsistência. Alguns até possuíam uns poucos escravos, mas, ao contraírem dívidas para os manterem, acabavam ficando na miséria.(28)

O apelo do governo, para povoar as minas, atraiu também grandes levas de pessoas com poucos ou, até mesmo, sem quaisquer recursos. Daí a lamentação de Rolim de Moura:

"tem concorrido senão alguns pobres faltos de fomes e de pretos, sem os quais, quase são inúteis os brancos nestas terras trazidos somente pelo fim de se livrarem de seus devedores".(29)

Esta população vagava pela Capitania tentando sobreviver e tornou-se alvo da administração colonial.

Laura de Hello e Souza, em seu trabalho, demonstrara com precisão as alternativas encontradas para a utilização desta mão-de-obra, por ela denominada de

(27) - Verificar Regimento das Minas

(28) - Carta de Antônio Rolim de Moura a D. José I em 12 de abril de 1753. "Muito me preocupa a miséria que vem crescendo. Os mineiros que buscaram estas paragens se arruinaram por despesas inúteis que fizeram e pelas malignas que vem atacando tanto brancos como pretos. Poucos que ficaram tem procurado outros sítios mas, sem recursos e doentes temo não resistirem."

(29) - Carta de Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real em 28 maio de 1752.

desclassificada. Patenteia que a solução, encontrada pela administração para penalizá-la, era a de torná-la útil, de chamá-la a participar como mão-de-obra no processo produtivo.(30) Não diverso é o procedimento de Rolim de Moura:

"Mandei alistar a gente toda, assim brancos, como mulatos, e pretos forros; dos primeiros está já formada uma companhia de ordenança com os seus oficiais, e além disso nomeei Capitão-Mor, Sargento-Mor, e ajudante(...) Dos segundos estou para formar duas ficando os mulatos à parte dos pretos forros."(31)

Nesta sociedade, em que só para os brancos havia lugar, os demais membros participavam dela como mão-de-obra alternativa do trabalho escravo.

Os desertores e negros fugidos só encontravam alternativas nas franjas do sistema. Se aquartelavam em quilombos e neles conseguiam sobreviver graças a seu poder de agregação.(32)

(30) - Laura de Mello e Souza. *Op. Cit.* Pág. 74.

"Várias eram as alternativas para a utilização da mão-de-obra desclassificada: construção dos corpos que se aventuravam pelo sertão em entradas; a guarda, defesa e manutenção dos presídios; o trabalho em obras públicas e na lavoura de subsistência; a formação de corpo de guarda e polícia privada; a composição de milícia e de outros recrutados esporadicamente para fins diversos a abertura e povoamento de novas áreas, as fronteiras".

(31) - Carta de Rolim de Moura a Sua Majestade D. João I em 18/06/1752.

(32) - Edvaldo de Assis Mato Grosso: negro forro e sociedade escravocrata.

O professor Herbert S. Klein nos fornece os seguintes dados.(33)

Ano	!Indivíduos li- vres de cor	!Indivíduos es- cravos de cor	!Branco!	!Livres de cor c/ % de cor
1797	9669	11910	5257	44,8
1815	10564	10698	5812	49,3
1828	15532	10122	4278	60,2
1872	27989	667	17237	80,7

Esta tabela indica que a população de Mato Grosso se caracterizou, desde o século XVIII, por possuir um grande número de pessoas de cor. Por estar a sociedade baseada na escravidão, viviam esses elementos na dependência de atividades alternativas. Trabalhavam como feitores, vaqueiros e participavam da coleta de seringa da ipeca e do mate.

Constituíram, importa ressaltar, força de trabalho responsável pela manutenção da economia mercantil(34).

Aqueles que não foram absorvidos, viviam incomodando as autoridades que se queixavam da sua falta de "laboriosidade" e de seu "instinto a vadiagem."(35) Eram coagidos a abandonar os povoados e a se confinar nas matas de onde podiam retirar seu módico sustento. Mais ainda. Deviam enfrentar os

(33) - Herbert S. Klein. Os homens livres de cor na sociedade Escravista Brasileira, Págs. 9 - 12.

(34) - Lúcia Helena Gaeta Aleixo. Mato Grosso: Trabalho Escravo Trabalho Livre (1850 - 1888), Pág. 57

(35) - Relatório do Chefe de Polícia de Poconé ao Presidente da Província em 12/outubro de 1872.

índios bravios e, não fosse o bastante, as febres e as sezões. Talvez fosse a forma mais fácil de providenciar o seu rápido extermínio.

Com a abolição dos escravos, a esta população se juntaram os negros libertos, formando um contingente de mão-de-obra que passou a gravitar em torno das povoações, usinas e das fazendas de gado. Muitos foram absorvidos pelo reduzido mercado de trabalho. Outros continuaram sobrevivendo em razão da pequena roça de subsistência, ou integrando o exército de desocupados que tanto importunava os delegados de polícia. (36)

Estes desocupados, não raras vezes, foram usados pelos usineiros para formarem sua guarda pessoal, constituindo-se alvo de muita violência. (37)

Durante o período colonial, podemos observar a ambigüidade existente na camada mais privilegiada da sociedade mato-grossense. De um lado, os administradores da coroa, investidos de poder para executarem as ordens da metrópole, transformavam-se em verdadeiros tiranos. Por outro lado encontramos os "homens bons" - os colonos proprietários - que

(36) - Relatório apresentado a Manoel José Kurtinho da Fonseca pelo Delegado de Polícia de Rosário Oeste a 3 de outubro de 1893.

"Há tantos vadios perambulando pelas nossas estradas causando arruaças e ameaçando a tranqüilidade pública. Seria necessário existir uma legislação mais severa que pudesse reprimir estes abusos. Alguns são fruto do regime paternalista que deu guarida a tantos abusos, já outros são pobres coitados que não tendo saúde para se ocuparem no serviço da seringa vivem a custa da caridade..."

(37) - Walmir Batista Correa. Coronéis e Bandidos, em Mato Grosso (1888-1943).

viam seu poder cerceado pelos atos da administração. Impedidos de exercer livremente suas atividades mercantis, foram obrigados a se acostumar com a desigualdade nas trocas comerciais dentro e fora da Colônia. Não participavam de atos que decidiam a vida administrativa da Capitania. Eram membros do Senado, mas seu poder se restringia a atos contra os gentios e escravos fugidos. Alguns detinham patentes militares que, decerto, lhes conferiam maior status, mas nem sempre poder.

Por vezes, aliavam-se aos colonos mais pobres para protestar contra o arrocho, promovido pelos governadores, na cobrança de taxas e impostos. (38)

Em outras ocasiões, uniam-se aos administradores para afrontar tudo quanto consistisse em ameaça a seu patrimônio: os espanhóis, os indígenas e os negros.

O processo de exploração do trabalho, que levava a escravização do negro e do índio à pobreza e à miséria, foi decorrente da opressiva condição de vida na Capitania.

Dentro da noção de exploração colonial, a relação de poder, existente entre autoridades e colonos, não pode deixar de ser compreendida. (39)

Há, ainda, dois contrastes que merecem destaque especial. O primeiro se refere à relação entre homens bons e colonos pobres.

(38) - Virgílio Correa Filho. História de Mato Grosso, Págs. 218 a 228.

(39) - Fernando A. Novais. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial.

Aqui, também, o caráter das relações mercantis processadas na colônia impunha a espoliação dos homens bons sobre os pobres, que viviam à margem do processo produtivo.

Ora aliados, ora inimigos, serviam sempre aos interesses da metrópole e dos homens bons: como força de trabalho disponível, usada para garantir a soberania da capitania contra os espanhóis, como povoadores e soldados. Por vezes faziam parte da polícia privada dos homens bons.

Estes colonos pobres também eram os desertores, "gente ociosa", "vadios", "contrabandistas", vistos como peso social que precisavam ser disciplinados e mantidos sob rigoroso controle do Estado. (40) Representavam uma ameaça à ordem e à tranquilidade pública.

Por último, a relação entre o povoador e o indígena que se mostrou extremamente violenta e exterminadora. Acabou transformando a Capitania numa incessante praça de guerra. Desnecessário lembrar que os maiores perdedores foram os indígenas.

1.2 - PROPRIEDADE, POLÍTICA E PODER

A gente de Cuiabá tinha certa semelhança com os mineiros no aspecto; dormitava, porém, nela um gênero sangüinário, talvez aprendido com os guaicurús, que se revelou intempestosamente

(40) - Laura de Mello e Souza, *Op. Cit.* Págs. 138 a 140.

na era regencial, e com mais frequência se tem manifestado depois de proclamada a república".

Capistrano de Abreu. (41)

Com a Independência, a elite mato-grossense não se configurava como exceção no Brasil. A aristocracia agrária e comercial aspirava ao poder que havia sido sufocado pelo mandonismo dos capitães - generais. Estes vislumbravam agora a chefia da futura província, resguardados pelos instrumentos militares das milícias e das tropas de linha.

Unidos por interesses comuns, este grupo procurou assumir o poder político e econômico.

Sob a capa de nacionalismo, estourava em Cuiabá e Diamantino, no ano de 1834, a Rusga, movimento que dizia pretender destituir do poder os antigos dominadores portugueses. Contudo, em estudo recente, Alcir Lenharo traz a lume a questão, analisando-a no tocante ao seu conteúdo social. Principia a discussão desta problemática diligenciando por entender a Rusga como um movimento decorrente da difícil condição de vida que naquele momento, vigorava na Província. Cai a ponto reproduzir sua afirmação:

"As rusgas explodiram em Cuiabá e Diamantino, num momento em que a produção de diamantes decaía perigosamente, agravando a correlação

(41) - Capítulos de História Colonial (1500 - 1800), Pág. 244.

das trocas comerciais entre a Província e as outras partes do país. A explosão social atingiu diretamente os comerciantes na medida que os meios de consumo se apoucaram ainda mais, complicando as já precárias condições de vida da população."

Mais adiante, o mesmo autor põe a mostra a seguinte questão: Por que os grandes comerciantes locais, ligados ao poder provincial, foram poupados da fúria popular, enquanto, outros, estigmatizados como portugueses, constituíram-se alvos diretos de saques e violências?

Por fim, aponta dois pontos importantes para se compreender este episódio.

O primeiro versa sobre a produção de gêneros de primeira necessidade, que estaria comprometida pela ação de comerciantes intermediários e, por consequência, obstaculando o abastecimento. Outra não poderia ser a resposta: a massa de pobres e desocupados punha-se a saquear as casas comerciais que se dedicavam a este ramo de atividades.

Em seguida, lembra que "as autoridades, isto é, os comerciantes importadores não atingidos pela violência, não tomaram medida preventiva alguma contra as ameaças. Reprimiram, a posteriori, o movimento, o que pode ser perfeitamente interpretado como uma medida de intervenção no rumo dos acontecimentos, de modo que o caráter social e político da rusga

não se aprofundasse, incidindo numa esfera que ameaçasse objetivamente os esteios da ordem constituída." (42)

Como estes comerciantes representavam a autoridade, e seus interesses econômicos não foram atingidos, a ordem voltou a ser instaurada e o poder dos proprietários, mantido e assegurado pelo governo. Os proprietários de engenhos e os comerciantes constituíram as forças políticas da região com uma dinâmica e característica tão próprias, que impuseram o poder do norte sobre as demais áreas do Estado.

Dando-se a proclamação da República, a disputa pelo poder regional assumiu sua forma mais aguda. Apoiados pelo poder político já constituído e pela força armada, formada pelos coronéis, garantiram sua supremacia por toda a República Velha. Chefes políticos locais e das oligarquias estaduais, estes coronéis foram responsáveis tanto pela ordem como pela desordem que imperaram na região.

A ordem e a tranquilidade públicas eram por eles garantidas através da violência explícita ou não, mas legitimada por uma estrutura de poder instituída, deliberadamente, em favor das oligarquias regionais. (43)

O comando eleitoral exercido pelos coronéis conferia-lhes força e poder dentro do regime republicano onde o

(42) - Alcir Lenharo, *Op. Cit.* págs 75, 76.

(43) - Verificar o trabalho de Maria Manuela R. de Novis Neves: *Elites Políticas Mato-Grossenses. Competição e Dinâmica Partidário Eleitoral. (1945-1965)*, e Walmir Batista Correa: *Op. Cit.*

sufrágio universal se tornou ato legítimo. (44)

Foi na supremacia estadual que esteve fundado o poder. Cai a propósito recordar o que, muito bem, nos assinala Faoro:

"Nesse esquema de supremacia estadual e da eleição sancionadora se insere o coronelismo. Ele se irmana à oligarquia das unidades federadas, num recíproco jogo de interações ativas. O comando do sistema caberá ao governador, isto é, ao grupo estadual por ele representado, intermediário dos favores e benefícios da União sobre as comunas. Entre o governador e o coronel, a relação é de obediência, autoritariamente garantida pela milícia estadual e pelos instrumentos financeiros e econômicos que partem daquele. Obediência não significa, todavia, passividade, dada a relativa autonomia econômica da fazenda, menos dependente, no período que vai do fim do Império até 1920, dos veículos creditícios de outrora. Isto não quer dizer que o coronel seja sempre um fazendeiro, nem esta qualidade seja essencial ao seu domínio. O proprietário de terras, o empresário agrícola dispunha, todavia, de pessoal próprio, capaz de sustentar a pressão de fora, ou alimentá-la contra

(44) - Raymundo Faoro, Op. Cit. Vol. II, Pág. 622, 623. 2a. ed.

os rebeldes no âmbito de seu círculo eleitoral."(45)

Em Mato Grosso, o coronel representava a dinâmica da força política. As lutas pelo poder estadual levaram Capistrano de Abreu a afirmar que a gente de Cuiabá possuía "gênero sanguinário." Os coronéis, querendo demonstrar a sua força política, almejavam à chefia do governo Estadual. Durante a primeira década da República, dois grupos disputaram com violência o governo do Estado. De um lado estava o Coronel Antônio Paes de Barros, proprietário da usina de açúcar Itaicy. Do outro, o coronel Generoso Ponce. A luta culminou com a morte do coronel Antônio Paes de Barros (1906). (46) Apesar disso, as

(45) - Raymundo Faoro, *Op. Cit.* Pág. 629.

(46) - Rubens de Mendonça, *História de Mato Grosso*, Pág. 93.

"Com as eleições para a renovação dos representantes de Mato Grosso, no Senado e na Câmara Federal os Murtinhos se desentenderam com o Presidente, havendo rompimento político das suas facções.

Organizam a Coligação Matogrossense para fazer oposição ao Presidente Totó Paes.

...A luta se travou sanguinolenta até o dia 30 de julho, o Presidente Totó Paes recebeu ultimatum, o intimidando a render-se dentro de 24 horas.

O presidente Paes de Barros aguardava recursos que lhe enviara o governo e a República de uma brigada sob o comando do General Emílio Dantas Barreto, com a finalidade de restabelecer a ordem e apoiar o governo legal.

Na noite de 10. de julho, burlando a vigilância da força inimiga, o Cel. Paes de Barros rompeu o cerco da cidade e se refugia na Fábrica de Polvora do Coxipó do Ouro, onde aguardava a chegada do General Dantas Barreto para regressar à Capital.

No dia 2, os revoltosos entram em Cuiabá e no mesmo dia foi empossado, na Presidência do Estado, o Coronel Pedro Leite Usório, por ter sido considerado acéfalo o Governo com a fuga do Presidente.

No dia 6 de julho, uma escolta, comandada pelo Cel. Joaquim Simplicio e Cerqueira Caldas, guiada por um traidor, cerca de surpresa o local onde se encontrava o Presidente e o assassina..."

disputas pelo poder continuaram por toda a República Velha, em que tanto os usineiros quanto os outros proprietários tiveram participação no governo. Ora presentes na presidência do Estado, ora como deputados na Assembléia Legislativa, como membros do Parlamento Brasileiro, ou como delegados de polícia e intendentes municipais. (47) Sua ação só esmoreceu na década de 1930, quando as oligarquias regionais foram obrigadas a se curvar diante do fortalecimento do Governo Federal.

A concentração de riqueza nas mãos de poucos corroborou o fortalecimento destes coronéis.

Os usineiros formaram o grupo de proprietários que dominaram a região. (48) A localização das usinas facilitou tanto a racionalização da produção como a concentração da sua força política.

Doutro lado, os trabalhadores viviam a expensas dos benefícios concedidos pelos usineiros. Em troca, prestavam-lhes fidelidade e obediência. Constituíam um considerável contingente de agregados, sempre prontos a responder aos apelos dos coronéis. Em não poucas ocasiões, foram arregimentados em nome da manutenção da ordem e da tranquilidade públicas, para protegerem as ações políticas de seus patrões. (49)

(47) - O Fifó - Cuyabá 26 de dezembro de 1924. "Todo fabricante de pinga e rapadura neste Estado, julga-se no direito de ser Coronel e Deputado Estadual."

(48) - A Reação - 20 de julho de 1902.

"Os moradores ribeirinhos do Cuyabá estavam sendo vitimados pelo desbragado recrutamento que vinha procedendo o Coronel Severo J. da Costa e Silva, com várias lanchas e chatas armadas em guerra e guarnecidas por legionários da caserna de Itaicy."

(49) - Ver Maria Manuela Renha de Novis Neves. Op. Cit

Através de concessões como moradia, escola, farmácia, transporte e viveres, os coronéis inculciam aos seus empregados a idéia de que, com todos estes benefícios, ambos pertenciam a uma mesma comunidade. Daí por que prioritário era preservar o bem-comum. Mais detalhando: patrões e trabalhadores, num mesmo contexto, lutando por interesses comuns. A função desta noção se explicitava, com mais acerto, no momento em que o trabalhador lutava, ao lado do coronel, para defender o bem-estar do Estado. (50) Assumia, então, o papel de representante legítimo de todas as classes sociais. (51)

Não cabem dúvidas: a propriedade representou fator preponderante na constituição política do Estado. Fundado no direito de acúmulo da riqueza, o crescente processo de apropriação do poder se deu nos limites da dependência da classe trabalhadora aos meios de sobrevivência impostos pelo proprietário. Esta dependência se consolidou na medida em que a terra passou a se constituir capital e a legislação obrigou a sua legalização através da compra. A expropriação da terra se tornou patente e atingiu a grande maioria da população da periferia dos centros urbanos, principalmente de Cuiabá. As usinas, ocupando os espaços do beira-rio, empurraram o homem pobre para o trabalho assalariado.

(50) - Lenine C. Póvoas. *O Ciclo do Açúcar e a Política de Mato Grosso*. Págs. 74, 76

(51) - Victor Leal Nunes: *Coronelismo, Enxada e Voto*. ver ainda Maria Isaura Pereira de Queiroz: *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*.

Laços estreitos de compadrio e de favores conduziram este homem ao respeito e à obediência: O resultado não poderia ser outro: acabaram por se curvar diante do capital.

2) CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA:

Com sua economia fundada na exploração de suas potencialidades naturais Mato Grosso se manteve atrelado aos mercados externos, quer do Estado quer do país. Teve que suportar desde a sua ocupação o caráter espoliador das trocas comerciais, como frisou o professor José Jobson em seu estudo.(52) Este fator conjugado a outros, levou sua economia a um lento desenvolvimento; um descompasso com o que ocorria nas áreas mais dinâmicas: São Paulo e Rio de Janeiro.

Parte da historiografia mato-grossense acentua que a sua economia vivia em constante estado de crise.

Esta afirmação, em parte verdadeira apoiava-se na noção de que a mineração do ouro e do diamante, em permanente decadência, promoveu a falência econômica da região.

Ao dedicarmo-nos a uma análise mais apurada, iremos verificar que, mesmo em decadência, o ouro e o diamante já haviam introduzido Mato Grosso no mercado externo como participante da

(52) - José Jobson de Andrade Arruda, *Op. Cit.*

economia mercantil. E, mesmo que em condição de desvantagem, produziu excedente capaz de promover a acumulação canalizada para outras atividades que não a da mineração. Possibilitou a formação de uma economia participante da criação das bases materiais do Estado - Nação. (53)

Estritamente ligadas à produção do ouro para suprir a área mineradora, estiveram presentes a cana-de-açúcar e a criação do gado. São dois elementos que acompanharam a formação dos núcleos populacionais, fomentando o crescimento das atividades agrícolas e pastoris simultaneamente com a exploração aurífera.

...“abençoado vegetal cujo suco era geralmente destilado em aguardente da qual se vendia o frasco por dez oitavas de ouro a princípio. Com o uso deste licor começaram os homens a ter boas cores, sendo até então pálidos, e as febres a ir em diminuição, como também a mortandade da escravatura.”(54)

Produziu a cana tanto “boas cores” como ouro que, muito bem utilizado, movimentou as trocas mercantis, comprou escravos e terras, montou engenhos, e produziu a elite agrária regional.

Acompanhando os passos da cana-de-açúcar veio o gado, indispensável à preservação da vida e da economia local.

(53) - Alcir Lenharo, *Op. Cit.* Pág. 76

(54) - Manoel Aires de Casal. *Corografia Brazílica, Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil.*

Era a força dos engenhos, movendo as moendas, transportando a cana, os açúcares e a aguardente. Atrelados aos carros venciam as inexistentes estradas.

Ajudou a manter a existência da Capital Vila Bela, estabelecida em local distante e desarticulada em abastecimento. (55)

As fazendas de gado foram, aos poucos, crescendo em torno dos arraiais e vilas, tornando-se importantes fontes para auto-abastecimento. No século XIX assumiram relevante papel mercantil. A atividade pastoril passou a ser praticada visando à demanda do mercado externo. Foram formados saladeiros que produziam a carne salgada, o extrato de carne, a crina, couro e o chifre e exportavam para os mercados europeu e americano.

Em 1911 Costa Marques escrevia no jornal "A Imprensa":

"O Vale dos grandes rios Paraguai, Cuyabá e São Lourenço acham os melhores campos de criar onde pastam milhares de cabeças de gado. Neles se encontram as principais fazendas de criação em cujos campos de um só proprietário pastam 30, 40, 50 e até 60 mil cabeças de gado... A indústria pastoril constitui uma das principais fontes de riqueza deste Estado e um dos melhores empregos de Capital..." (56)

(55) - Antônio Rolim de Moura. Correspondência. Vol. 1

(56) - A Imprensa, Cuiabá 3 de maio de 1911.

O retorno garantido do capital, investido na criação de gado, atraiu para Mato Grosso empresas estrangeiras que montaram companhias com milhares de hectares de terras destinados à criação de gado. (57)

Conforme demonstrou Nelson W. Sodré, Corumbá chegou a ter 1.898.571 hectares de terras cedidas a companhias estrangeiras.

Municípios há que permanecem com suas terras consideravelmente gravadas pelas concessões. O exemplo relativo a Corumbá é dos mais expressivos: 1.000.000 de hectares para a The Braziliam Cattle Packing Company.

172.352 de hectares para a Fazenda Francesa

177.060 de hectares para a Sul American Belge S.A.

549.159 de hectares para a Sociedade Anônima Barranco Branco.

(57) - Nelson Werneck Sodré. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril, pág. 74.

Os municípios tem áreas imensas de suas terras entregues à concessões estrangeiras. Um ligeiro balanço dará uma idéia disso:

- Brasil Land Cattle Packing Company		
No município de Cáceres	881.053	hectares
No município de Corumbá	1.000.000	hectares
No município de Três Lagoas	800.000	hectares
No município de Campo Grande	200.000	hectares
- The Braziliam Meat Company		
No município de Três Lagoas	311.010	hectares
No município de Aquidauana	5.000	hectares
- Fomento Argentino Sul American		
No município de Porto Murtinho	726.077	hectares
- Fazenda Francesa		
No município de Miranda	242.456	hectares
No município de Corumbá	172.352	hectares
- The Miranda Estancia Company		
No município de Miranda	219.506	hectares

Isso significa que o município de Corumbá tem perto de 20.000 quilômetros quadrados entregues a grandes proprietários estrangeiros, estabelecidas no regime de latifúndio." (58)

Isto implicava no fato de que parte dos lucros, obtidos na pecuária, acabava sendo absorvida pelo capital estrangeiro, ficando em Mato Grosso muito pouco desta riqueza.

Na década de 30, a pecuária mato-grossense chegou a representar 8,64% do valor da produção nacional. (59)

A concentração da riqueza, proveniente da indústria pastoril, acabou acarretando um grande contraste na sociedade local.

A grande propriedade trouxe a pauperização crescente da população dos núcleos urbanos que gravitava em torno destas fazendas. Usando mão-de-obra reduzida pela forma extensiva de exploração, poucos trabalhadores eram absorvidos pelas fazendas. Empregavam-se normalmente 15 ou 20 pessoas para todas as 50 e até 60 mil cabeças de gado. (60)

Sem salário definido, praticamente vivendo da

Cont. (57) - The Agua Limpa Syndicate

No município de Três Lagoas	180.000	hectares
- Sul American Belge S.A.		
No município de Corumbá	177.060	hectares
- Sociedade Anonima. Barranço Branco		
No município de Corumbá	549.159	hectares

(58) - Idem. Ibidem. Págs. 174, 175

(59) - Anuário Estatístico do Brasil 1938 - ano IV.

(60) - A Imprensa, 28 de fevereiro de 1911.

remuneração em espécie - alimento, roupa e habitação fornecidos pelo proprietário - o vaqueiro se via privado da liberdade. Podia locomover-se dentro dos limites do grande latifúndio, mas nunca dele sair para enfrentar o mercado de trabalho. Vivia isolado na grande propriedade. A miséria e a pobreza sinonimizavam com a própria atividade do vaqueiro.

Não tendo condições de se dedicar sequer a uma pequena roça de subsistência, subsistia a expensas do pouco mantimento (farinha, carne seca e mate) fornecido pelo capataz. Era propriedade do latifúndio.

O isolamento fez dele um ser subordinado às vontades do patrão. A grande extensão de terras não permitia que tivesse convívio com outros homens. A dependência propiciou a total obediência. Nesta mesma linha, participou do fortalecimento das oligarquias do Sul de Mato Grosso, integrando os bandos armados para defender os interesses dos proprietários. (61)

A instalação da Ferrovia Noroeste do Brasil acelerou o desenvolvimento da pecuária na região sul do Estado. Boiadas passaram a ser transportadas de forma mais racional e mais barata. Núcleos urbanos, situados ao longo da estrada de ferro, começaram a receber fluxos de novos imigrantes e colonos, tornando-se entrepostos comércio de gado. (62)

As terras passaram a assumir grande valor e as disputas pelas propriedades foram feitas através de lutas e violência. (63)

(61) - Walmir B. Correa. Op. Cit. pág 27.

(62) - Inês Castro e Lúcia Helena G. Aleixo. Memória Histórica da Indústria em Mato Grosso.

(63) - Walmir, Batista Correa. Op. Cit.

O desenvolvimento da pecuária, articulado com a região de São Paulo e Minas Gerais, foi responsável pela constituição da força política dos proprietários do Sul do Estado. Estas forças políticas, logrando papel relevante a partir da década de 30, iniciam um movimento visando à separação do Sul e à formação de um Estado independente.

Muitos trabalhadores, cientes que estavam da exploração exercida pelos usineiros sobre seus empregados, buscavam na pecuária e na extração da seringa e do mate uma forma de trabalho que lhes parecia menos disciplinadora.

Desde o final do século XIX, a seringa começou a ser produto passível de exploração comercial em Mato Grosso.

Verificando as Leis decretadas durante o período Imperial, deparamos com a lei de 30 de maio de 1874 que instituiu prêmios para os industriais que se dispusessem a explorar a borracha na província. Assim rezava:

"Ficam criados os prêmios a saber: de 4\$000 por arroba de borracha para as primeiras duas mil arrobas que forem extraídas na Província e dela exportadas..."(64)

Dez anos depois, em 31 de outubro de 1884, a legislação isentava do pagamento de direitos municipais e provinciais, durante 5 anos, toda a borracha que fosse extraída na Província.(65)

(64) - Coleção das Leis Provinciais relativas ao ano de 1874
Pág. 10.

(65) - Coleção das Leis Provinciais relativas ao ano de 1884.

Estas leis tinham por finalidade estimular a extração e o desenvolvimento desta indústria na província.

Foi somente em 1888 que os direitos de isenção foram suspensos, sendo criado o imposto de 54000 sobre a borracha de seringueira ou mangabeira exportada para fora da província pago no primeiro porto de embarque."(66)

Com uma vasta área, rica em matas nativas de seringa, inúmeros comerciantes passaram a investir na exploração da borracha.

O Estado concedia aos interessados extensas áreas de terras devolutas, marcadamente na região norte, nas proximidades dos rios Guaporé e Arinos.

A maior dificuldade encontrada pelos produtores era o meio de transporte. As estradas inexistiam: Os rios, por sua vez, utilizados para transportar a produção até Cuiabá, de onde embarcava para Corumbá. Somente depois a mercadoria, despachada, ganhava o exterior. As tropas de burros se encarregavam de levar o produto das feitorias, localizadas no interior das matas, até as margens dos rios.

Com o aumento da produtividade na região do Rio Madeira, patenteou-se a necessidade da construção de uma estrada de ferro que conduzisse a produção para a região do Amazonas e, daí, até os mercados de Londres e Hamburgo, onde seria negociada.

Em verdade, duas vias de comunicação se faziam usadas para o transporte da borracha. A primeira tinha a cidade

(66) - Coleção das Leis Provinciais relativas ao ano de 1888
Pág. 36.

de Cáceres como centralizadora da produção que remetia, pelo rio Cuiabá e Paraguai até Corumbá, o montante de latex extraído da região próximo à cidade de Diamantino. A outra, numa escala da importância significativamente menor, correspondia a Rosário Oeste. A outra via de transporte era através do extremo norte do Estado até o Amazonas.

Cada tonelada de borracha, ao chegar em Corumbá, gastava em frete cerca de 300\$000 (67). A despeito das constantes reclamações dos produtores, a exploração era altamente rentável, produzindo lucros consideráveis, ao ponto de o proprietário da concessão da exploração possuir não raro um mínimo de 30 seringueiros, número que podia ascender à casa de 100, por ocasião do período da safra. (68) Detinha inúmeros barracões concentradores da produção.

Dados sobre a exportação confirmam que, de 1909 a 1913, a borracha forneceu metade do orçamento estadual. Uma análise dos dados abaixo possibilita-nos inferir que a arrecadação estadual colhia muitos frutos sobre a exportação da borracha. Saliente-se que tais dados se fazem atinentes somente à exportação realizada através de Corumbá.

E X P O R T A D O S

ANOS	BORRACHA	MATE
1909	2.105.077\$307	47.214\$002
1910	3.143.077\$926	59.411\$727
1911	2.148.328\$924	70.103\$207
1912	2.590.503\$354	62.992\$400

(67) - Virgílio Correa Filho. *Indústrias Mato-Grossenses*, pág. 123.

(68) - *Imposto sobre Barracões Industriais*. Novembro de 1910 data 1910.

(Fonte: Dados recolhidos nos Mapas de exportação - Alfândega de Corumbá. Arquivo do ministério da Fazenda NDIHR/UFMT)

Em artigo produzido para o jornal "A Imprensa", o Dr. João da Costa Marques assinalava:

"Durante o primeiro semestre do ano de 1907, a exportação da borracha desta região (Rio Madeira) elevou-se a 969.790 kilos, assim distribuída:

Rio São Manoel	136.306	Kilos
Rio Machado	211.395	Kilos
Rio Jamary	549.043	kilos
Rio Mamoré	1.070	kilos
Rio Madeira	71.976	kilos
Total	969.790	kilos

que produziram uma renda de exportação de \$17.690\$100." (69)

Concomitantemente com o crescimento da extração da seringa em Mato Grosso, ocorreu o apogeu no Amazonas. Ligado principalmente à expansão da sua demanda no mercado mundial, o governo Estadual passou a exercer maior fiscalização no tocante à comercialização. Mais que tudo pela facilidade que os produtores encontravam para contrabandear-la pela fronteira da Bolívia, através do Rio Boni.

Em 1908, a produção mato-grossense começou a

(69) - A Imprensa, Cuiabá 3 de maio de 1911.

sentir a pressão na queda da cotação dos preços da borracha e a concorrência exercida pela produção asiática. Até 1929, o Estado conseguiu manter a produção em atividade, ocupando o terceiro lugar no quadro da arrecadação estadual. Ainda assim, os riscos dos altos investimentos não permitiram que muitos dos antigos exploradores continuassem a aplicar no setor. Muitos barracões foram fechados. Cai a ponto esta afirmação de Virgílio Correa Filho: "Somente nos tributários do Madeira, servidos por vias mais fáceis de exportação, puderam ainda por fiar alguns industriais na labuta extrativa, sem, todavia o mesmo ardor primitivo, abrandado pela progressiva apreciação da borracha, mercê da superprodução dos seringais cultivados." (70)

Por último, para completar o quadro da constituição econômica de Mato Grosso, não podemos deixar de citar a importância da erva mate.

Sua exploração esteve vinculada ao monopólio exercido por longo período pela Companhia Mate Larangeira. Protegida pelo governo do Estado, usou das concessões para a exploração de extensas áreas de ervais nativos.

Expandiu-se tanto pela facilidade de transporte e exportação via rio do Prata, como pela aquisição de mão-de-obra paraguaia que era farta e barata.

Os investimentos no setor estiveram vinculados inicialmente a crédito fornecido pelo Banco Rio e Mato Grosso à Companhia Mate Larangeira (1890). A partir de 1902, Tomás

(70) - *Indústrias Mato-Grossenses*, Págs. 142, 143.

Larangeira e Francisco Mendes tornaram-se proprietários deste estabelecimento de crédito, após a sua falência, e passaram a controlar todo o processo de produção da erva mate. Larangeira produzia e Mendes industrializava.

Esta companhia assumiu proporções consideráveis. Possuía controle sobre vasta extensão de terras arrendadas, sobre portos e estradas, possuía força policial própria. Sua renda chegou a ser 6 vezes maior que a do Estado de Mato Grosso.

Alcir Lenharo ressalta a importância da Cia. Mate Larangeira no Estado de Mato Grosso afirmando que, durante sua ativação, "o sul do Estado mais parecia um território ocupado." Assinala ainda que, com o final do arrendamento das terras a esta cia, houve mudanças significativas que visavam a proteger os interesses governamentais. Um deles foi a abertura da imigração para a captação do trabalhador de origem européia com prática e mentalidade capitalista em detrimento ao migrante nordestino. (71)

A era de Vargas, propiciando o fomento a industrialização da erva-mate nos Estados de Santa Catarina e Paraná, baseada na pequena propriedade, acabou por colaborar com o colapso do grande latifúndio. Em 1938, o Instituto Nacional do Mate acabou apoiando a indústria ervateira do sul do país. E com a perda do mercado de consumo argentino, a Larangeira Mendes e Cia entrou em decadência entregando ao Estado os seus ervais arrendados.

(71) - Lenharo Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50.

CAPÍTULO II

A ORDEM E A RACIONALIDADE DA DOMINAÇÃO

"Principal elemento de ordem na sociedade, é a tranquilidade e segurança pública o ponto que mais deve ocupar a atenção da pública administração.

Felizmente não foi alterada em ponto algum da Província, sendo este um fato que abona a índole pacífica e a docilidade de costumes dos seus habitantes e dá testemunho da maneira pela qual as autoridades desempenhão os seus deveres.

Se não existissem em alguns pontos da Província os índios selvagens e os quilombolas que continuamente commetem mortes, depredações, tentativas de incêndio e roubos em vários estabelecimentos ruraes podia esta Província ser considerada como uma das mais felizes."(1)

Na fala do Presidente da Província de Mato Grosso, a ordem na sociedade ocupava lugar preponderante na questão da administração pública. A seu ver, a tranquilidade e a segurança se asseguravam principalmente pela índole pacífica e docilidade de costumes de seus habitantes." Em acréscimo, também a propriedade estaria a salvo, isto é, sobre ela pairava um manto a protegê-la.

Uma população disciplinada e ordeira, eis aí a maior aspiração das autoridades que desempenhavam "seus árduos deveres." Quanto à índole pacífica e docilidade de costumes dos

(1) - Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1877 pelo Presidente da Província de Mato Grosso Hermes Ernesto da Fonseca.

habitantes, sob este chavão se mascaravam o respeito e a obediência aos códigos impostos pelas autoridades. Esta população era persuadida graças às condições sugeridas pelo conjunto de medidas de controle presentes no seu cotidiano.

A sobrevivência implicava, a todas as luzes, obediência e submissão num espaço onde o poder público a defendia de todos os perigos.

Para a maior autoridade da província, o seu presidente, dois eram os grandes inimigos da ordem constituída: os índios selvagens que não se submetiam ao avanço do conquistador branco, não o respeitavam, não se amedrontavam com a força armada das bandeiras. Bem ao contrário: resistiam a tudo, ocasionando destruição e mortes, dizimando as propriedades prejudicando o processo produtivo. Em suma, colocavam em risco a paz e a tranquilidade pública.

Os outros elementos perigosos, os escravos aquilombados, também roubavam e depredavam o patrimônio, causando sérios danos à sociedade organizada.

A estes dois inimigos, o poder público devia dispensar tratamento especial, reprimindo-os à força e, deste modo, assegurando a paz e mantendo a produção em franca atividade.

Nesta mesma mensagem, um pouco mais adiante, o Presidente anunciava outros elementos perturbadores da ordem: "gente das últimas classes da sociedade" e também os "secarios assalariados que cometem crimes levados por paixões desordenadas e vindicta de agravos reais e supostos": Estes, sim, eram submetidos pela força da justiça que controlava e punia os cidadãos com medidas repressivas, desde o trabalho forçado ao

isolamento na mata. A intenção era moralizar e sanear para se ter uma população cuja "docilidade de costumes" indicassem e qualificassem a sua "índole pacífica", dando à província a capacidade de conduzir sem prejuízo o processo de produção. (2)

Manter disciplinada e ordenada uma província, de tão vastas proporções, consistia, de fato, numa árdua tarefa a ser desempenhada pelas autoridades do período.

Entender as situações de controle e disciplina, aplicadas na sociedade mato-grossense, pressupõem a busca do conteúdo de suas especificidades. Implica apreender que ordem e racionalidade só poderiam ser instauradas através de comportamentos institucionalizados, apoiados em regras e códigos específicos, cabíveis, o mais das vezes, somente nesta região. Por isso, algumas reflexões que fazemos em dadas ocasiões podem não encontrar confronto com situações já analisadas por outros estudiosos.

1 - A SAGA DA CONQUISTA

O processo de ocupação do território mato-grossense foi responsável pela definição de sua situação sócio-

(2) - Izabel de Andrade Marson. Trabalho Livre e Progresso, Pág. 82.

"... é a atuação de uma forma especial de Estado-a monarquia constitucional manipulada por uma elite escolhida a dedo, a quem coube a tarefa de impingir normas e zelar por sua observância, no intuito de modelar o cidadão, a trabalhador disciplinado e membro de uma "sociedade fraternal", modelo do "progresso moral".

econômica. Suas feições foram ditadas pela busca do ouro e consolidadas pela defesa da terra conquistada. Povoar exigia facilidades quanto ao acesso da posse de terra.

Esta tarefa, não foi fácil, no geral, desempenhá-la. No entanto, a coroa conseguiu, através de algumas mercês concedidas a paulistas, que estes "abrissem minas escondidas nos sertões." (3) Além disso, a organização militar garantiu a ocupação do território, representando, no dizer de Faoro, "a espinha dorsal da colônia, elemento de ordem e disciplina auxiliar na garantia da cobrança dos tributos e privilégios reais." (4)

É consabido que a ordem e tranquilidade nem sempre estiveram presentes nas minas de Mato Grosso. A população se encontrava em constante sobressalto, gerado pelas ações hostis dos indígenas, os quais habitavam a região.

Com a descoberta de lavras auríferas, formou-se o primeiro núcleo populacional. Mesmo repelida pelos índios "payaguás e cayapós" (5), indígenas que viviam na região, a população do arraial cuiabano cresceu. A notícia de descoberta de novas lavras transpôs os sertões, chegando a São Paulo. Com isso,

(3) - Raymundo Faoro. *Os Donos do Poder - Formação do patronato político brasileiro*, Pág. 192, vol. 1, 2a. ed.

(4) - *Idem*. *Ibidem*. Pág. 196.

(5) - João Antônio Cabral Camelo. *Notícias práticas das minas do Cuiabá e Boyazes na Capitania de S. Paulo e Cuiabá que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, sobre a viagem que fez às Minas do Cuiabá no ano de 1727*. p. 5 "a este último salto dizem que vem muitas vezes o gentio Cayapó em suas jangadas. Este é o gentio que usa porrete ou bilro, e o maior traidor de todos."

muitos aventureiros se juntaram às bandeiras, à cata de fama e riqueza. (6) Dispostos a enfrentar as dificuldades da viagem, empregavam todo o seu cabedal na empreitada, vislumbrando o enriquecimento facilitado pela exploração do ouro.

Os índios não poupavam as monções: atacavam os comboios, matando e apoderando-se das mercadorias a um tempo. Mesmo assim, o arraial cresceu e tomou feições de Vila. (7) Informadas as autoridades sobre tão preciosa descoberta, iniciou-se a organização das minas. (8) Foi conferida, ao descobridor Pascoal Moreira Cabral, a patente de guarda-mor das minas. A Fernando Dias Falcão e Antunes Maciel, concedeu-se a superintendência das mesmas. Estava, assim, configurada a ação do Estado na formação da sociedade mineradora. A ordem metropolitana impunha seus valores, dando aos descobridores patentes que lhes conferiam poder e prestígio, tornando-os, deste modo, guardiães dos interesses reais. De pronto, o Estado impõe medidas disciplinares, dentre elas a cobrança de impostos, a arrecadação

(6) - José Barbosa de Sá. *Relação das Povoações de Cuyabá e Mato Grosso de seus principios até os presentes tempos*, Pág. 12

"Divulgada a notícia pelos povoados foi tal o movimento que causou nos animos que as minas gerais Rio de Janeiro e de toda a Capitania de São Paulo se abalarão muitas gentes deixando casas, fazendas mulheres e filhos botando-se para estes sertões ..."

(7) - João Antônio Cabral Camilo. *Op. Cit* Pág. 8.

(8) - Raymundo Faoro. *Op. Cit*. Pág. 58 1ª vol. 2ª edição.

"Tamanho era o empenho de obedecer às ordens metropolitanas que as vilas se criavam antes dos povoados, a organização administrativa precedia a fixação das populações. Começava-se com isso uma prática que ia marcar a história da colônia: a criação da realidade pelas leis e ordens régias."

dos quintos de ouro e dos dízimos, quer exigidos das fazendas, em particular, quer dos escravos que adentrassem as minas.

Bandos proibitivos, a mando do governador da capitania, procuravam ordenar e disciplinar a população, impondo penalidades aos habitantes que violassem as ordens prescritas pela administração colonial. (9) Estas providências obrigavam a população a se submeter à pressão exercida pela Coroa que tinha por objetivo exercer seu direito de proprietário assegurado pelo Pacto Colonial. (10)

Controlar o fluxo minerador significava estabelecer certa racionalidade, disciplinando o trabalho, ordenando o espaço urbano, normatizando o comportamento do trabalhador. (11) Em assim sendo a produção seria maior e a coroa

(9) - Virgílio Correa Filho. História de Mato Grosso, Pág. 209 "As penalidades atingiram a todos desde os vendedores em taboleiros, aos notívagos encapotados e mesmo aos camaristas que pensassem em burlar as ordens estabelecidas."

(10) - Fernando Antônio Novais. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)

(11) - José Barbosa de Sá - Op. Cit, Pág.s 20 e 25. Para proteger os interesses da Coroa, o governador da capitania cuja sede era São Paulo se deslocou para as minas de Cuiabá. No período em que ele esteve presente na Vila a população passou por um período duras repressões sofrendo as mais severas taxações. O cronista José Barbosa de Sá deixa registrado em sua obra o regozijo da população quando da partida do General Rodrigo Cezar para São Paulo: "Com a sua partida melhorou tudo cessaram as excomunhões execuções lágrimas e gemidos, pragas, fome enredos, e mecilanias apareceu logo ouro produziram os mantimentos melhoram os enfermos."

usufruiria de mais lucros. (12) A população, por seu turno, acomodava-se a estas posturas, pois acreditava que o Estado estava, a seu modo, protegendo-a das adversidades da empreitada mineradora, e, ainda, assegurava-lhe o direito da posse da terra. Com isso, vislumbravam lucros compensadores.

A Coroa interessava manter as minas produzindo. Para tanto, era de todo necessário favorecer a fixação de uma população que estivesse disposta a enfrentar as adversidades deste meio tão hostil. Mais ainda: precisava combater, de maneira enérgica, alguns inimigos que impediam o avanço das bandeiras. Somente assim promover-se-ia a descoberta de novas lavras. Condição fundamental, importava à Coroa organizar, disciplinar e manter a ordem, com vistas a poder atender ao interesse mercantil, cujo objetivo se identificava com a acumulação de capital. Neste momento, a economia vinha ao encontro desta finalidade, primando pelo fluxo comercial que se caracterizava pela exportação do ouro (13) e pela importação dos produtos manufaturados europeus.

Destruir os gentios que barbarizavam os comboios e, de quando em vez, atacavam as lavras, tornou-se o fito

(12) - Fernando A. Novais. Op. Cit.

(13) - José Jobson de Andrade Arruda. O Brasil no Comércio Colonial (1796 - 1808) (contribuição ao Estudo quantitativo da Economia Colonial. Pág. 74.
"Entrados no século XVIII, a economia portuguesa passa a girar em torno do ouro brasileiro. A primeira metade do século XVIII passou-se numa relativa estabilidade econômica. O ouro brasileiro chegava com regularidade permitindo saldar com metal o déficit da balança comercial portuguesa."

principal das autoridades coloniais.(14) Assim agindo, resguardavam os interesses metropolitanos, ao preservar a produção aurífera da capitania através da proteção aos mineiros. Os gentios representavam os "bárbaros inimigos das minas."(15) No entanto, não havia como derrotá-los a curto prazo. Os indígenas não se submetiam: revidavam os ataques e impediam os avanços das monções. Muito bem equipados, com canoas mais ágeis, conhecendo melhor a região, hábeis no manejo dos rios, sempre em grande quantidade, defendiam o seu espaço, matando e destroçando as expedições organizadas pelo conquistador. Diversos são os relatos de ataques às monções.(16)

Em 1730, o ouvidor Antônio Alves Lankas Peixoto foi vítima dos índios paiaguás que "com oitenta canoas e quinhentos bugres tomaram de surpresa os homens do magistrado matando "quatrocentos católicos" além de se apoderarem de 60 arrobas de ouro que este levava para São Paulo.(17)

(14) - Instrução que há de seguir e observar o Cabo da Bandeira Antônio Soares de Godoi, do Mestre de Campo Comandante Francisco Lopes de Araujo. Vila de Cuiabá 28 de julho de 1771. In: revista do Arquivo Público de Mato Grosso, Vol 1 no. 2 set 1982/fev 1983.

(15) - Bando datado de 1722 expedido por Rodrigo Cesar de Menezes no qual ordena formação de Bandeira para combater os índios paiaguás e proteger as monções de povoado e de fazenda. "fica por bem estabelecido que o senado da Câmara deverá arrecadar bens para montar bandeiras".

(16) - José Barbosa de Sá.Op. Cit - D. Antônio Rolim de Moura Correspondência Vol 1 Pág. iii.

"Nas minhas Instruções me ordena Sua Magestade que não podendo acabar por bem com o gentio Paiaguá se abstenha de nos fazer hostilidades que costuma, o reduza a isso por meio de armas. O primeiro é impossível por ser aquele gentio bárbaro."

(17) - Idem. Ibidem.

A despeito disso, a maior preocupação das autoridades residia no fato de estes índios se associarem aos espanhóis, já que aqueles trocavam o ouro e as fazendas fornecidas das monções "por objetos de valor insignificante proporcionando lucros vantajosíssimos aos intermediários astuciosos." (18)

Ora, o desvio do ouro e a amizade com os espanhóis, que viviam no vizinho território de Assunção e Aldeia de Santa Rosa, representavam sério perigo à atividade mercantil. Mais ainda: abalava a segurança da área mineradora. A fixação da população nesta região se impunha, pois a preservação da dominação portuguesa e a proximidade dos espanhóis ameaçavam a sua soberania. Desde os primórdios da ocupação, o governador infligiu sérias proibições no tocante à livre movimentação no território mato-grossense. Esta medida tinha a função de controlar o comércio e o tráfico do ouro na região. (19)

Os espanhóis, por sua vez, davam guarida aos índios e, através das trocas efetuadas, estimulavam os ataques às monções, pondo em risco o controle exercido pelos portugueses sobre o comércio colonial. É de todo patente que o contrabando tornou-se prática efetiva na região. O comércio com os espanhóis supunha a captação do ouro e da prata, propiciando ao monconeiro formas de acumulação e de sonegação do fisco exercido pela administração colonial nas lavras. (20)

(18) - José Barbosa de Sá. *Op. Cit.* Pág. 110.

(19) - *Idem.* *Ibidem.*

(20) - José Jobson de Andrade Arruda. *Op. Cit.* págs. 583 585.

A Coroa combatia arduamente esta prática, cominando sérias penas e sanções que pudessem reprimir estes abusos. Em razão disso, foram criados registros que tinham também a função de cobrar os impostos relativos à entrada de mercadorias. D'Alincourt observou, quando de sua viagem Santos - Cuiabá, cerca de 8 passagens e 4 registros. (21) Estes impostos naturalmente, eram repassados ao preço das mercadorias, tornando-as excessivamente caras. (22)

O contrabando favorecia o enriquecimento dos comerciantes locais e fortalecia as transações mercantis. Na verdade, o contrabando da prata, ouro e diamante contribuiu para o reordenamento do conjunto das forças produtivas da região mineradora, sobretudo por ter permitido a continuação das importações de produtos monopolizados pelas grandes casas comerciais do litoral. Esse intercâmbio mercantil fez com que comerciantes acumulassem capital suficiente para, que, independentemente da crise da mineração, pudessem, com o lucro obtido nas transações comerciais, investir em terras, gado, engenhos e escravaria. (23)

Com o contrabando, ficava configurada uma prática que, se era combatida teórica e psicologicamente pela coroa,

(21) - Luis D'Alencourt. Resultados dos trabalhos e indagações Estatísticas da Província de Mato Grosso. Anaes da Biblioteca Nacional Rio de Janeiro - Vol 8

(22) - Luis Lisanti Filho. Negócios Coloniais (Uma correspondência do século XVIII). Pág. 5.

(23) - Alcir Lenharo. Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização. Lucia Helena Gaeta Aleixo, Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre. (1850 - 1888)

acabou por ser parte integrante dos mecanismos do sistema colonial. (24) Se esta prática feria os interesses do exclusivo colonial, ao mesmo tempo favorecia o interesse metropolitano. As autoridades estimulavam os colonos a praticar o contrabando da prata por via de transações comerciais realizadas com as povoações espanholas. (25) Seu objetivo estava centrado na necessidade deste metal para a própria circulação monetária vigente na Metrópole, neste momento. (26)

Desta forma, o colono sentia-se estimulado a praticar também o contrabando de ouro e diamante. Se era lícito fazer com a prata, por que não com o ouro e diamante, que lhe asseguravam melhores condições de existência? (27) Este foi, sem dúvida, um dos mecanismos mais compensador que o colono encontrou para fazer resistência às formas extorsivas exercidas pelo fisco na região mineradora - a capitulação e a cobrança dos quintos reais. Muitos comerciantes, através deste expediente, conseguiram dar seguimento às suas atividades com ampla margem de lucro. Isto lhes proporcionou a possibilidade de acumulação e a

(24) - Alcir Lenharo. *Op. Cit.* Pág. 37

(25) - *Idem.* *Ibidem.* Pág. 10.

(26) - José Jobson de Andrade de Arruda. *Op. Cit.*

(27) - Fernando A. Novais. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial* (séculos XV - XVIII). pág 23. "Em suma, licenças, concessões, contrabando parecem-nos fenômenos que se situam mais na área da disputa entre várias metrópoles europeias, para se apropriarem das vantagens da exploração colonial que funciona no conjunto do sistema, isto é, nas relações da economia central europeia com as economias periféricas. Não atingem, portanto, a essência do sistema de exploração colonial."

diversificação nas suas atividades econômicas. (28)

Os espanhóis efetivam as transações com os indígenas, fornecendo-lhes instrumentos que serviam, no constante, para combater os avanços do minerador sobre o seu território. Dominá-los era função dada a todos aqueles que pretendiam conquistar as terras mineiras. Para tanto, organizavam bandeiras cujo intuito era destruí-los, atacando suas aldeias, queimando suas roças, aprisionando suas mulheres e crianças. (29)

Este procedimento era instruído por Bandos pelas ordens do Senado da Câmara, e a população das minas subsidiava

"Ano de mil setecentos e setenta e três deu o gentio Bororo muitos assaltos pelos arredores desta Vila matando gente e pondo fogo as casas fez o Senado da Câmara juntar o Povo consultou-se que saísse bandeira contra o Gentio saio no mês de Agosto capitaneada por Pascoal Delgado Lobo com despesa de mil seiscentas oitavas de ouro retiradas do Povo chegou no dia doze de Dezembro com oitenta e tantos prisioneiros de ambos os sexos adultos e crianças mandaram-nos arraiá-las Capela São Gonçalo." (30)

(28) - Lucia Helena Gaeta Aleixo. *Op. Cit.* Carlos Rosa. *O comércio da Conquista*. Elmar F. Arruda. *Formação do mercado interno em Mato Grosso*. Sec. XVIII.

(29) - Microficha 5 doc 63 AHV. Avulsos CX I no. 29 31 de março de 1731 - NDIHR - Certificado do termo da Junta para a saída de Bandeira para conquista do gentio payaguás.

(30) - José Barboza de Sá. *Op. Cit.*, Pág. 54.

estas bandeiras, fornecendo-lhes víveres, canoas, armas, munições, negros e muitas oitavas em ouro. José Barbosa de Sá, em suas crônicas relatava:

Nem sempre as bandeiras conseguiam seu intento. Muitas, partindo, foram totalmente destroçadas. O governador Rolim de Moura, em Carta enviada a sua Majestade, D. José I, não subestimava a força dos índios, principalmente dos payaguás.

São estes gentios poderosos e valentes, nunca atacam tropa alguma sem que primeiro o tenham vigiado muito tempo, escondem-se pelos ribeirões e sangradouros; que desembocam nos rios por onde é a nossa viagem... e quando nos vêem descuidados, saem de repente com uma gritaria, e o seu empenho todo é molharmos as armas e abordar para se livrarem do dano, que elas recebem, se nos dão lugar a isso. São capazes de causar grandes destroços a nossas tropas, mesmo não se servindo de armas de fogo." (31)

Os indígenas eram desalojados de seus territórios, empurrados para local distante das minas. Com este procedimento, os conquistadores neutralizavam, temporariamente, a ação destruidora dos gentios.

(31) - Carta enviada a sua Majestade D. José I, a 8 de julho de, 1751 por D. Antônio Rolim de Moura, Governador da Capitania de Mato Grosso.

As contínuas investidas das bandeiras foram tão eficazes, que acabaram por dizimar nações inteiras como a dos aripoconés e paiaguás. No início do século XX, tais tribos já não existiam.

Além da guerra declarada às bandeiras, os administradores coloniais usavam de outro artifício para subordinar as populações indígenas: - a criação de missões. Formaram grandes aldeamentos com índios reduzidos, ou domesticados. Sua função também era a de formar mão-de-obra, habilitada para suprir o deficiente mercado de trabalho da capitania. (32) Muitos destes aldeamentos forneciam batedores e, por ocasião das investidas espanholas sobre o território mato-grossense, foram os índios usados como soldados de linha para defesa da região ameaçada. (33) O objetivo era torná-los vassallos úteis, capazes de produzir, e, se isto não ocorresse, pelo menos não deveriam ser obstáculos à produção.

Em Carta Régia de 12 de maio de 1798, a rainha D. Maria I ordena aos administradores um meio muito eficaz para se promover a civilização do gentio - os casamentos de brancos com índios. Assim se expressava:

"Portanto ordeno-vos que cuideis muito em promover os casamentos entre índios e brancos: e para que estes tenham um estímulo que se os delibere a estas alianças: hei por bem conceder a todos os brancos que casarem com índias a prerrogativa de ficarem isentos de todos os serviços públicos..." (34)

(32) - Elizabeth Madureira Siqueira. *As minas de Cuiabá: Primeiros Tempos*, Pág. 31.

(33) - Carta Régia datada de 12/3/1798 sobre a Civilização dos índios. Cuiabá. Pág. 10.
"Tratareis também de formar um corpo efetivo de índios bem como os de Mato-grosso e de Goiás."

(34) - Carta Régia de 12 de Maio de 1798 sobre a civilização dos índios; *Op. Cit.*, Pág. 14.

A recomendação expressa pela rainha está pautada na necessidade de manter o índio sob a custódia do poder constituído. A vigilância acarretava mantê-los sob os olhares das autoridades que lhes dariam assistência material e espiritual sem o temor dos perigos e estragos que ameaçam, novas explorações e viagens se abrirão, novas minas serão descobertas, novos produtos e novas saídas a eles, e os próprios indígenas, como outros já fizeram conhecedores do território, servi-nos-ão de guias." (35)

Manter a ordem para que a região continuasse a produzir, e descobrir novas minas sem a ameaça do gentio, tudo isso era deveras importante. Se não por outras razões, assegurava à coroa portuguesa a manutenção da economia mercantil, fundamental para a perpetuação do poder metropolitano. (36)

(35) - Discurso do Presidente da Província de Mato Grosso o Dr. José Antônio Fimenta Bueno, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 19 de Março de 1837.

(36) - Fernando A. Novais. Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XV - XVIII).
"Nos quadros do sistema colonial tratava-se, na essência, de explorar as novas áreas de modo a promover a primitiva acumulação capitalista nas metrópoles; isto envolvia naturalmente montagem de um aparato produtivo; e pois ocupação e povoamento, mas o

ouro se constituía, neste momento, produto prioritário em toda a economia colonial. Manter as minas produzindo significava dar continuidade à política econômica metropolitana.

Diversas foram as tentativas de subordinar as nações indígenas. Se algumas sucumbiram diante da violenta repressão exercida pelo Estado, especialmente pela sua superioridade militar, outras resistiram por longos períodos. A documentação nos patenteia que os ataques às populações que avançavam sobre o território indígena, continuaram até o século XX. (37)

A submissão exigiu do Estado grande esforço em dinheiro e homens. A máquina governamental quase sempre esteve montada para, prontamente, repelir e impedir a força da dominação das poderosas nações indígenas. (38)

Várias estratégias foram usadas para controlar gentios, desde o ataque armado até o aliciamento. O discurso atinente ao índio também foi-se transformando e tomando novas

Cont. (36) - essencial era a exploração. Daí a ocupação, isto é, a expansão geográfica visar a certas áreas (o Intertrópico) preferentemente e o povoamento se organizar através do engajamento de trabalhadores (europeus, aborígenas ou africanos, conforme o caso) por parte dos colonos dirigentes da empresa."

(37) - Encontramos, nos periódicos mato-grossenses, notícias sobre ataques indígenas tanto a barracões de seringalistas como a roças e pequenos povoados. Entre eles, *O Comercio*, *A Tribuna*, *A Reacção*, *A Capital*, *O Corumbaense*.

(38) - José Barbosa de Sá: *Op. Cit.* pág 54; Fragmento encontrado no Arquivo Público de Mato Grosso Avulsos CX 1766 - 1768 - informando sobre o poderio de quatro grandes nações indígenas que habitavam a região do Rio das Mortes no ano de 1769.

feições. De força de trabalho, a alaiado; de bandidos e selvagens, a "filhos que merecem a maternal atenção", o indígena veio a tornar-se alvo de privilegiada atenção do Estado. Tudo isso com vistas a explorar e povoar o vasto território brasileiro.

Em 1772, o Padre Inácio Pedro Jacome solicitava ao governador da Capitania uma série de benefícios para a conquista das terras que ficavam além da povoação de Cuiabá a qual denominavam de Cachoeiras.

Para receber estes benefícios, justificava que, além de levar a Santa Fé aos "miseráveis", estaria ao mesmo tempo aumentando a segurança do Estado com a redução dos gentios. Estes se transformaram em mão-de-obra para produzirem víveres ao Forte de Bragança na fronteira com os domínios da Espanha. Em nome da Santa Fé se fazia a redução e catequização dos indígenas e para tanto deveria ser concedido:

"A todos os que formos povoar, nossas sesmarias de terras sem despesas, dando-se-nos a mim e a meu sócio, três léguas em quadra para na paragens que julgarmos mais cômoda, para podermos fabricar engenhos, assim de farinha, como de açúcar e mais afeitos de cana; e seguindo-se os mais por uma e outra parte do Rio, concedendo-se também terras muitos suficientes para a cultura e tráfico de índios, ficando assim estes como todos os mais que formos povoar, isentos de pagar dízimos; e os efeitos que ali fabricarmos e os botarmos para

Minas não pagarão entradas (como se pratica nas Gerais), por serem da mesma Capitania."(39)

Apesar do discurso ter mudado os indígenas ainda eram vistos como povos capazes de ao mesmo tempo transtornarem a vida dos povoadores com sua violência e com o seu trabalho.

Se o Estado conseguiu disciplinar parte das nações, elas, por seu turno, resistiram usando também de todo o seu poderio.(40) Os códigos e os acordos estabelecidos com os brancos eram facilmente rompidos. Os gentios não se curvavam docilmente às exigências e às promessas do conquistador.

O presidente da província em 1837, José Antônio Pimenta Bueno, assinalava que

"conservar os índios em aldeamentos não é seguramente o melhor, antes repellido pela longa experiência, que o Brasil tem tido, ou porque nunca prosperam, ou porque chegam muitas vezes, como ainda há pouco aconteceu na Província de Goiás, a fugir todos, quando devêra supôr-se que o discurso

(39) - Livro registro da Secretaria de governo, 1768 - 1772 Págs. 30-32.

(40) - Elizabeth Madureira afirma em seu artigo *As Minas de Cuiabá: Primeiros Tempos*, que as tribos que não haviam sofrido processo de desintegração tribal conseguiam resistir aos avanços dos colonizadores.

de muitos anos os tivessem civilizado." (41)

A terra era o seu domínio, o ambiente seu maior aliado. Investiam mortalmente sobre os viajantes em combates rápidos, bloqueando as vias de comunicação - (rios e caminhos terrestres). Desferiam golpes certos sobre o abastecimento das minas. Sem segurança e tranquilidade, era impossível manter as minas produzindo, e, assim, o comércio mercantil não sobreviveria. Luis Albuquerque, governador da Capitania de Mato Grosso, culpou os indígenas pela pouca densidade demográfica, afirmando que muitas mocções de povoado foram totalmente arrasadas pelos contínuos ataques indígenas. (42)

Se a subordinação existiu, veio ela aliada a uma resistência ampla e obstinada. Muitas vezes, o aparelho governamental conquistou vitórias mas, por outras, amargou grandes derrotas. (43)

O processo de subordinação dos gentios foi acompanhado pela sua resistência. As formas de luta, utilizadas pelos gentios para poder garantir e conservar o seu espaço vital, foram tão dinâmicas que, mesmo em condições mais desfavoráveis,

(41) - Discurso do Presidente da Província de Mato Grosso o Doutor José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de maio de 1837; Op. Cit. Pág. 23.

(42) - Luis Albuquerque de Helle Pereira e Cáceres carta enviada a 12 de maio de 1775.

(43) - José Barbosa de Sá. Op. Cit. Pág. 21.

deram mostra de sua superioridade sobre o conquistador. (44)

No caso indígena, a resistência se deu ao nível da preservação do espaço e território fundamentais a sobrevivência das diversas nações.

A manutenção da ordem econômica vigente, exigia a civilização dos gentios pois, estes representavam com a sua resistência, séria ameaça ao exercício da exploração colonial que proporcionava aos burgueses metropolitanos a acumulação de capitais. Daí compreendermos a preocupação e o desvelo que a rainha D. Maria I revelava ao mandar editar a Carta Régia que ordenava aos seus subordinados imediatas providências para que os gentios fossem integrados ao "meio civilizado."

Necessária se fazia a preservação da ordem econômica presente na Europa e a civilização do indígena era objeto de grande cuidado, pois este ameaçava o exercício da exploração colonial que propiciava a acumulação capitalista. Daí a preocupação da Rainha, D. Maria I, que ordenava aos seus subordinados imediatas providências para que os gentios entrassem "na sociedade e fazerem parte dela para participarem igualmente com outros (meus) vassallos dos efeitos do (meu) constante e nunca interrompido desvelo e sob a minha maternal a

(44) - O Corumbaense, Corumbá, 10 de fevereiro de 1881 - nº 58 - Traz uma nota sobre ataque dos índios a sítios próximos a Cuiabá, assim se expressava o redator sobre os índios "continuam os silvícolas em sua feroz e diabólica missão, isto é a matarem, a roubarem e a incendiarem impunemente tudo quanto encontram".

atenção." (45)

Por que os índios deveriam fazer parte da sociedade? Neste momento, a Rainha não os queria como mão-de-obra possível, mas como elementos (vassallos) indispensáveis à manutenção da ordem, visto que eram constantemente responsabilizados por prejuízos causados à produção colonial, em razão de distúrbios os mais desatinados.

Logo em seguida, a Rainha os queria como vassallos, capazes de produzir e de participar da sociedade, tornando-se elementos produtivos, por força do seu trabalho. Doutra forma dizendo: queria fossem elas mão-de-obra integrante do processo de produção.

Fazer parte da sociedade significava, também, mantê-los sob constante vigilância, sujeitá-los aos códigos e às ordenações impostas pelas autoridades. Estas acreditavam, assim poder controlar suas ações e domesticar seus atos. E, em contrapartida, discipliná-los, chamando-os para o seu convívio e incorporando-os ao processo de produção. Era imprescindível fazer deles cidadãos passíveis de prestar contas de seus atos ao Estado. Bem mais: considerá-los capazes de produzir e participar da sociedade, à semelhança dos demais.

O discurso apregoava que, com a domesticação do índio, a segurança e tranquilidade da população laboriosa estariam asseguradas. No entanto, seria necessário incutir-lhes novos valores.

(45) - Carta Régia de 12 de Maio de 1798 sobre a Civilização dos índios.

Para transformar o indígena em cidadãos e conservá-los sobre a tutela do Estado foram ordenados a formação de aldeamentos ou das chamadas Colonias dos índios. Administradas por um diretor e um paroco onde recomendava-se reunir o maior número de índios da mesma tribo, o registro dos mesmos por famílias, a construção de engenhos, fábricas de pilar arroz e fazer farinha, a criação do gado agricultura, além do exercício da língua e do aprendizado de ofícios necessários a sobrevivência da Colonia. Ao diretor cabia manter os seus administrados ocupados para distraí-los dos seus pretextos frívolos ensinando-lhes a língua portuguesa e as noções de ordem e higiene. Deveria transformar o aldeamento em uma pequena povoação limpa e ordenada onde haveria um controle efetivo de todas as famílias para o aumento e civilização dos índios.

Assim ordenava Luis Pinto de Souza Coutinho em 1769 aos Diretores:

"No último dia de cada ano fará sempre o diretor uma lista por famílias, de todas as pessoas de um e outro sexo que houver na povoação tanto maiores como menores, declarando-se na mesma os nomes, sexos, idades, nações, ofícios e ocupações; notando-se em título separado todos quantos houverem nascido nesse ano, de um e outro sexo, quantos tiverem casado e finalmente quantos se tiverem ausentado da povoação quantos tiverem vindo de novo para ela e a nação de que são e quantos tiverem falecido no mesmo ano, de um e outro sexo, com declaração do número dos que forem

adultos e menores; como também dos que tiver dado soldada. E para poder fornecer o Diretor as referidas notícias, será obrigado a ter um caderno aonde note em cada mês tudo o que acontecer na sua povoação aos sobreditos respeitos." (46)

No final do século XVIII e principalmente no séc. XIX, surge uma nova concepção de ordem. A fundamentá-la, um novo discurso. Os indígenas deveriam ser deixados em paz. Represálias só seriam adotadas se os ataques partissem destes. Seguramente, a ameaça representada pelos índios já não se fazia tão grande. As nações indígenas já eram amplamente conhecidas e, muitas delas, "domesticadas." (47)

A mineração estava em franca decadência e a produção já se voltava a estabelecimentos mais organizados.

"Estão as minas cansadas; os seus jornais já não cobrem as despesas do ferro, aço, alimento e vestuário dos escravos, e por isso o mineiro já desesperado se passa a lavrador ou criador de

(46) - Avulsos Lata 1769 A. APEHT.

(47) - Extrato do Discurso do Presidente da Província de Mato Grosso o Doutor José Antônio Fimenta Bueno. Op. Cit. Pág. 32.

"Muitas diferentes nações indígenas vadiam incultos e extremíssimos sertões da Província em grandes porções ainda não trabalhadas por nossa parte, de algumas temos notícias, e de outras de que seguramente existem bem fundadas conjecturas: entretanto, cinquenta e três diversas nações estão reconhecidas e delas somente dez domesticadas outras apenas chegam a fala."

gado, ou erige um engenho de aguardente e açúcares."(48)

Este comentário, de J. Manoel de Siqueira, em 1802, caracteriza bem o momento. Confinados nestes estabelecimentos, os colonos estavam mais protegidos, e, de certo modo, não interferiam muito no domínio dos indígenas. Possuíam uma infra-estrutura mais ostensiva, capaz de repelir as investidas dos gentios.

Quando escasseavam os alimentos nas matas, os índios não vacilavam: atacavam estes sítios, tomando as colheitas e animais. Ainda que assim, seu intuito era bem defenido, voltado à sobrevivência.

Com o avanço dos sertanistas, à cata da seringa ou das drogas do sertão, as nações indígenas foram sendo impelidas para o interior dos sertões. Muitas tribos, aproveitando-se das oportunidades oferecidas pela exploração destas riquezas, findaram por usá-las como instrumento de troca.(49) Em Diamantino, o Padre Badariotti registrou a presença de índios parecis e bacairis usando a borracha para a compra de mantimentos. Acreditava, ainda, que, se os índios fossem totalmente civilizados, poderiam ser utilizados como mão-de-obra

(48) - J. Manoel de Siqueira. Memória sobre a decadência das três Capitânicas de Minas e os meios de a reparar págs 4 a 9.

(49) - Padre Nicolau Badariotti. Exploração do Norte de Matto Grosso: região do Alto Paraguai e Planalto do Parecis. Págs. 79/80.

sistemática à exploração da poaia e da borracha. Assim se expressava: "fonte de comércio de riqueza é para Diamantino a relativa proximidade dos índios especialmente os Bacairis e os Parecis. Estes índios uma vez civilizados e adotando os nossos costumes virão ao Diamantino prover-se de fazendas de armas e mantimentos oferecendo em troca borracha e poaia." (50)

A aspiração do Padre Badariotti visava à civilização dos indígenas e à sua incorporação ao mercado.

Muitas nações continuaram em confronto com o conquistador e as autoridades criavam destacamentos especiais para combatê-los. Em 1840, criaram-se dois destacamentos de primeira linha um em São Lourenço estrada do Pequeri, e o outro no Sangrador Grande estrada de Goiás destinados a defesa dos moradores, do comércio e correios para combater os índios." (51)

O índio lutou contra as investidas do dominador até o século XX, pondo em risco a produção e se rebelando contra a ordem instituída. Os proprietários organizavam expedições para destruí-los e desalojá-los, invadindo seus aldeamentos.

O periódico "O comércio", que circulava em Cuiabá, na sua edição do dia 5 de maio de 1910, trazia estampado,

(50) - Padre Nicolau Badariotti. Op. Cit. Pág. 191.

(51) - Relatório apresentado por Antônio Ribeiro de Rezende à Assembleia Legislativa a 1 de março de 1840. Pág. 12.

em uma de suas páginas, a seguinte notícia:

"Em represálias às constantes perseguições por parte dos indígenas ao seu barracão situado no seringal denominado Tauá, o Tenente-Coronel Alex. Ador organizou uma expedição chefiada por Antônio Cardoso e composta por 26 homens para desalojar indígenas daquela localidade permitindo assim que o seu pessoal possa trabalhar com tranquilidade.

Segundo cartas chegadas ontem a expedição atravessou o rio Arinos na Barra do Maraípe conseguindo surpreender os aborígenes em sua aldeia e apressionar dois pequenos índios."

Ao que parece, os índios não foram surpreendidos, mas, isto sim, conseguiram evadir-se, deixando na aldeia somente as crianças. Algumas vezes, quando o sertanista acreditava ter subjugado o indígena, era surpreendido com a represália. A região dos seringais, situada nas bacias dos rios Juruena e Arinos, sofria com os ataques. Os jornais noticiavam que:

"muitas vítimas sucumbiam as setas dos selvagens caiabis. Foram os seus ataques, a princípio, repelidos com eficiência, devido ao numeroso pessoal dos barracões. Com o decorrer dos tempos, passaram a fazer vítimas isoladas, trucidando aqui e ali pobres trabalhadores desgarrados de suas comitivas... Desde então, ninguém mais se sentio

em suficiente garantia naquela região; os selvagens porém mudaram de tática e foram os poucos chegando aos barracões, onde sempre colhidos com carinho tudo e tudo obtendo com qualidade. As suas vítimas entretanto continuaram. A última foi Manoel Velloir Velho que os brindava com ferramentas vestuário até armas de fogo. Tal confiança que Manoel Velho depositava nos caiabis que só desarmado junto a sua própria casa de morada foi cruelmente trucidado."(52).

Continuava a persistir a idéia de civilizar os índios, para torná-los vassallos úteis acreditando que, deste modo, conseguiriam neutralizar suas investidas. A documentação nos dá testemunhos de que a resistência dos indígenas não se fazia cessar.

O processo de dominação levou ao extermínio a maioria das nações indígenas existentes em Mato Grosso.(53) A

(52) - O Commercio, Cuiabá 28 de abril 1910.

(53) - Alam de Mello de Albuquerque Paulo Rogério e Sheila Já em artigo publicado em Contraponto intitulado. As comunidades Indígenas Frente à Expansão da Formação Social Capitalista afirmam que "em nenhum momento a mão-de-obra indígena foi fundamental para a economia européia-colonial ou nacional, e a desagregação das relações sociais periféricas para a produção mercantil, como ocorreu em outros experiencias coloniais. Isso se explica principalmente pelo fato de a produção colonial estar voltada inteiramente para o mercado externo. A partir daí restava apenas uma alternativa aos indígenas: perecer ou abandonar as terras

conquista da terra, com vistas à produção de riquezas, foi fator preponderante na subordinação do gentio. Se, no início da ocupação de Mato Grosso, o ouro representou a riqueza capaz de levar o homem ao confronto com a força do indígena, a borracha, a poaia e a criação do gado foram responsáveis pela sua destruição ainda mais acelerada, concluindo por atingir proporções até então não aventadas. A devastação do meio ambiente, a propagação de doenças, a força das armas mais modernas e o domínio da natureza tornaram o conquistador mais forte, mais agressivo.

A dominação se completou pela extinção de muitas nações. O índio, em menor superioridade numérica, foi incapaz de resistir a ataques organizados. Mesmo assim, sua oposição continuou existindo na forma de pilhagens a sítios e a feitorias de seringueiros e poaeiros isolados na mata.

Nova ordem impõem disciplina e subordinação ao gentio. A legislação passa a considerá-lo cidadão e, como tal, deveria ser tratado como membro da sociedade, a esta devendo prestar contas de seus atos. (54)

Ao indígena coube, no início da colonização, o

Cont. (53) - embrenhando-se para o interior, sempre com a vanguarda das frentes de expansão da sociedade européia-colonial ou nacional lhes acompanhando de perto. O resultado, decorridos alguns séculos, foi um processo de depopulação extremamente violento, que reduziu a população indígena de alguns milhões no início da colonização para cerca de 200 mil atualmente.

(54) - Carta Régia de 12 de Maio de 1798. Sobre a civilização dos índios.

trabalho compulsório no cultivo e fabrico do açúcar. Com a introdução do negro escravizado, o gentio foi relegado a outro plano. Passou a ser um entrave à manutenção da economia mercantil, quando punha em risco com seus ataques as monções que completavam o circuito das relações comerciais. (55) Teve que lutar não só com as instituições administrativas, como também com os proprietários que viam suas atividades econômicas e seus lucros ameaçados pela resistência desses gentios. Se não fosse possível disciplina-los, torná-los vassallos úteis, melhor seria exterminá-los. Assim, não representariam um entrave para o sistema.

Rolim de Moura, em Carta a Diogo de Mendonça Corte Real, datada de 5 de setembro de 1754, apontava como necessária a extinção do gentio payaguá que favorecia a fuga de escravos para os domínios espanhóis. (56) Este fato abalava a economia

(55) - Fernando A. Novais. *Op. Cit.*, Pág. 32... "os indígenas foram também utilizados em determinados momentos e, sobretudo, na fase inicial nem se podia colocar problema nenhum de maior ou melhor "aptidão" ao trabalho escravo, que disso é que se tratava. O que talvez tenha importado é a rarefação demográfica dos aborígenes e as dificuldades de seu apresamento, transporte etc. Mas na "preferência" pelo africano revela-se, cremos, mais uma vez a engrenagem do sistema mercantilista de colonização, esta se processa, repetimo-lo tantas vezes quantas necessário, num sistema de relações tendentes a promover a primitiva acumulação capitalista na metrópole: ora, o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias em escravos, abria um novo e importante setor de comércio colonial, enquanto que o apresamento dos indígenas era um negócio interno da colônia."

(56) - Carta a Diogo de Mendonça Corte Real em 25 de setembro de 1754, in: Antônio Rolim de Moura *Correspondência*, vol 1.

mercantil colonial que estava apoiada na mão-de-obra escrava. (57) Aos negros era dado qualquer tipo de trabalho, desde a mineração, considerada insalubre e responsável pela grande mortalidade de escravos (58), até o trabalho na agricultura, de onde provinham os gêneros de subsistência que abasteciam as minas. (59)

Os escravos participaram da ocupação de Mato Grosso, enfrentando os índios, da mesma forma como os colonizadores o fizeram. As crônicas da época estão repletas de relatos, testificando quanto o negro lutou, ao lado do mineiro, contra o gentio. Muitas vezes, negros eram capturados vivos pelos índios que depois os trocavam com os espanhóis.

(57) - Fernando A. Novais. *Op. Cit.*, Pág. 27.

"Não se tratava apenas de produzir para o comércio, mas para uma forma especial de comércio - o comércio colonial; é, mais uma vez o sentido último (aceleração da acumulação primitiva de capital) que comanda todo o processo da colonização. Ora, isto obrigava as economias coloniais a se organizarem de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou sua forma limite, o escravismo."

(58) - Antônio Rolim de Moura. *Correspondência Vol. I*, Pág. 80... "dos poucos negros que há muitos passam de quarenta e cinquenta anos de idade bastante avançada para os que se ocupam em minerar, principalmente nestas minas aonde envelhecem e se envaldam mais depressa. Do resto são raros os que não chegam a trinta anos."

(59) - José Gonçalves da Fonseca. *Notícia da situação de Mato Grosso e Cuyabá: Estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes em Revista do Vol. 29* pág. 356. "Negros de guiné escravos consta pelo livro de matrícula de capitação, haver o número de 1.100, dos quais somente 60 o é que poderão empregar-se nas faisqueiras e lavras, por se ocupar o resto em lavoura de mantimentos."

é célebre o episódio relatado por Barbosa de Sá sobre a valentia do negro Sebastião que pelejou com os paiaguás:

"Achou-se no mesmo conflito um negro por nome Sebastião de nação Benguela corpulento esforçado, pelejou este primeiro da sua canoa com um varejão cada bordoadada que com ele dava era um inimigo morto e vendo que da canoa não esgrimia a seu gosto, saltou para um reduto de campo que estava em totrujucaí onde deu que fazer a toda turba, que roda sobre caiu ele para o prenderem a não matarem querendo-o armar, sacaram-lhe o varejão das mãos avançaram-se a braços o negro nu intujucado escorregava-lhes pelas mãos como um porco não haviam forças que o subjugassem; a um arrancou a língua pelas guelas a outro torceu o pescoso que lhes pos a cara para as costas dava-lhes murros nos narizes com a mão fechada que os deixava atordoados até que o sujeitaram e levaram vivo..."(60)

Os ataques dos índios as monções obrigavam aos negros, que nelas viajavam como escravos, a lutarem ao lado do branco.

Os escravos eram significativamente importantes, pois consistiam na força básica do comércio colonial. Rolim de Moura acreditava que, sem eles, o comércio não se sustentaria.

(60) - José Barbosa de Sá. Op. Cit, Pág. 33

Assim se reportava em 1754:

"Mas para facilitar o dito comércio é circunstância essencial a introdução de negros, pois como Vossa Excelência sabe muito bem os brancos sem eles em toda a parte da América, e principalmente em minas quase se pode dizer que são inúteis.

Além da utilidade, que fazem aos comboieiros, remando-lhe as canoas, e sendo ao depois aqui a fazenda de maior saída, também a concorrência deles nos livrará (a ambos) de bastante cuidado, evitando a traficancia, e violência que exercitam os ditos conboeiros com os índios servindo-se do pretexto de não terem pretos para lhe remarem."(61)

Sua preocupação expressa a outra condição proporcionada pelo comércio do escravo, à acumulação que se processava através do tráfico, pois, como ele bem assinala, é a fazenda de maior saída, e, desta forma, cumeria com os objetivos propostos pelo sistema de exploração colonial.

Os trabalhos executados pelos negros, na exploração do ouro, eram árduos e desgastantes. O contato contínuo com a água ocasionava o rápido extermínio destes

(61) - Antônio Rolim de Moura. Correspondência Vol. 1 págs. 122/123.

trabalhadores. Aqueles que conseguiam sobreviver, tinham que se submeter às violências do feitor e às constantes febres e sezões que infestavam os rios da região. (62)

Muitos, ao resistirem, fugiam para os domínios de Castela. Outros em retirada, se agrupavam em quilombos. (63), causando verdadeiro temor aos dirigentes do período.

No decorrer de todo o império, encontramos relatos dos presidentes da província, fazendo diligências para controlar as fugas e destruir os quilombos. (64) A proximidade com a fronteira da Bolívia e Paraguai facilitava estas fugas. Não raras vizinhas, à caça de escravos fugidos. (65)

(62) - Antônio Rolim de Moura. Correspondência Vol.1 pág. 35.

(63) - João Miguel de Castro e Antônio Thomé Francisco, *Discussão Geográfica da Capitania de Mato Grosso*, pág. 286. "Tomou o nome de Pioho um grande quilombo de escravos fugidos, ... e que o Ilmo. Sr. Luiz Pinto de Souza Coutinho quando governou esta capitania mandou destruir, apreendendo muitos escravos, cuja diligência se repetiu no ano de 1795 por ordem do Exmo. Sr. João Albuquerque, por contar que o resto "aquele quilombo se tinha ali novamente estabelecido e com efeito acharam nele 54 pessoas que vieram para Vila Bela, isto é negros..."

(64) - Antônio Ribeiro de Rezende Relatório apresentado a 1 de março de 1840 a Assembléia Legislativa Provincial, pág. 33. "Consta-me que outros quilombos existem em diversos lugares da Província, fazendo-se notável que há nas proximidades de Vila Maria. Convém fazê-los bater e destruir. Estas reuniões de escravos fugidos são mais não só pelos prejuizos que ocasionam a seus donos, mas também pelo perigo da segurança da vida e da fazenda dos povos e finalmente pelo direito que dão a fuga de outros escravos, a quem oferecem guarida."

(65) - Rufino Enéias Gustavo Galvão. Relatório com que abriu a 1a. sessão da 23a. Legislativa a da Assembléia Legislativa Provincial no dia 10 de outubro de 1880, pág. 7 "sendo o carregador de Porto Suarez, na República da Bolívia, representando e pedindo providências sobre procedimento de alguns individuos que transpondo a nossa linha divisória tenham aparecido no território boliviano com o fim de apreenderem escravos fugidos, mandei proceder um inquérito policial."

Tal fuga se combatia também com o auxílio da força policial. Os proprietários obtinham proteção do Estado para garantir o seu patrimônio. Os mecanismos de repressão sobre o escravo eram severamente exercidos.

Para repudiar o cativo e estas perseguições promovidas pelos senhores, os escravos formaram verdadeiras unidades onde tanto a segurança como a produção eram altamente controladas. Mantendo lavouras de subsistência, os negros conseguiram desenvolver um circuito de trocas com as povoações próximas. Desenvolveram relações amistosas com os índios e as populações das fronteiras que os acolhiam."(66)

Havia muitas outras formas, utilizadas pelos escravos, para fazer face à escravidão. Muitos optavam pelo suicídio, outros recusavam executar algumas tarefas. Acresça, ainda, a prática dos mais diversos delitos, capazes de levá-los a prisão. Em suma, tais expedientes eram muito comuns entre eles.(67)

A disciplina, imposta pela rotina de trabalho nas áreas da produção açucareira, mantinha o escravo sujeito ao eito num regime de até 16 horas de trabalho, dificultando a sua resistência. Vigia dos feitores, não conseguiam tempo para uma convivência coletiva. Eis por que, quase sempre, as fugas ocorriam individualmente.

(66) - Lucia Helena Gaeta Aleixo. Mato Grosso: trabalho escravo - trabalho livre (1850 - 1888), pág. 78.

(67) - Luiza Rios Ricci Volpato. Cativos do Sertão. Vida Cotidiana e escravidão em Cuiabá - 1850-1888, pág. 248.

A propaganda abolicionista trouxe a visão de uma nova ordem, facultando o regime de trabalho livre no Brasil. A resistência exercida pelo escravo esteve sempre presente em todos os momentos da história de Mato Grosso. A sua intensidade chegou ao ponto de os quilombos se proliferarem em toda a província, conseguindo resistir (68) aos ataques da força policial organizada. Seu poderio causava preocupações à administração que, continuamente, exercia pressão sobre os proprietários para que estes se unissem e batessem os calambolas.

Contando com a proteção de algumas tribos indígenas, que viam neles a possibilidade de obter certos produtos necessários a sua sobrevivência, os escravos fugidos se organizaram, pondo em risco o desenvolvimento das atividades econômicas da Província. No entanto, muitos permaneceram subordinados ao trabalho compulsório, possibilitando o enriquecimento a grande parcela de proprietários que viam neles a única força de trabalho capaz de produzir. Navarro de Camargo, comerciante boliviano radicado em Cuiabá, assim retratava o homem Mato-grossense:

"os homens deste país são valentes, mas quando se trata de trabalho são parasitas acostumados a usar outro homem para produzir o seu pão. São inúteis, seus negócios andam calmos como mormaço, não buscam novidades. Vivem a espera da morte ou de

(68) - Idem. Ibidem. Pág. 298, ver ainda Edvaldo de Assis Contribuição para o Estudo do Negro em Mato Grosso.

melhor sorte. Não lutam por elas, só esperam..."(69)

A decadência da mineração acarretou a impossibilidade de enriquecimento fácil e imediato. Para muitos, a esperança se depositava na agricultura e no comércio, como assinalou, em 1818, D'Alincourt: "Mas para esta população prosperar deve firmar o seu forte interesse na Agricultura e Comércio..."(70)

Para que o desenvolvimento econômico se processasse era necessário que o negro escravizado e o índio fossem disciplinados e controlados.

2 - A UTILIDADE DO PODER

"Lá naquele país de sonho, em que a natureza recompõe um paraíso em cada canto, da mata o homem decai, outra vez, perde a coragem de lutar como o homem."

Roquette - Pinto.(71)

A manutenção da ordem exigia, também, que a população se identificasse com os conceitos de docilidade de costumes e índole pacífica, aspirados pelas autoridades.

(69) - Avulso AFEHT-Lata 1887 C. Carta de Navarro de Camargo.

(70) - Luis D'Alincourt- Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá.

(71) - E. Roquette - Pinto. Rondônia, pág 155.

Esta foi função das mais complexas, numa região de mineração cujas distâncias, por si só, impunham dificuldades imprevisíveis.

Se, por um lado, era necessário estimular a agressividade do homem, para fazer dele um conquistador forte e hábil, capaz de vencer os perigos do meio-ambiente, por outro era preciso discipliná-lo. De todo e qualquer expediente dever-se-ia prevalecer, afim de que não se transformasse num senhor independente, impossibilitado de ser controlado pelo poder da autoridade competente.

Importava estar inserido na sociedade organizada para poder produzir e prestar contas de seus atos. A ele era permitido obter ganhos, mas, em contrapartida, cabia também a ele produzir lucros para o sistema.

Introduzia-se a atividade econômica no domínio do privado para dela poder tirar os benefícios de um empreendimento sem riscos. Ai, o mercado era controlado por condições impostas pelo movimento mercantil, que assegurava à metrópole altos lucros, propiciando-lhe uma acumulação ideal.

Esta, como contrapartida, permitia aos colonos a posse da terra e sua exploração, com o que retiravam dela algum excedente. (72)

(72) - Lucia Helena Gaeta Aleixo. Op. Cit. Pág. 31.

"O monopólio de comércio exercido por Portugal não impediu que os comerciantes ambulantes das lavras de ouro acumulasse um quantum de capital - dinheiro que se transformava em meios de produção e escravos, e em seguida, estes se tornavam mercadorias novamente lançadas no mercado assumiam a forma de capital dinheiro acrescidos de lucro."

Este mecanismo fazia com que as minas fossem, aos poucos, sendo povoadas. Barbosa de Sá estimava que, em 1726, aportaram em Cuiabá cerca de 3.000 pessoas. (73)

Os relatos dos viajantes patenteiam que novas expedições chegavam periodicamente, acelerando o crescimento populacional.

Ainda que a dispersão dos recém-chegados atingisse os mais diversos arraiais e lavras, a maior densidade demográfica concentrava-se em Cuiabá. (74)

Sendo assim, o controle disciplinar exigia um esforço muito mais rígido para que a ordem se instaurasse. O sistema impunha, então, uma gama muito ampla de domínio sobre todas as atividades desenvolvidas na região mineradora. Intentava controlar o trabalho em suas diversas formas, a vida do trabalhador, seu lazer, definir e disciplinar o espaço urbano, instaurando ordem e dando-lhe racionalidade.

Para que este objetivo fosse atingido, como primeira atitude a metrópole instituiu um governo local que não só defendesse os interesses da coroa, como também fizesse cumprir a política econômica do Estado, impondo um sistema de impostos e de tributações. (75)

Ora, disciplinar a mão-de-obra, nesta quadra do

(73) - José Barbosa de Sá. *Op. Cit.* vol. 1. Pág. 9.

(74) - Virgílio Correa Filho. *História de Mato Grosso*, *Op. Cit.* Pág. 630.

(75) - Pandiá, Calógeras. *As minas do Brasil e sua Legislação*; 3 Vol.

século XVIII, consistia na tarefa menos árdua, pois esta, atada ao sistema de escravidão, era regulada e coagida pelos seus próprios proprietários. O mais complicado estava em subordinar uma população livre, que, muitas vezes, representava os interesses da Coroa na colônia. Esta população que conseguiu, com os "favores" do Estado Metropolitano, enriquecer-se e obter uma parcela de poder. Contudo, a administração colonial, através de certas concessões, manteve sob seu controle a população desta vasta região.

Desde os primeiros esboços da ocupação das minas, a Coroa teve seus interesses preservados. Foi instalado um governo provisório com a nítida obrigação de assegurar as pretensões da Metrópole e disciplinar as lavras descobertas.

Este procedimento evidencia que a sociedade colonial estava ciente de sua dependência quanto à Coroa Portuguesa, e que a hierarquia, criada pelo aparato administrativo, representava uma forma clara de subordinação à regras disciplinares impostas pelos portugueses.

O mecanismo de controle, então utilizado, nada mais era que a obediência à hierarquia criada pela estrutura administrativa. Esta estabelecia normas disciplinares que eram respeitadas pelos povoadores. Tal atitude fica bem clara quando analisamos as atribuições do guarda-mor-regente das minas de Cuiabá, Pascoal Moreira Cabral, erigido neste cargo por seus companheiros de expedição:

"guardar todos os ribeiros de ouro, socavar,

examinar, fazer composições com os mineiros e botar bandeiras, tanto a minas como aos inimigos bárbaros, e visto elegerem o dito Ihe acatarão o respeito que poderá tirar autos contra aqueles que forem régulos como amotinador e alives, que expulsará e perderá todos os seus direitos e mandará pagar dívidas e que nenhum se recolherá até que venha o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes." (76)

Todas estas prerrogativas, dadas a Pascoal Moreira Cabral por seus companheiros, revelam a necessidade que tinham de uma autoridade que conduzisse os destinos das lavras. Imputaram a Cabral o poder disciplinador, inclusive concedendo-lhe o direito de punir aqueles que, porventura, desrespeitassem as condições de sobrevivência econômica de todos.

O título de guarda-mor das minas conferia ao descobridor prestígio e poder, dois atributos reguladores na sociedade mineiradora. Eles são outorgados aos administradores das minas que controlam e aplicam as medidas impostas pelo regimento de arrecadação: tanto com a cobrança de captação sobre toda e qualquer fazenda, pessoa ou escravos que fossem ao povoado. (77) Este mecanismo foi, não para dúvida, o mais oneroso à população mineira, que não se submetia a ele com muita

(76) - José Barbosa de Sá. *Op. Cit.* vol 1 pág.13.

(77) - Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do Ouro. Pobreza Mineira no século XVIII*, págs. 130 e 131.

facilidade. Para a Coroa, representou sua maior fonte de renda.

A importância do controle sobre a arrecadação era tão prioritária, que o próprio Capitão-General e governador da Capitania e São Paulo vai, pessoalmente, a Cuiabá, onde permanece por um longo período e aplica, durante a sua estada, os mais severos tributos. (78)

O controle imposto pelas autoridades, conferida pela Coroa com vistas a proteger os seus interesses econômicos, conduzir a população a um estado de constante protesto. Não poucas vezes, fez com que muitos abandonassem a vila e se embrenhassem sertão_o fora, à procura de novas lavras. Supunham poder fugir por algum tempo do arrocho do fisco. (79)

A população mineira, composta de uma extrema fluidez, conseguia, a seu modo, manter resistência, ainda que velada, às normas impostas pelas autoridades.

O contrabando, eis outro expediente de que os mineiros se prevaleceram para evadir o controle da Fazenda Real. Vale reforçar: a grande extensão territorial da Capitania e sua

(78) - José Barbosa de Sá. *Op. Cit.* vol 1 págs. 19 e 20.

"Em quinze de novembro deste ano chegou ao porto geral desta vila o General Rodrigo César... trouxe consigo uma grande frota de canoas e bastante gente... o capitão mor Jacinto Barbosa Lopes Provedor da Real fazenda entrou a cobra-la com toda a força e riu: a saber os quintos de ouro a seus oitavas por cabeça fosse a pessoa que fosse que nenhum exibia. As entradas das fazendas de povoado a oito oitavas por cada fardo de fazenda seca cinco por carnas de molhados a quatro por cada negro ou índio que entravam que de todos se pagava sem cessar de pessoa sexo e idade e os dízimos dos frutos que também se cobravam por conta da mesma fazenda."

(79) - *Idem. Ibidem. Pág. 20*

proximidade com os domínios de Castela facilitavam o contrabando. Medidas primitivas e preventivas eram sancionadas, mas nem todos os caminhos podiam ser policiados.

Desde o limiar do povoamento, entre os planos da Metrópole residia aquele de dar um certo ordenamento à população, incentivando a formação núcleos urbanos. (80)

A Coroa, ao criar a Capitania de Mato Grosso, ordenou a Rolim de Moura que fundasse uma Vila com o fito de agregar a população que estivesse dispersa pelos arraiais e lavras. Esta Vila seria a sede da Capitania e ponto estratégico para a defesa do território português contra os espanhóis. (81)

A organização administrativa deveria preceder à fixação da população. Com tanto, conferir-se-ia ao administrador poder de disciplinar e ordenar, de modo eficiente, a população. (82)

Para que as medidas de controle atingissem maior eficácia, a Metrópole utilizou a organização militar que, além de garantia à cobrança dos tributos reais, possibilitava à população livre, que nela ingressasse, a ascensão ao prestígio e poder.

Raymundo Faoro enfatiza esta situação dizendo que "A patente das milícias correspondia a um título de nobreza, que

(80) - Buscamos em Laura de Mello e Souza. Op. Cit. Pág. 104 compreender a utilização da construção de cidades como instrumento de dominação e através dela a perpetuação do poder metropolitano na Colonia.

(81) - Antônio Rolim de Moura. Biografia, pág. 52.

(82) - Raymundo Faoro. Os donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro. Vol 1, 2a. ed.

irradiava poder e prestígio... (83)

Por ocasião da conquista das minas de Cuiabá, a população pobre de São Paulo foi chamada a se incorporar às milícias e a participar das monções de povoado. (84)

Em assim, a administração poderia controlar as descobertas do ouro e impedir que os mineiros detivessem o controle sobre a produção.

3 - AS FASES DA DOMINAÇÃO

O poder acobertava, praticamente, duas faces: ora servia à Coroa, ora ao colono.

A Coroa, por delegação, titulava o colono que defendia os interesses da Metrópole com ações que chegavam até a contribuir para a acumulação metropolitana. Por outro lado, este mesmo colono se beneficiava do poder, conferido pela Coroa, para preservar os próprios intentos. Recorria à máquina administrativa para garantir a sua sobrevivência econômica, obtendo lucros que lhe favoreciam a formação de capital para novos investimentos. Em esboço, a posse da terra emprestava-lhe status e poder.

A utilidade do poder cimentava-se nesta troca de favores ditados pela dupla face do poder. Embora tivesse ele o condão de disciplinar, foi pouco e pouco afrouxando os laços, até

(83) - Idem. Ibidem. Pág. 192.

(84) - Gentil de Assis Moura. O primeiro Caminho para as minas de Cuyabá, pag 6.

ao ponto em que o colono conseguiu instituir uma sociedade com características específicas.

No que respeita ao uso do poder, identificamos três fases na sociedade mato-grossense.

A primeira delas toca ao momento da conquista e da ocupação da área mineradora. Nesta quadra, a autoridade estimulava, distribuía benefícios, relaxava a vigilância, dava concessões com vistas a deter a posse da terra conquistada. Aos detentores de poder e prestígio, obrigava-os a conduzir o processo produtivo e administrativo, subordinando para tanto a população mais pobre. Desta forma, estabeleceu algum potentado capaz de conduzir o processo disciplinador na região.

O mineiro se fez dependente do poder para, através dele, assegurar os seus interesses, quer na conquista da sua mina aurífera, quer na defesa de sua segurança contra o inimigo maior - o gentio hostil. Então, a sujeição à autoridade representava a tranquilidade e segurança necessárias para o seu enriquecimento.

O segundo momento está conectado à formação de uma vila condensadora da população. Desta, o poder, já agora atribuído a fidalgos oriundos de Portugal, de per se dignos da confiança da Coroa, poderia asfixiar qualquer tentativa de resistência às normas reguladoras do núcleo mineiro. (85)

É aqui que os impostos, taxas, quintos são cobrados, exigindo a total subordinação desta população ao

(85) - Raymundo Faoro. *Op. Cit.* Pág. 174. Vol. 1, 2a. ed.

controle estabelecido pela Coroa.

As medidas firmadas seguem uma racionalidade, na qual a Metrópole se apresenta com total domínio sobre os colonos. Como estímulo, para a defesa dos interesses mercantis, fundados nos ideais de produção de metais preciosos, importantes para promover o processo de acumulação de capital na Metrópole portuguesa. (86)

Manter a população atada às formas de controle era indispensável ao poder. Esta população produziria e, através do uso de métodos disciplinares, não se afastaria dos objetivos que a Metrópole se propunha. Voltado a isso, foi formada a milícia. A propósito, assinalava Faoro: "os milicianos moldaram a sociedade do interior, assegurando-lhe, com seu vínculo ao rei, a disciplina, a obediência e o respeito à hierarquia." (87)

O controle era rígido, chegando ao ponto de impedir o trânsito das pessoas no povoado mineiro. O acesso às minas só se fazia através das monções, que eram controladas não só para a cobrança dos direitos reais, bem assim para se conhecer o cabedal daqueles que iam comercializar ou se estabelecer nos arraiais mineradores. (88)

Disciplinar a população acarretava às autoridades a normatização por meio de Bandos que regulamentavam desde proibições ao uso de armas de fogo e jogos de azar, até a

(86) - Fernando A. Novais. Op. Cit.

(87) - Raymundo Faoro. Op. Cit., Pág. 193, vol. 1, 2a. ed.

(88) - Felipe José Nogueira Coelho. Memórias Cronológicas da capitania de Mato Grosso, Op. Cit. Pág. 670

definição e uso de espaços urbanos.

O lazer, controlado e mantido pelas autoridades, mascarava a forma de conduzir os costumes.

As Casas de Truque, locais em que se realizavam os maiores negócios da vila, tais como compra e venda de escravos e ouro, jogos de azar arcavam com altos tributos. Daí a atitude condescendente daqueles que, por dever primavam pelos bons costumes, já que tais casa também proporcionavam espaço para que o meretrício se mantivesse e grassasse mais e mais. (89) Frequentadas por pessoas de todo tipo, representantes de classe e condição social as mais diversas, caracterizavam o "locus" mais dinâmico da vila e, também, o mais visado caracterizando-o como "pessoas da primeira nobreza da terra." Seriam, certamente, os senadores e os ricos comerciantes. (90)

Outros membros desta sociedade estavam distribuídos entre os comerciantes menos abastados, caixeiros e traficantes.

Havia, ainda, aqueles denominados pelos escrivães da época, em seus registros, como "pessoas de baixa condição proibidos de usar vestimentas luxuosas, carruagens e espadas." (91) Pela documentação, podemos deduzir que estas

(89) - Virgílio Correa Filho. História de Mato Grosso, pág. 670
"As Casas de Truque pagavam a Fazenda Real em 1727, 128 oitavas enquanto que uma loja ou Venda 50 oitavas, uma Loja ou venda de seco ou molhado 64 oitavas de ouro".

(90) - Felipe José Nogueira Coelho. Op. Cit. Pág. 672.
"três tardes de cavalhada em que concorreram as pessoas da primeira nobreza da terra."

(91) - Maria Cecília Guerreiro. Op. Cit. Vol. 4, págs. 18 e 19.

pessoas eram mulatos, mestiços livres e homens pobres que vinham tentar a sorte nas lavras.

Os mulatos sofriam muitas perseguições da população branca(92), mas eram de grande utilidade para a Coroa, pois serviam para povoar os lugares mais próximos da fronteira.(93) Em 1797, eles representavam 44,8% do total da população da Capitania. Passados três quartos de século, já em 1872 esse coeficiente (94) ascende de forma significativa, por pouco não duplicando, uma vez que atinge 80,7%.

Estes mulatos acabaram por ocupar, no decorrer do tempo, posições de comando na sociedade mato-grossense. Seja mencionado, por fim, o elemento negro. Este, como escravo, só representava para a sociedade a força de trabalho não tinha nenhum espaço na sociedade.

Todos estes extratos, cada um a seu modo, estavam subordinados à administração, sujeitando-se às medidas disciplinares a eles impostas.

Não apenas os tributos controlavam a população. Ressaltem-se as medidas punitivas que mantinham a "docilidade de costume e a índole pacífica destes indivíduos."

A devassa, o confisco de bens, a força, a excomunhão, o degredo, a expulsão das minas eram sempre ameaças a

(92) - Idem. Ibidem.

(93) - Laura de Mello e Souza. Op. Cit. Pág. 40

(94) - Herbert S. Klein. Os homens livres de cor na Sociedade de Escravista Brasileira, In: Dados no. 17, págs. 9, 12.

forçarem esta população a se curvar diante da administração. À Coroa importava que todos, independentemente do extrato a que pertenciam, faziam parte do processo produtivo e a ele deveriam ser incorporados.

Isto significa dizer que esta população nunca se rebelou contra a exploração. Várias foram as maneiras usadas para o rompimento com a docilidade e índole pacífica: o contrabando, a sonegação de tributos, a exploração ilícita do diamante, a compra e ocupação de terra da Coroa, a formação de quilombos e, por fim, a própria rebelião. (95)

Alforemos, em última instância, a terceira fase identificadora da sociedade mato-grossense de então. A acumulação de capital se deve ao comércio e ao ouro. Alguns senhores da terra ao ocuparem extensas sesmarias, põem-se a dota-las de benfeitorias valorizando-as e embelezando-as. Isso tudo redundava em prestígio e poder.

Estas sesmarias deram origem a engenhos e à propriedade pastoril que, após a decadência da mineração, foram responsáveis pela formação de uma elite que comandou os destinos político-econômicos de Mato Grosso durante grande parte dos séculos XIX e XX. (96) Mais ainda. Esta elite passou a responder

(95) - Walmir Batista Correa. *Rebelião Cuiabana*. Pág. 230. "O choque de interesses entre portugueses que dominavam a atividade mercantil, chamados de adotivos pertencentes a elite nacional, e os brasileiros nativistas culminou com o levante armado em maio de 1834, que ficou conhecido pelo nome de *Rusga*."

(96) - Lúcia Helena Gaeta Aleixo. *Op. Cit.* Pág. 37

pelo poder disciplinador, comandando, a princípio, a resistência contra o domínio português, e ao depois, sublevando-se contra as injunções das autoridades impostas pelo rei. (97)

Deste modo, ela se alia aos mineradores, aos traficantes, aos homens pobres e livres, pois deles necessitam para poder combater, com vigor, os poderosos titulados pelo rei. (98) Burlam a vigilância sonegando impostos, participando do contrabando do ouro e da prata. (99) Protegem os comerciantes e monçoneiros que praticam o comércio ilegal com os espanhóis, em troca da prata e de mercadorias importadas da Espanha, rompendo o monopólio de comércio.

Estes fatos de concreta indisciplina eram praticados por inúmeras razões. Estas iam desde a questão da distância e isolamento da região, que dificultavam seu abastecimento, à necessidade de reter parte do lucro obtido pelos meios produtivos, apossando-se de parcelas do ouro que, pela legislação, pertenciam à Coroa. Os altos tributos, e notadamente os riscos que corriam na aplicação do seu capital, na descoberta e exploração das lavras, na compra de escravos, na defesa do território contra os ataques dos gentios, na despesa que a viagem às minas exigia, favoreciam o rompimento com a legalidade.

(97) - Carlos Rosa, *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia Cuiabana*.

(98) - Raymundo Faoro. *Op. Cit.* Pág. 174, Vol. I, 2a. ed.
"A função pública congrega, reúne, domina a economia. Ela é "o instrumento regalista da classe dominante;" formando um patriciado administrativo."

(99) - Alcir Lenharo. *Op. Cit.*

Não bastasse, a própria autoridade, instituída pela Coroa, participava da rapina dos cofres reais, sonhando informações nos mapas de arrecadação de ouro e tributos era, por certo, toleradas pela metrópole.

"O roubo tende a tornar-se a primeira das grandes escapatórias à legalidade nesse movimento que vai de uma sociedade da apropriação jurídico - política a uma sociedade da apropriação dos meios e produtos do trabalho."

Essa assertiva de Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, esclarece muito bem a ação do colono.(100) No século XVIII, a apropriação dos meios e produtos do trabalho, com ressaibos de ilegalidade, e que favorecia a formação de um grupo capaz de acumular para conquistar um espaço na sociedade colonial.(101)

Quando este grupo se transforma na elite dominante, passa a disciplinar, codificar e controlar esta prática para impedir que outros dela se apropriem. Daí por que o homem pobre e livre, os escravos e os índios se tornam elementos que necessariamente, precisam ser disciplinados e mantidos sob controle para que as "práticas ilícitas" sejam identificadas e punidas.

(100) - Michel Foucault. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão* Pág. 60.

(101) - Affonso E. de Taunay. *História Geral das Bandeiras Paulistas. Tomo Décimo - Págs. 218-219.*

O poder que é conferido a eles, passa a vigorar e a ser aceito pela sociedade. Como pano de fundo, admite que todos sejam cidadãos passíveis de punição.

Esse novo proprietário do poder abarca, com sua força de dominação, todo o conjunto da sociedade, desde seu empregado até o viajante anônimo. A área de atuação não se circunscribe à sua propriedade, atingindo lugarejos e cidades. Controla os caminhos, os rios, as terras devolutas, as alfândegas e o comércio tudo, enfim, passa pelo seu crivo.

Associado a seus pares, exerce o poder de força e dominação. Nas ocasiões em que afloram disputas entre si, estas são políticas e o perdedor nunca deixa de ter seu poder econômico preservado. Ele é afastado temporariamente da disputa, mas nunca do poder. (102)

Discussões sobre a legalidade da ação do ganhador entram em pauta, o arbítrio ampara o mais forte, cria-se um novo ajustamento capaz de regular o estatuto jurídico-político que justifique a ação praticada pelos contendores. Ainda que o processo de dominação troque de mãos, a conduta repressiva permanece inalterada.

A face de dominação assume um novo perfil: ser responsável pela conduta do homem pobre, que vive na dependência do grande proprietário.

Nova forma de disciplina é adotada. O controle estará sempre destinado a manter subordinada a mão-de-obra

(102) - Maria Manuela Renha de Novis Neves. *Op. Cit.* pág 91.

*disponível, mas esta nem sempre pronta para atender aos apelos da
dominação. A resistência, mesmo frágil e esparsa, continua a
fazer parte da conduta deste homem que teima em ser sujeito de
sua história.*

II - PARTE - A CONSOLIDAÇÃO DA FOSSE -

CAPÍTULO III

A SUBORDINAÇÃO E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES
DAS USINAS DE AÇÚCAR

" A União dos Operários de Mato - Grosso, associação que tem por lema "Liberdade, Ordem e Trabalho", interpretando o sentir dos seus associados em Assembléia Geral...

Considerando que da ordem e da tranquilidade é que depende o bem estar principal da classe proletária, e que essa ordem dificilmente poderá existir sem que a autoridade legitimamente constituída seja prestigiada pela classe pobre, elemento único que tem lançado mão as agremiações políticas para a desordem.

Considerando ser o Governo de V.Exa. por excesso de partidarismo para a propaganda da liberdade, o mais progressista que temos tido até hoje, e, por isso, o que melhor consulta os vitaes interesses da classe proletária resolve apresentar como apresenta ao mesmo governo de V.Exa. o seu inteiro apoio, certo de que assim procedendo concorre para o bem estar da pátria mato-grossense."

União dos Operários de Mato - Grosso,
05 de abril, de 1920. (1)

Deparamos com o discurso que identifica a ordem e a tranquilidade como elementos fundamentais da defesa

(1) - Carta dirigida a Francisco de Aquino Correa, presidente do Estado de Mato Grosso, assinada por Feliciano Caldino de Barros em nome da União dos Operários de Mato Grosso, 05/abril/1920.

dos interesses sociais, e aqui, particularmente, da "classe proletária". Esta ordem e tranquilidade só podem ser asseguradas, conforme acreditam os membros da União dos Operários, pela autoridade legitimamente constituída. Daí por que todos os elementos da sociedade devem hipotecar a ela o seu apoio, para que esta possa ter êxito na sua tarefa.

O interesse em manter a sociedade disciplinada está, neste momento, no bojo das preocupações do trabalhador, buscando na tranquilidade e na ordem a própria sobrevivência.

Percebemos, portanto, que não é só a administração pública que busca uma sociedade ordeira para conseguir o "desenvolvimento de pátria matogrossense". Mas, antes de tudo, os trabalhadores perseguem a liberdade, a ordem que trarão o trabalho assegurado pela autoridade competente. O discurso de ambas facções sociais retrata, e o faz muito bem, o que Maria Stella Bresciani assinalou em seu trabalho "o bom relacionamento entre as populações e as instituições políticas tem como objetivo a permanência da ordem não como um fim em si, mas como meio de realização de um fim mais amplo, qual seja "o programa da região". (2)

O anseio por uma ordem disciplinar se coaduna com a vontade de manter a sociedade produzindo. É garantia da sobrevivência do grupo mais frágil da sociedade, a classe pobre. Como o próprio documento afirma, os grupos se aproveitavam da classe pobre incitando-a à desordem. Ainda que assim, no entender

(2) - Maria Stella Martins Bresciani. *Liberalismo: Ideologia e Controle Social (Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1919)*, Pág. 6.

da União dos Operários. Só com ordem e tranquilidade pode-se alcançar o bem-estar da classe proletária.

O que nos causa admiração é que este discurso se aproxima em muito da fala do Chefe de Polícia. Não é mais uma colocação da autoridade, constituída, mas, sim, de elementos integrantes da força produtiva da região. Hipotecando seu apoio ao Presidente do Estado, acreditavam que não seriam usados pelas agremiações políticas para promover as desordens, ao seu ver prejudiciais ao desenvolvimento do Estado.

O seu lema Ordem, Liberdade e Trabalho nos reporta ao ideal de progresso tão utilizado no Império. Tanto a ordem como a liberdade acabam por desembocar no trabalho. Racionalizando a acção do poder, simplificava-se o exercício do trabalho. O bem-estar da classe proletária está condicionado à ordem. Garantida esta, alcançava-se aquela. Mas, vale reforçar, ao governante competia a preservação quer da ordem, quer da tranquilidade. (3)

(3) - *Ibidem*. Pág. 255. "Parâmetros científicos informam a percepção do social também para aqueles que se colocam numa posição de crítica global à ordem política vigente. Isso porque a intenção que funda a posição de crítica movimenta-se ao interior de um projeto político de classe, que tem na "nação" a unidade instituinte e o elemento contingente da percepção do progredir. Nesse sentido, a postura crítica exige que o mesmo procedimento quantificador das várias atividades seja a base indiscutível para a formulação de uma proposta política alternativa, a qual, no seu limite, postula a reformulação de determinadas normas para assegurar que as premissas fundadoras da sociedade em questão, demonstrado o perigo que as ameaças mantenham-se como princípio instituinte do seu movimento histórico".

O exercício do poder é sugerido pela União dos Operários como mantenedor da segurança, para que haja êxito na produção de trabalho.

Manter a sociedade disciplinada, eis aí a preocupação expressada pela classe trabalhadora. (4)

Entendem que, com a ordem instaurada, o exercício de suas atividades será assegurado. Requerer um poder disciplinador não implica a exigência de uma força repressiva, mas, isto sim, de um poder regulador da ordem, capaz de promover o desenvolvimento e bem-estar da classe proletária.

Procurar manter a sociedade ordenada correspondia à aspiração de diversos segmentos sociais, e aproveitar o interesse da classe trabalhadora para consolidar a ordem era, sem dúvida, muito mais que oportuno.

À bem da verdade, a ordem e a tranquilidade sempre foram subvertidas em Mato Grosso. Usadas frequentemente por grupos como ideário necessário para atingir determinado objetivo político-partidário, justificaram a luta armada, responsável pelo fortalecimento das oligarquias regionais, principalmente no amanhecer do período republicano.

Os coronéis, interessados na manutenção do poder, envolviam em suas disputas políticas aqueles que Feliciano Caldino de Barros, membro da União dos Operários, chamou de "classe pobre".

(4) - Isabel Andrade de Marson. Trabalho Livre e Progresso
Pág. 82/83.

Como a população mato-grossense, neste período, se concentrava na zona rural, os coronéis armavam, tanto os seus agregados, como aqueles que viviam nas franjas de suas propriedades, formando pequenos exércitos tutelados por diferentes chefes políticos. Muitas vezes, favoreciam-se até dos bandidos, que viajavam pela região, para defender seus interesses. (5)

Os usineiros fizeram parte deste grupo de coronéis que, até a década de 20, dominavam o poder local.

Mesmo divididos em duas facções, alternavam-se no comando do governo estadual. Sua força política dominou a região, transformando o Estado em órgão responsável pela defesa de seus interesses econômicos.

Estes coronéis constituíram-se a principal força arregimentadora da população que deles necessitavam para sobreviver. Com poderes ilimitados, comandavam os destinos da região.

Faoro definiu muito bem esta figura peculiar:

"O senhor da soberania, o povo, que vota e decide, cala e obedece, permanece mudo ao apelo à sua palavra. O bacharel reformista, o militar devota-

(5) - Walmir Batista Correa. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889 - 1943)*, Pág. 12. "Num primeiro momento coincidiu com o auge do coronelismo guerreiro e das lutas políticas no Estado, quando bandidos e bandos foram arregimentados e protegidos pelos coronéis que graças a sua capacidade de mobilizar homens armados, vincularam o vandalismo à política local e às disputas pelo poder.

do de idéias, o revolucionário intoxicado de retórica e sonhos, todos modernizadores nos propósitos têm os pés embaraçados pelo lodo secular.

Os extraviados cedem lugar, forçados pela mensagem da realidade, aos homens práticos, despidos de teorias e, não raro, de letras. No campo, no distrito, no município, o chefe político, o coronel tardo e solene, realista e autoritário, amortece, na linguagem corrente, o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita comunicando-lhe, de seu lado, sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no buçal caboclo...

O coronel pleiteia e distribui, protege e mobiliza a segurança coletiva". (6)

A soberania política do usineiro surge com grande força em Mato Grosso, no final do século XIX, quando o açúcar exerce importante papel na economia regional.

I - GÊNESE DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA

Desde o período colonial, a produção de açúcar, aguardente e rapadura, fez parte da economia mato-grossense. A necessidade de abastecimento dos núcleos mineradores, que

(6) - Raymundo Faoro. Op. Cit. Págs. - 620 - 632.

proliferaram na região, foi responsável pelo aparecimento de pequenos engenhos produtores de aguardente e açúcar. (7)

O aumento da população e as dificuldades encontradas pelos monçoneiros, para transportar gêneros alimentícios de São Paulo até as lavras, foram fatores decisivos para a consolidação da economia açucareira.

Se bem que pequena, esta produção supria o mercado local e promovia a fixação de população. Este período foi marcado frequentemente pela exploração aurífera, que ia, pouco a pouco, avançando rumo ao norte da capitania, em busca de novas descobertas. Isto promovia a ocupação de novas áreas e processava o ajustamento da expansão colonizadora. Mato Grosso, nesta quadra, limitou-se a exportar o ouro e a importar manufaturados. Essa atividade complementa a economia metropolitana cujo objetivo era o de promover a acumulação de capital. A exploração das lavras auríferas contribuiu, de modo expressivo, para o enriquecimento da Metrópole portuguesa que, além da cobrança dos quintos reais, incrementava o setor mercantil através do comércio.

Altos lucros advinham desta atividade. Ao mesmo tempo em que a acumulação se processava na Metrópole, os comerciantes locais também conseguiram acumular. Os elevados preços, alcançados pelos produtos importados pelas minas, contribuíram fator responsável pela acumulação.

(7) - José Barbosa de Sá. Op. Cit.

Esta acumulação acabou gerando capital para a compra de terras e de escravos. Mais ainda: grande parte dele foi investido na construção de engenhos. (8)

À princípio, a produção desses engenhos, embora pequena, servia para abastecer as lavras de aguardente e açúcar. Tais engenhos, as autoridades metropolitanas julgavam-nos como inoportunos, pois faziam concorrência com o vinho e o açúcar comercializados pelas companhias monopolizadoras do comércio colonial. Editaram-se cartas régias com o intuito de coibir o seu funcionamento e, inclusive, exigindo a destruição de engenhos já construídos e montados. No entanto, seus proprietários infringiram as ordens, instalavam-se em sítios próximos das lavras e produziam a aguardente e o açúcar clandestinamente.

As autoridades coloniais, cientes que eram das dificuldades de abastecimento das minas, ignoravam estas ordens, deixando os engenhos funcionar livremente.

De freqüente, justificavam sua atitude alegando não possuírem força militar disponível para desmantelar estes engenhos.

Interessava ao governo metropolitano produzir ouro e manter o comércio mercantil em atividade, nesta área de mineração. Qualquer outra atividade, que desviasse desta finalidade, era considerada nociva.

Mesmo funcionando precariamente e ameaçados de destruição, os engenhos proliferaram, ocupando a região da Chapada e, mais tarde, as margens do rio Cuiabá.

(8) - Lúcia Helena Gaeta Aleixo. Op. Cit.

No final do século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira, assinalava a existência de 24 engenhos de aguardente e 22 de rapadura, em Cuiabá. Já em Vila Bela, então capital de Mato Grosso, havia 13 engenhos de aguardente e 03 de açúcar e rapadura. (9)

Tratava-se de pequenas unidades que, em sua maioria, recorriam à tração animal e à água como força motriz. (10) Usavam para sua manutenção cerca de 15 escravos, 10 do sexo masculino e 05 do sexo feminino. Isto facilitava a tarefa de manter em funcionamento esses engenhos. (11)

A produção, ainda que modesta, era totalmente absorvida pelo mercado regional. Isto estimulava os proprietários a aumentar suas propriedades, solicitando concessões cada vez maiores de sesmarias de terras cultiváveis. A terra tornou-se

(9) - Citado por Virgílio Correa Filho. História de Mato Grosso. Pág. 694.

(10) - Francisco Antônio Pimenta Bueno. Memória justificativa dos trabalhos de que foi encarregado a província de Mato Grosso seguindo instruções do Ministério da Agricultura. Pág. 53: "As moendas de cana são movidas a bois e algumas à água como força motriz, porém são muito limitadas as safras de açúcar, mais geralmente de rapadura e aguardentes são maiores".

(11) - Vera Lúcia Amaral Ferlini. Terra, Trabalho e Poder, Pág. 104. "O engenho apareceu como conjunto produtivo peculiar onde as atividades necessárias para a transformação da cana em açúcar foram organizadas segundo critérios de ordem, hierarquia, especialização, sequência e disciplina. Acertava Vieira ao denominá-lo "máquina", mas de um sistema que criava o trabalho como produto da força coletiva. Verdadeiro mecanismo de produção, seus órgãos eram seres humanos. A cooperação foi o princípio articulador do engenho: muitos trabalhadores em processo diferentes, mas conexos da produção. Constituíam, sem dúvida, manufatura orgânica, na medida em que o açúcar resultava da manipulação em série e de processos interligados."

sinônimo de poder e passou a ter seu valor reconhecido como capital; os proprietários de engenho vieram a ser importante força econômica e política na região.

Aos poucos, a produção foi crescendo e estes estabelecimentos passaram a atender à demanda do mercado de fronteira - Paraguai e Bolívia.

Entre 1825 e 1827, Luiz D'Alincourt estimava a produção de Cuiabá, Diamantino e Mato Grosso em 62.987 camadas de aguardente, 34.537 arrobas de açúcar e 972.000 milheiros de rapadura. (12)

A abertura da navegação do rio Paraguai foi decisiva para a implementação da produção açucareira em Mato

(12) - Luiz D'Alincourt. Resultados dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato Grosso.

LOCALIDADE	ANOS	CAMADAS DE AGUARDENTE	ARROBAS DE AÇÚCAR	MILHEIROS DE RAPADURA
CUIABÁ	1825	13498	7731	198000
	1826	13507	7531	199000
	1827	13702	7097	159000
	SOMA	40707	22359	556000
DIAMANTINO	1825	2300	990	40000
	1826	2700	960	45000
	1827	2790	1000	47000
	SOMA	7790	2950	132000
MATO GROSSO	1825	4700	3021	93000
	1826	4900	3097	96000
	1827	4890	3110	95000
	SOMA	14490	9228	284000
	TOTAL	62987	34537	972000

Grosso. Cientes da possibilidade de conquistar novos mercados, além do aumento populacional, os donos de engenhos iniciaram a modernização de seus estabelecimentos. A instalação de usinas em Mato Grosso se deu dentro de um circuito muito restrito, mas promoveu o florescimento da produção açucareira no início do século XX, favorecendo a acumulação de capital em condições de estimular a modernização de antigos engenhos e a criação de novas fábricas.

No final do século XIX, surgem as primeiras Usinas em Mato Grosso, quase todas localizadas ao longo do rio Cuiabá (13).

Virgílio Correa Filho ressalta, em seu trabalho "Indústrias Mato-grossenses", o surgimento desta nova força econômica em Mato Grosso:

"A partir de 1880, assinalado pela importação da aparelhagem que iria iniciar, no engenho de Conceição, o ciclo das Usinas, movidas por máquinas a vapor, multiplicaram-se os estabelecimentos beneficiadores da cana-de-açúcar, que pontilham o Rio Cuiabá de centros de admirável atividade industrial"... (14)

(13) - Antônio Fernandes de Souza, Antônio Paes de Barros (Totó Paes) e a Política de Mato Grosso - Cuiabá. Pág. 24.

"As usinas de fabricação de açúcar e álcool de São Gonçalo, Conceição, São Miguel, Arica, Itaci e Flechas, todas situadas a margem direita do rio Cuiabá, Ressaca, em São Luiz de Cáceres e outra em Miranda, constituíram o maior indício de desenvolvimento industrial do Estado".

(14) - Virgílio Correa Filho. Indústrias Mato-grossenses Pág. 32.

2 - ASPECTOS GERAIS DAS USINAS

"A usina deu trabalho, deu vida pro pobre que não tinha comida.

Aí o homem virava intê bicho só fazia geme e chorá, pra come tinha que intê sua sangue. Tinha coroné que ajudava a gente, alguns era mardito, ruim, mandava bate, e mata tudo aqueles que não queria ficá na Usina prá trabalhá.

Nós pobre sem nada prá vive, calava, com as morte, trabalhava, não tinha voz naquele silêncio que defendesse nós. Delegado de polícia nem pensá era afilhado ou coroné e nós trabalhava quieto, comia quieto, morria quieto". (15)

A maioria das usinas estava localizada ao longo do Rio Cuiabá. Isto facilitava o escoamento da safra e o transporte da cana-de-açúcar para processamento. Possuíam portos particulares que recebiam a cana-de-açúcar de outros produtores e serviam para exportar a sua produção. Todas as embarcações,

(15) - Depoimento de Bento Rafael. Trabalhou na Usina Aricá na década de 1917 e na Conceição a partir de 1925.

as chatas, batelões e lanchas. (16)

O complexo das usinas se fazia compor da Casa Grande, onde residia o proprietário, casas para os camaradas, instalações de balança, casa de máquina, depósitos, armazéns, oficinas, padaria, açougue, serraria, carpintaria e ranchos de palha para abrigar os empregados temporários utilizados na ocasião das safras. (17)

Além dos canaviais, as usinas possuíam rebanho bovino (18), para corte e produção do leite, cavalos e bois para o serviço, lavouras de arroz, milho, mandioca e feijão (19). Tudo isto servia para supri-las de alimentos (20).

(16) - O Comércio de 7 de abril de 1910, dava a seguinte nota:

"Desastre com a lancha Lucy, recém construída nas oficinas da Usina Itaicy... Pelo carregamento pela própria natureza, houve perda de 20 arrobas de assucar e algumas sacas de sal".

(17) - Contrato de Opção de Venda da Usina Conceição, 1925.

(18) - Conforme destaca Manoel Moreno Fraginals em U engenho, Pág. 255, o rebanho bovino teve grande importância para a fabricação de açúcar servindo como força motriz e alimento. Seu valor era comparável à mão-de-obra escrava e considerado o segundo elemento de um engenho.

(19) - Livro de Registro de Notas Gerais - 1924 - Cartório do 1º. Ofício. No registro de Documento de Opção de Venda da Usina São Gonçalo, encontramos os seguintes registros:

"...2 hectares de mandiocal, 4 ditos de arroz que produzem cerca de 25 mil litros, todas as terras cultiváveis estão cercadas de arame farpado. Animais cavalares... com um total de cerca de 100 cabeças e 20 cavalos mansos para o serviço de campo, animais bovinos 150 cabeças e mais 30 bois para o trabalho e mais 20 cabeças de porcos para criar".

(20) - Virgílio Correa Filho. Op. Cit. Pág. 37.

Foucos são os dados existentes sobre o total da produção destas usinas, visto gozarem de isenção no tocante aos direitos de exportação durante alguns anos (21). Com isso, os registros sobre a produção não foram devidamente anotados (22).

O professor Lenine Fôvoas, no seu trabalho sobre o Ciclo do Açúcar e a Política de Mato Grosso, indica que, em 1923, "Itaicy produzia 225 toneladas de açúcar e 50000 carradas de aguardente". Mais adiante assinala que a "Usina Maravilha produzia 1600 litros de álcool por dia, que, desdobrado atingiam mais 200 litros de aguardente".

Podemos afirmar que a produção destas usinas se fazia suficiente para abastecer o mercado local, incluindo a área das regiões fronteiriças como Paraguai e Bolívia.

O índice de produtividade se deu, portanto, em função do atendimento do restrito mercado local. Este proporcionou, de certa maneira, a integração desta economia à produção brasileira, dado que, ao atender a região de fronteira, movimentava a atividade mercantil, capaz de produzir excedente que levou à ampliação e modernização destes estabelecimentos.

No confrontarmos o porte destas usinas com as de São Paulo e do Nordeste, concluímos que aqueles, incapazes de

(21) - Leis Estaduais. Resolução no. 292 de 10 de abril de 1901, Pág. 53.

"O coronel A. Pedro Alves de Barros, Presidente do Estado de Mato Grosso.

Faço saber a todos os habitantes que a Assembleia Legislativa decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Artigo único: Fica desde já isentado imposto de exportação o açúcar fabricado no Estado, revogadas as disposições em contrário".

(22) - Lenine de Campos Fôvoas. Op. Cit. Págs. 26 e 49.

produzir em grande escala, mantinham-se alijadas de toda e qualquer concorrência com vistas à exportação nacional. Embora assim, a verdade manda dizer que elas cumpriam um importante papel no que tange à demanda do mercado regional.

A modernização das usinas em Mato Grosso, ocorrida no final do século XIX, coincidiu com o processo de transformação pelo qual estavam passando as áreas tradicionalmente produtoras de açúcar no Brasil. Referimo-nos ao Nordeste e aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que buscavam maior produtividade para disputar os mercados internacionais. Deste modo, a usina mato-grossense teve importância fundamental na conquista do mercado interno e de fronteira. Conseguiu colocar a sua produção a ponto de se tornar fonte geradora de excedente. Mais ainda: viabilizou o projeto de construção de uma elite regional que, política e economicamente, dominou Mato Grosso durante as três primeiras décadas deste século.

As usinas surgiram no momento em que a abolição da escravidão rompia os antigos laços de dominação sobre a mão-de-obra. Passam a representar um elemento catalisador da força de trabalho disponível na região, em condições de formar um centro agregador de trabalhadores que, então, se encontravam dispersos pela região.

A instalação das usinas implicou a instauração de uma nova ordem que buscava, através de transformações econômicas e tecnológicas, dotar a região de potencial responsável pela supremacia da indústria açucareira sobre as demais atividades econômicas. Esta nova ordem fortaleceu o poder dos coronéis

quanto aos outros segmentos sociais.

A usina surge, à época, como a principal formadora e disciplinada da mão-de-obra. Ela representou a força de dominação e poder. Com seu aparato tecnológico, conseguiu dar nova feição à economia local.

"Dirigimo-nos finalmente ao edifício principal a Usina, cuja imponente chaminé, de 51 metros de altura, lançava no espaço azul o seu negro penacho de fumo.

Sua cúpula de ferro, com três metros e meio de vertical, tem a configuração de uma coroa sustentando no topo a haste metálica do pará-raios apontada para o céu.

Visto à distância, destaca-se o majestoso vulto do importante edifício de dois andares com grandes janelas rasgadas amplamente na face principal e no flanco esquerdo do edifício sendo a fachada voltada para o rio.

Um grande portão dá ingresso à fábrica. (...) À direita, além do cercado, o canavial extenso e verde...

Ao fundo branqueavam as grandes casas de depósitos de açúcar e aguardente caiadas de novo, e mais além a casaria dos camaradas estendia-se pela fralda do morro. (23)

(23) - Antônio Fernandes de Souza, Antônio Paes de Barros (Totó Paes) e a Política de Mato Grosso. Págs. 08/09.

Em toda a paisagem, sobressaía o projeto arquitetônico das usinas. O local onde se desenvolvia as principais atividades da fábrica era simples. A arquitetura a um só tempo, imponente e despojada.

A altivez da chaminé conferia à usina status e poder.

Os locais de depósito de açúcar e aguardente, ladeados pelas casas dos camaradas (24), tudo era concebido de tal forma que pudesse ser visualizado facilmente. (25)

Temos ainda a Casa - Grande, como que a lembrar, aos que aí trabalhavam, a presença constante de seu proprietário -- aquele que mantinha a ordem e dava a todos a tranquilidade necessária para a execução de todas as tarefas.

Os equipamentos modernos funcionavam também como elementos de dominação e subordinação: Eram responsáveis pela implantação de uma nova racionalidade no trabalho. Estabeleceram formas de maior controle e mais dinamismo nas tarefas. (26)

Assim Antônio Fernandes de Souza decrescia o ritmo de trabalho na Usina de Itaicy:

(24) - Registro de Opção de Venda da Usina Aricá, 22 de abril de 1921 - Livro de Registro de Notas Gerais - Cartório do 10.º Ofício.

(25) - Michelle Perrot, *Os Excluídos da História*, Pág. 56.
"A visibilidade e a vigilância também são princípios da disciplina da fábrica. Eles correspondem a uma tecnologia simples, fundada mais nos instrumentos do que nas máquinas".

(26) - *Idem. Ibidem. Pág. 19.*

"Acompanhado por várias pessoas percorremos todas as secções em que se divide a fábrica, começando pela das moendas.

É curioso ver-se carradas e carradas de cana, estendidas sobre uma larga esteira de 20 metros de comprimento, tocada à vapor, iam vagarosamente subindo, sem solução de continuidade, até o primeiro terno de moendas, de 700 milímetros de diâmetro e 1,20 metros de comprimento, onde são esmagadas, produzindo um jorro grosso e contínuo de caldo a correr para os grandes tanques saturadores.

O bagaco é recebido por outra esteira, fechada, em cujo percuso recebe injeções de vapor, e transmitidos a novos ternos de moendas para compressão, sendo afinal deitado ao fogo de fornalha a lenha, para alimentação das grandes caldeiras.

Todo esse movimento é transmitido por grandes máquinas horizontais com suas rodas enormes girando rapidamente.

Em outro compartimento funcionam as turbinas em que é depositado o melado trazido do pavimento superior, por engenhosa combinação, em grandes baldes que são esvaziados por meio de bombas de pressão.

Nas turbinas montadas verticalmente, o melado escuro e grosso, submetido a um processo de

rotação rapidíssima ia-se transformando, em poucos minutos, à nossa vista, em alvos e brilhantes cristais de puro açúcar, que era retirado para secar ao sol.

Ali perto funcionava a bomba a vapor que captava a água do rio, a uma distância de 100 metros para a alimentação geral da Usina.

Mais adiante viam-se outras máquinas, de diferentes tamanhos, cada qual com seu movimento e ruído característico.

Passando ao primeiro andar, vemos inúmeros depósitos metálicos estriadores do melado, enfileirados a guisa de soldados da batalha industrial.

Subimos em seguida para o terceiro andar e nos achamos na repartição dos aparelhos de evaporação, clarificação, condensação e cristalização do açúcar, onde se vê, em enormes caldeiras de triplice efeito a vácuo, através da objetiva, o caldo de cana passando pelas primeiras transformações." (27)

As máquinas, ao favorecerem a maior organização e disciplina no trabalho, propiciaram a participação de menor contingente de trabalhadores, permitindo que, mesmo com o alto

(27) - Antônio Paes de Barros, (Totó Paes) e a Política de Mato Grosso. Págs. 03, 07.

valor do investimento, o retorno do capital e acumulação se processasse muito rapidamente. (28)

Em suma, o aumento das safras garantia esse retorno. Em 1911, a produção total de açúcar atingia 1.200.000 quilogramas, absorvida totalmente pelo mercado local que, do Recife, importava ainda boa parte do açúcar consumido em Mato Grosso. (29)

O jornal *A Cidade*, editado em Corumbá, no seu número do dia 17 de janeiro de 1919, trazia a seguinte nota:

"Pelo Banco Commercial do Rio de Janeiro foi lançado a 7 do corrente um empréstimo por debentures desta companhia na importância de 1.000.000\$000 ao juro de 6%, amortização em 15 anos.

O empréstimo é garantido por todos os bens sociais no valor de 2.325.939\$527 e especialmente pela fábrica instalada no Município de São Gonçalo, correndo a área de 28000 metros quadrados, sendo cerca de 3000 metros quadrados, ocupados por

(28) - Rubin Rezende, *Reservas de Brasilidade*. Pág. 258.

"Itaicy é outra afamada (...) Somente a chaminé desta Usina construída nos tempos em que o dinheiro era fácil, custou setenta contos de réis. A instalação toda vale mais de mil contos de réis.

(29) - *A Imprensa*, Cuiabá 7/01/1911

"A produção total do açúcar atinge a 1200.000 quilogramas insuficiente ainda para abastecer os mercados consumidores do Estado, que importavam grande quantidade da Praça de Recife.

(...) O preço do açúcar é em média de 6 a 7 \$000 mil réis por 15 kg nas usinas e o da aguardente é de 8\$000 por camada".

edifícios novos e amplos armazéns, depósitos e caldeiras."

3 - TRABALHO E PODER

A cultura do açúcar significou poder e força política para os usineiros que, durante os 30 primeiros anos da República, instalaram o seu mando de "coronéis", garantindo privilégios necessários para a dominação local. (30) Tal fato se torna aparente quando observamos a relação destes proprietários com a mão-de-obra local.

A disponibilidade de trabalhadores para a produção de açúcar sempre foi alvo de constantes reclamações por parte dos proprietários. Afirmavam que havia escassez de braços durante a colheita da cana-de-açúcar e, com isso, graves prejuízos para a produção. (31)

A produção açucareira estava vinculada aos períodos de safra e entressafra. Por outro lado, as usinas

(30) - Virgílio Correa Filho. *Indústrias Mato-grossenses*, Pág. 32.

"É a medida que avultava a organização material, com as edificações e montagem de máquinas reveladoras de desenvolvimento econômico simultaneamente afeiçãoava-se o ambiente social às novas condições, que propiciam o surto de nobre classe, imitativa do baronato feudal".

(31) - Mensagem do Presidente do Estado, Coronel Antônio Pedro Alves de Barros, à Assembleia Legislativa, datada de 3 de fevereiro de 1900. Pág. 30.

"A lavoura de cana-de-açúcar tem tido grandes desenvolvimentos nas margens do Rio Cuiabá, onde se contam com diversas fábricas a vapor de produtos saccharinos:... Mas luta com sérias dificuldades por falta de trabalhadores, que entretanto fora daqui se encontram desocupados..."

dispunham de mão-de-obra fixa e sazonal para a realização de trabalhos efetivos ou não. Elas possuíam um número considerável de trabalhadores, que residiam na própria usina, responsáveis pela execução de tarefas consideradas efetivas, como o plantio e a manutenção dos canaviais, engarrafamentos da produção, etc... (32)

Por ocasião da safra, quando a cana começava a ser colhida, era necessário lançar mão da ajuda de trabalhadores temporários que, no final da colheita, eram dispensados. Isto gerava um exército de trabalhadores disponível no período da entressafra, que, no período da safra, poderia representar um pequeno contingente de mão-de-obra disponível. Tal se dava sobretudo porque todas as usinas buscavam os camaradas necessários para a sua produção no mesmo universo de espaço e tempo. (33)

Não nos podemos esquecer de que havia, ainda, outras atividades econômicas que absorviam esta mão-de-obra. Pela natureza das tarefas a serem executadas, estas se apresentavam mais atraentes, uma vez que, além de menos exaustivas, traziam no bojo um certo caráter de liberdade.

(32) - Rubens de Mendonça. *Op. cit.* Pág. 80. Citando o Conego Jácomo Vicenzi assinalava:
"Em vários pontos de Mato Grosso, existem algumas usinas importantes, cujos produtos, em alta escala são o açúcar e aguardente, basta dizer que em cada uma, trabalhavam oitenta, até cem ou duzentos homens".

(33) - Carta assinada por Antônio Paes de Barros, outubro 1903. Dizia ele:
"Se tivéssemos à nossa disposição mais camaradas para a colheita da cana, nosso estabelecimento produziria em ritmo mais acelerado. Nossa atual safra sofre com a escassez de gente própria para a colheita". Ano 1903

Entre elas, merecem destaque o garimpo, a pecuária, a coleta da seringa e as drogas do sertão.

Outro dado a ser considerado é a questão da expropriação destes trabalhadores quanto aos meios de sobrevivência. A vasta quantidade de terras existente em Mato Grosso e a possibilidade da caça e pesca, permitindo o sustento da mão-de-obra, fazia com que o trabalho disciplinado não atraísse os trabalhadores disponíveis.

A nossa herança colonial de país agro-exportador, alicerçado no trabalho escravo, criou dificuldades para subjugar o homem livre nacional e transformá-lo em mercadoria para o capital. (34)

Básico se fazia realizar a expropriação do trabalhador, como frisou muito bem o Professor Lúcio Kowarick:

Contudo, submeter pessoas para que vendam sua força de trabalho não é algo que se possa fazer de um momento para o outro. Ao contrário, a formação de um mercado de mão-de-obra livre foi um longo e tortuoso percurso histórico marcado, no mais das vezes, por intensa coerção e violência. Para tanto, foi necessário efetuar a maciça expropriação, que residiu em destruir as formas autônomas de subsistência, impedindo o acesso à propriedade da terra e aos instrumentos produtivos, a fim de retirar do trabalhador o controle sobre o processo produtivo". (35)

(34) - Florestan Fernandes. Integração do Negro na Sociedade de classe.

(35) - Lúcio Kowarick. Trabalho e Vadiagem. Pág. 10.

A escravidão estigmatizou o conceito trabalho, pois o cativo passou a ser referencial do trabalho organizado, disciplinado e, portanto, degradante. (36)

Apartado do sistema de produção, o homem livre era visto como inútil, vagabundo, sempre disposto a praticar atos ilícitos, sujeito a vícios que o levavam a não suportar a disciplina do trabalho organizado.

Os intendentess municipais, em seus relatórios, reclamavam constantemente deste grupo. Vejamo-lo:

"Cambada de desocupados que infestam nosso Município sem interesse de buscar uma simples ocupação produtiva.

São o "sal da terra", responsáveis e muito pela falência de nossa agricultura. Estão sempre envolvidos em querelas e prontos para a qualquer momento se lançar ao mais aviltado dos vícios: a embriaguês permanente." (37)

O trabalho sistemático e organizado exigia que o homem livre estivesse em disponibilidade no mercado, como força de trabalho. Em Mato Grosso, apesar de a expropriação do

(36) - Idem. Ibidem. Pág. 11.

"Para os livres e pobres, trabalhar para alguém significa a forma mais aviltada de existência (...) já que a produção disciplinada e regular era levada adiante por escravo".

(37) - Relatório do Intendente de Rosário-Deste, em 1910.

trabalhador ter-se iniciado no século XIX, com a adoção de medidas que variavam da disciplina do uso da pesca nos rios até a ocupação das terras do beira-rio, pela lavoura canavieira, este processo só se consolidou nos meados do século XX.

É no decorrer deste século que a ocupação de terras, para a produção de açúcar e para a criação de gado, expulsa a população mais pobre das áreas localizadas nas proximidades dos centros urbanos, gerando a pauperização que se efetiva sobre o homem mato-grossense. (38)

Havia ainda a possibilidade desta mão-de-obra optar por atividades cuja mobilidade, na execução de tarefas, permitia a ela uma jornada de trabalho regulada autonomamente, próprios, como no caso da extração. Estas atividades se apresentam menos reguladoras e mais livres. Desse modo, a economia açucareira se ressentia da falta de braços aptos para tarefas mais disciplinadas.

O aumento demográfico do final do século XIX e a abolição da escravidão trouxeram à economia açucareira um certo contingente de indivíduos que necessitavam de trabalho para promover sua subsistência. De certa forma, expropriados pela ocupação de terras ocasionada pela grande lavoura canavieira, pelas proibições legais sobre a pesca no Rio Cuiabá, na proximidade da cidade, e, em última instância, pela necessidade de subsistir, através da compra de produtos complementares à sua alimentação, quase todos importados a preços muito elevados,

(38) - Alcir Lenharo. Terra para quem nela não trabalha: a especulação com a Terra no oeste brasileiro nos anos 50.

foram compelidos ao assalariamento. (39)

As propriedades, distantes umas das outras, formavam uma comunidade, permitindo ao proprietário estabelecer regras draconianas nas relações de trabalho. (40)

Em regime de super-exploração, os trabalhadores enfrentavam, por ocasião da safra, uma exaustiva jornada de trabalho que iniciava à meia noite e findava às seis da tarde. Isto perdurava de quatro a cinco meses no ano. (41)

Bento Rafael, que viveu e trabalhou em uma das usinas do Rio Cuiabá, assim descreveu o dia-a-dia do homem da usina, que nelas labutava:

"Tocava o sino e nós levantava bem depressa pra trabalhá. Fazia fila e tomava pinga na caneca prá poder ter corage pro trabalho duro do dia. Não lembro que hora começava só sei que não era dia. Começava no escuro e terminava também no escuro.

Trabalhava sem camisa só de carção porque suava. Só parava pra cume feijão cum farinha as

(39) - Lúcia Helena Gasta Aleixo. *Op. Cit.* Págs. 58, 59 e 60.

(40) - Virgílio Correa Filho. *Revendo Cuiabá.*
"O conjunto constitui expressivo povoado que se regia primeiramente pela decisão inapelável de forte senhor de engenho".

(41) - Rubens de Mendonça, *Op. Cit.* Pág. 90. Citando Jácomo Vicenzi, enfatiza:
"No tempo da safra, que dura uns quatro ou cinco meses, vai de meia noite às seis horas da tarde".

vezes um pedaço de carne.

Lembro que era muito quente dentro da fábrica e dava muita vontade de beber água, lavar a cabeça, tomar vento pra respirar. Só podia parar a hora que tocava dinovo o sino.

Uma vez o João do Luca queimou os braços e o peito até a cara ficou caído e ninguém podia acudir ele, até que chamaram o Doto". (42)

Os trabalhadores das usinas viviam em regime de semi-escravidão. Eram punidos da mesma forma que os negros do período da escravidão, levados ao tronco e à solitária quando não realizavam as tarefas determinadas pelos capatazes ou, ainda, quando capturados após tentativas de fuga. (43)

Rubin Rezende, em Reservas de Brasilidade, no tocante a questão também descrevia:

"Pela manhã formavam os trabalhadores em frente do capataz e era distribuída a pinga, tanto

(42) - Depoimento de Bento Rafael.

(43) - Ofício do Interventor Federal a Getúlio Vargas, datada a 29 de janeiro de 1931.

"Proseguindo na campanha em prol do esmeramento material e moral de Mato Grosso e acudindo ao apelo que me tem dirigido pela opinião pública, mandei proceder rigorosas investigações nas usinas estabelecidas neste Estado afim de apurar a verdade sobre as acusações formuladas ao curso da escravatura branca que campeia livremente nestas terras... Na diligência mandada por mim efetuar na Usina "Conceição" foi apreendido o "tronco" com que são seviciados aqueles nossos desventurados concidadãos".

a homens como a mulheres e crianças. Logo depois iniciava-se o trabalho orientado pelo administrador homem de confiança do proprietário. A qualquer arruaça do trabalhador, a qualquer palavra mal interpretada, a qualquer trabalho desajeitado o responsável ia para o tronco. Este era o que o seu nome indicava. Um tronco resistente onde a vítima seria chicoteada".

O poder de dominação dos usineiros estava justamente na força policial que arregimentavam, possuindo verdadeiras tropas particulares, capazes de controlar toda a região pela ação de sua violência.

Cai a propósito reproduzir o esclarecimento que Virgílio Correa Filho, em *Indústrias Mato-grossenses*, nos possibilita, demonstrando a força exercida pelo coronéis visando a dominar a população pobre que vivia na região:

"O usineiro consciente do seu poderio não se limitava a exercer o mando somente na sua propriedade, onde por vezes não ingressava a autoridade policial senão mediante prévia licença.

Dentro do seu território lembrava o fidalgo medievo que diligenciava estender às vizinhanças o influxo da supremacia à que os agregados se dobravam quando não preferiam abrigar-se a outra sombra, ou buscar o afastamento a libertação do constrangimento humilhante.

Para os vassallos, que lhe entrassem na simpatia, abria-se generosamente a bolsa dadivosa do usineiro, bem como a proteçao amantadora de quaisquer deligências.

Entre esses, escolhia-se a turma de capangas, aos quais cabia o encargo de velar pela vida do seu patrão e policiar o estabelecimento em que seriam energicamente sufocados os pruridos de rebeldia, por ventura percebidos entre a camaradagem cujos direitos não excederiam aos dos servos da gleba doutroa". (44)

A autoridade e poder do usineiro ia muito além do seus domínios físicos, já que atingia, no início do século XX, todo o Estado de Mato Grosso.

Fifó denunciava sérias violências contra a população mais pobre:

"Por onde andaré em que usina D. Izabel M. Pedrosa companheira do Sr. Manoel de Freitas, presa há 2 anos na fábrica de cerveja e trocada por 20 arrobas de assucar.

Vença a legalidade para nos dar novo 13 de maio." (45)

(44) - Virgílio Correa Filho. Op. Cit. Págs. 32/33

(45) - O Fifó de 26 de dezembro de 1924 -

Os usineiros, detentores de força política, nomeavam seus Delegados de Polícia que agiam arbitrariamente, a favor da manutenção do poder destes chefes locais. As Câmaras e a Intendência também eram formadas por pessoas indicadas pelos coronéis-usineiros, mantendo em total subordinação a todos aqueles que deles dependiam. (46)

Aqui, o domínio da legalidade estava atribuído ao administrador, sujeito do discurso e agente político, investido de poder pela força da dominação do coronel. Cabia a ele decidir o destino da sua propriedade e da sociedade local.

O trabalhador se submetia em razão do poder exercido tanto pela força organizada, representada pela polícia e pelos capangas, como pela necessidade de trabalhar.

Da violência se ajudava o usineiro para viabilizar a produção e manter disciplinada a massa trabalhadora. Esta situação era do conhecimento das autoridades que, inclusive, a apoiavam.

Aqueles que a denunciavam, pouco de concreto podiam fazer para eliminá-la. (47)

O trabalhador era espoliado através do endividamento. Imperava o "sistema de caderneta".

(46) - Mensagem apresentada pelo Dr. Mário Correa a Assembléia Legislativa Provincial, em 13/5/1929.

"Aí (Santo Antônio do Rio Abaixo) encontrei uma Câmara Platônica que nunca reuniu e que portanto, nunca deliberasse, e, um despota a ditar leis com o azorrague em punho e a garrucha apensa ao cinturão (...). A desobediência era castigada severamente a chibatada para melhor educação cívica do Povo".

(47) - É o caso dos redatores dos jornais. O Fifó e o Liberal.

Em cada Usina havia um armazém onde o trabalhador era obrigado a comprar os mantimentos necessários à sua subsistência. Os débitos desta operação eram lançados em sua caderneta e, desta forma, ficava vinculado ao proprietário pelo endividamento. O pagamento das tarefas era feito em espécie. A Usina Itaicy chegou a cunhar a própria moeda, cujos valores correspondiam a duas tarefas e a meia tarefa. A moeda circulava somente dentro da usina, destituída que era de qualquer valor comercial externo.

Com elas, os proprietários pagavam os serviços prestados pelos camaradas. Estes, por sua vez, valiam-se delas para comprar nos armazéns da própria usina.

O usineiro ficava livre do pagamento em moeda corrente e obrigava os seus empregados a se utilizarem dos armazéns da usina, locais em que os gêneros eram vendidos por preços por eles estipulados.

Assim agindo, realizavam dupla acumulação. E os empregados não podiam ausentar-se das propriedades sem, antes, quitar suas dívidas, o que nunca conseguiam. Estas dívidas caminhavam num crescendo ininterrupto, dado que o salário mal dava para o sustento de uma família. (48)

(48) - A Semmana, Cuiabá em 10/10/26, publicava uma matéria assinada pelo sub-gerente Renato S. Sulivam, da Usina Aricá, em que tentava justificar uma denúncia feita a Redação deste jornal sobre a fuga de alguns camaradas da usina.

"Quanto aos débitos que eles possuem na Usina é muito fácil de explicar a razão.

Desde que o camarada se ajusta na Usina vem com dívida durante o tempo em que ele trabalha retira roupas, fazendas e etc, para por em conta pois, vem recebendo

Aqueles que fugiam, recebiam os severos castigos no tronco, da solitária, quando não eram assassinados no pátio da fazenda, à guisa de exemplo aos outros camaradas. (49)

Outro expediente do qual se socorria o coronel, para subordinar o trabalhador, era a família. Esta tornou-se a peça chave no emprego da dominação sobre a população destes núcleos. Consistia na garantia de fidelidade.

Toda família do empregado passava a participar da produção da usina. Cada membro era usado conforme suas forças e condições.

Das crianças se valiam para garantir o recrutamento e fidelidade da mão-de-obra. O trabalho infantil, orientado pelos pais, servia de base à manutenção da condição de dependência do camarada à usina. Utilizavam-se delas na roça de

Conf. (48) - ele o seu salário semanal e como atestam os livros do escrito e nunca deixando uns dez réis para amortizar o débito, este depois de um certo número de meses só tende a aumentar. Desse modo sem indenização o indivíduo que trabalha na Usina tem sempre débito e d'ahi a grita de serem escravizados".

(49) - Rubens de Mendonça, em seu livro História do Comércio de Mato Grosso, citando Vicenzi, assinala:

"Quando um camarada foge, o patrão o manda perseguir por dois ou três companheiros. Estes nada percebem pelo trabalho, mas se o fugitivo for preso é debitado para a Usina em 20\$000 diárias (ou mais), por cada dia perdido de cada um de seus perseguidores.

Acontece, no entanto, que de ordinário o fugitivo é morto ou resiste, ou por vingança aos que lhe vão ao encargo.

Se o desventurado é preso, levam-no para a usina, além de pesada dívida acima mencionada, sofre um castigo de vinte, trinta ou quarenta dias com trabalhos forçados, de dia, e suportando, durante a noite, o suplício do tronco, encerrado dentro de um quarto, para que, com menos facilidade, se ouvissem seus gemidos".

subsistência, na confecção de sacos, teares, na fabricação da farinha, na pilagem do arroz, na carpa dos canaviais, no transporte e no processamento da cana, entre outros afazeres. Vale registrar que isso se dava principalmente nas tarefas onde o pai ou a mãe estivessem presentes. Aos pais competia a responsabilidade quanto ao trabalho e quanto à subordinação e a disciplina de seus filhos. (50)

Em contrapartida, o coronel assegurava a estas famílias moradia e subsistência.

A escola de primeiras letras, e a escola de música, que funcionava na Usina de Itaicy (51), eram consideradas pelos trabalhadores como instituições mantidas pelos coronéis em razão de seus préstimos.

O lazer era partilhado em conjunto com os membros da família do usineiro. Convém ressaltar os casamentos, os batizados e as festas do Santo Padroeiro. Tudo isto fazia com que o camarada se sentisse parte integrante do ambiente social do coronel. Sentia-se orgulhoso em pertencer à empresa. Para retribuir essas benesses, dava seus filhos como afilhados patrões. Tornava-se, assim, compadre. Pelo quê, acreditava partilhar da família do usineiro, como se fizesse parte da casa.

(50) - Contrato de Locação de Serviços entre Antônio José de Araújo e o proprietário de Itaicy, 12 de Abril de 1898.

(51) - Antônio Fernandes de Souza. Op. Cit. Pág. 10.

"Ao regressarmos, já quase noite surriendeu-nos uma banda de música de meninos garbosos e uniformizados, postada em frente a casa da residência, executando com perfeição trechos de músicas selecionadas."

Antônio Fernandes de Souza observava:

"É sobre maneira notável o cunho superior e inteligente orientação habilmente imprimidos à direção geral e aos diversos ramos do serviço em uma das usinas mais centrais da América do Sul, onde se vê, à par de uma administração altamente liberal, a ordem, a disciplina e a dedicação ao seu proprietário, por parte do pessoal". (52)

Esta dedicação era patente. Servia como arregimentadora não só de mão-de-obra, mas funcionava também como força eleitoral. (53)

O paternalismo na relação de trabalho esteve sempre presente na formação econômica mato-grossense. Foi ele fundamental para o estabelecimento e fortalecimento dos os grupos políticos locais, que imprimiram à região características bem particulares. A máquina administrativa do Estado era toda ela formada, durante o período republicano, pelos elementos que apoiavam o político vencedor.

Configurou-se a ação do patronato local que permitiu o estabelecimento de posturas políticas tão oportunas.

Não somente os camaradas menos qualificados prestavam obediência e se subordinavam aos coronéis. Havia

(52) - Idem. *Ibidem*. Pág. 10.

(53) - Maria Manoela Renha de Novis Neves. *Op. Cit.*

ainda os agregados e os lavradores, detentores de pequenas posses de terras nos limites das usinas, que vendiam sua produção ao usineiro. A verdade manda dizer que também estes serviam aos interesses dos coronéis. (54)

Para exercer o controle sobre os camaradas, o coronel acabou por constituir um corpo de vigilantes. De que elementos se compunham esse grupo? Além dos capataz, dele faziam parte os capangas, cuja função era a de velar pela vida do patrão e policiar o estabelecimento, em que seriam energicamente sufocados os pruridos de rebeldia. (55) Acresçam a eles os chefes dos armazéns, responsáveis pela distribuição e controle dos gêneros consumidos pelos camaradas. Por último, o administrador que, em não poucas ocasiões, aplicava as punições aos camaradas faltosos. (56)

Estes elementos representam, em síntese, a força disciplinar dos coronéis.

(54) - Basta lembrarmos as lutas que agitaram Mato Grosso no início da República, quando da promulgação da primeira Constituição Estadual, onde havia dois grupos, liderados pelos coronéis Antônio Paes de Barros e Generoso Paes Leme de Souza Fonce, que lutavam pela posse do Governo Estadual. Verificar em Virgílio Correa Filho, em História de Mato Grosso e Manoela Renha de Novis Neves. Op. Cit.

(55) - Virgílio Correa Filho. Indústrias Mato-grossenses, Pág. 33.

(56) - A esse respeito, ver Virgílio Correa Filho, Lembranças de Cuiabá, Lenine de Campos Póvoas, O Ciclo do Açúcar e a Política de Mato Grosso; Rubens de Mendonça, História do Comércio de Mato Grosso.

Não titubeamos em afirmar que a presença, sempre constante, do Coronel exercia sobre seus camaradas o poder muito mais disciplinador que a própria máquina montada por ele.

A sua força disciplinar não se circunscrevia à sua propriedade, uma vez que controlava os caminhos, os portos, os lugarejos e as cidades.

O Ferrão de 24 de novembro de 1927, denunciava a invasão da casa do:

"Cidadão Sebastião Padilha no Beco Sujo pelo usineiro Eduardo de Carvalho que lá sendo procurado um rapaz de nome Eugênio e não tendo encontrado, agarrou com um companheiro a mulher e duas filhas do mesmo, apesar dos protestos de diversas pessoas presentes.

O pretexto naturalmente é bem conhecido, é sempre o mesmo: dívidas antigas na Usina São Miguel de sua propriedade, nunca são pagas porque o trabalhador ali condenado ao trabalho perpétuo e sem remuneração.

O senhor Eduardo prendeu a mulher e as filhas para garantir as dívidas do marido... fel-a seguir para a usina."

Eis um dos atos disciplinares do usineiro: prender a mulher e as filhas, para que estas, com seu trabalho, ressarcissem o seu pretenso prejuízo.

Se bem a invasão das casas da população mais pobre fosse constante, as autoridades policiais nada faziam. Muitas vezes até auxiliavam na busca do camarada fugitivo. Assim, estava garantida a dedicação, a ordem e a disciplina nesta sociedade.

4 - TRABALHO E RESISTÊNCIA

Nem sempre o camarada estava disposto a se submeter ao sistema de exploração imposto pelo usineiro.

As constantes fugas, registradas pela imprensa local, dão ciência deste fato. (57)

A Semmana, em seu número 12, de 10 de outubro de 1926, publicava uma justificativa do sub-gerente da Usina Aricá sobre a fuga de três de seus camaradas. Assim caracteriza os três trabalhadores:

"Leopoldino Monteiro, que sempre pretendeu bancar o valente, nunca conformando com o serviço e procurando sempre pretexto para brigar chegando ao ponto de 7 dias antes de cometer a fuga sacar de uma faca e ameaçar o encarregado do serviço da roça.

Augusto Soares célebre pelas suas fugas do Aricá sendo esta a 4a. vez e que depois passados

(58) - O Comércio, A Semmana, O Fijó, O Ferrão e outros.

uns meses volta qual a velha perdida, e já foi expulso da Polícia do Ceará e da do Rio é desordeiro, cachaceiro tipo completo de vagabundo.

José Nunes rapaz novo que já manifestou sofrer de alienação mental na usina, é o suficiente para taxá-lo de louco e que foi corrompido pelos companheiros.

Para quem vive na cidade longe do contato com a classe de trabalhadores é muito fácil em pensar e formular hosana aos pobres escravizados, no dizer do denunciante, mas quem vive diariamente em contato com eles sabe quanta dor de cabeça dão estes com as contínuas manhas de não querer fazer nada sim só em andar de roubar garrações de álcool."

Fica configurada, nesta nota, a resistência exercida pelo camarada no que toca a tarefas consideradas exaustivas ou excessivas. Estas, muitas vezes, chegavam a exigir trabalho contínuo, durante 16 a 17 horas diárias por ocasião da safra.

A ameaça ao encarregado também indica que o trabalhador nem sempre aceitava, passivamente, a ação coercitiva e disciplinadora.

A reincidência na fuga, rompendo o contrato estabelecido entre as partes, é outro ato de indisciplina registrado pelo administrador.

O roubo e desvio da produção, aqui caracterizados

como "o roubo de garrações de álcool", são indicativos da revolta dos camaradas contra o regime disciplinar imposto pelo usineiro.

Vários expedientes eram utilizados para sabotar os mecanismos de controle: rompiam o toque de recolher, promoviam o descarrilamento dos vagonetes decauvilles responsáveis pelo transporte da cana, colocavam impurezas no ensacar o açúcar e no engarrafar a aguardente, além de outros mais.

A passividade e morosidade na execução das tarefas também era meio de insubordinação.

Muitos camaradas recorriam aos Chefes de Polícia para intervirem na sua relação com os patrões, buscando naqueles a proteção legal referente a seus contratos de locação e trabalho. A procura de ajuda na autoridade legal constituía não apenas uma tentativa de proteção. Mais que isso: servia para denunciar as irregularidades existentes nas usinas. (58)

A resistência dos trabalhadores da usina era frágil, difusa, surda e não permanente. Compunha-se de ações na maioria das vezes isoladas. No entanto, podemos afirmar que ela representou a forma incipiente de contestação no mundo onde os espaços eram todos preenchidos pela ação do grande proprietário. (59).

(58) - "Relatório apresentado pelo Chefe de Polícia de Cuiabá ao Coronel Pedro Celestino Correa da Costa Marques, Presidente do Estado, em 30 de abril de 1909, Pág. 8"
"Diariamente a Polícia é solicitada a intervir nas querelas que lhe são afetadas por patrões e camaradas, sempre motivadas pelas coações de uns e pela falta de pagamento de outros."

(59) - Reacção - Assunção, 30 de junho de 1902, no. 1.
"Há muito tempo que se conhece tanto em Mato Grosso como na Capital Federal onde a imprensa tem feito

As constantes reclamações sobre a falta de mão-de-obra impeliram ainda mais as autoridades a promover a expulsão da população que habitava as áreas rurais. O estabelecimento de imposto territorial de alto valor impedia aos pequenos lavradores a manutenção de suas posses. (60) A permissão legal de incorporação de novos lotes devolutos às sesmarias produtivas impulsionava, cada vez mais, esta população para o trabalho assalariado. (61)

Os Presidentes do Estado, sempre que tratavam do problema de mão-de-obra, sugeriam a adoção de medidas emigratórias, mas não com o intuito de suprir o mercado de trabalho.

Cont. (59) - revelações dos bárbaros castigos postos em prática naquela nova Bastilha, o escravismo ao qual reduziu o numeroso pessoal daquele estabelecimento. Este pessoal além do trabalho que lhe é obrigado, próprio da usina, e com o qual enriquece o novo senhor feudal é também um corpo militarizado para a defesa e garantia do nefasto poderio que ostenta o Coronel Antônio Paes. Mas os homens livres não podem suportar por muito tempo o jugo e a opressão do coronel revoltando-se contra o seu opressor. A revolta foi porém abafada e os insurgentes pagaram com a vida a tentativa de sua redenção. Foram fuzilados."

(60) - Coleção de Leis Estaduais, 1892, Lei no. 20.

(61) - Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa a 18 de fevereiro de 1896, pelo Presidente do Estado, Dr. Antônio Correa da Costa.

"O abuso da Lei no. 20, em vez de garantir os pequenos posseiros, dividir e democratizar o solo e a propriedade territorial ela produziu pelo contrário, enormes latifúndios adjudicando título gratuito vasta extensão de terras a particulares. Há posseiros que registram mais de 200 léguas. É certo que a Lei marcou para cada lote área não excedente de 3.600 hectares, porém sofismando esta disposição veio a pluralidade de posses contínuas."

As sugestões se voltaram, no geral, para o assentamento de colonos, em áreas passíveis de se tornar produtoras de gêneros de subsistência, com vistas a atender ao mercado local. Mais detalhando: priorizava-se o assentamento de colonos que ocupassem áreas de fronteira, com o objetivo de resguardar o território nacional.

A pauperização deste trabalhador levou-o a se tornar dependente dos usineiros, que o contratavam por parca remuneração. Aliás, o trabalhador era considerado desinteressado, vagabundo e apático para o trabalho.

Aos colonos dispensavam-se adjetivos como "laboriosos, inteligentes, industriais e capazes de promover a riqueza pública e o progresso moral e material." (62)

No entanto, apesar de todas estas qualidades, não eram contratados para o trabalho nas usinas. Certamente por serem excessivamente inteligentes e industriais.

Bem mais fácil e lógico ao usineiro era tratar com o homem mato-grossense, destituído de qualquer qualidade, além do fato de que poderia se submeter de pronto.

O domínio sobre o aparelho do Estado facilitou aos usineiros o controle das atividades econômica, política e social, dando-lhe autonomia e a manutenção do poder através do discurso de legalidade.

A autoridade a ele conferida permitia-lhe o uso de mecanismos de controle sobre seus camaradas, desde o uso da força ao aparato afetivo do compadrio.

(62) - Idem. Ibidem.

O uso da família, como elemento de dominação, foi a tarefa mais hábil deste senhor. Com isso, passou a controlar toda a ação de seu empregado, que dele dependia para subsistir. A constituição da usina, como unidade produtora isolada de outros produtores, possibilitou que o coronel se tornasse senhor absoluto de seu domínio. As ações de rebeldia contra a autoridade e dominação do coronel, sempre combatidas de maneira enérgica e exemplar, reprimiram a possibilidade da construção de mecanismos passíveis de se transformar em atos de insubordinação coletiva mas, quando ocorriam, não deixavam de ter seu cunho político. (63)

O poder desses coronéis começou a sofrer sérias perdas com a construção do Estado Novo e o fortalecimento econômico do sul do Estado, já que este formou oligarquia voltada para a pecuária. (64)

Entre 1930 e 1945, várias medidas são tomadas, tanto no âmbito nacional como estadual, visando a restringir o poder dos usineiros. Salienta-se a instalação da interventoria do Estado, em 1931, abalando-lhes particularmente o poder político.

O Interventor Federal, Antônio Mena Gonçalves, no mesmo 1931, mandava investigar as denúncias sobre a exploração, realizada pelos coronéis aos camaradas, a que denominou "relação ao curso da escravidão branca". Resultado: prendeu o Coronel

(63) - Jornalistas, em artigos que denunciavam a violência contra os trabalhadores.

(64) - Malmir Batista Correa. Op, Cit.

Virgínio Nunes Ferraz, "colocando em liberdade" os trabalhadores.
(85). Este ato desferiu um golpe muito duro nos coronéis fazendo-o sentir, uma vez mais, que seu poder enfraquecia a olhos vistos. A partir de então, perceberam que suas ações também podiam ser controladas. Outra forma dizendo, já não exerciam poder absoluto sobre a região.

(85) - Ofício de 27 de janeiro de 1931, dirigido a Getúlio Vargas.

CAPÍTULO IV

A SOCIEDADE SE ORGANIZA

"É necessário que se faça uma boa organização policial e, a que temos, força á confessar não preenche absolutamente as necessidades e exigências tanto da policia preventiva como da policia repressiva. Os aparelhos, nesse ramo de administração encontram-se ainda em fase bem rudimentar e si a tranquilidade publica se mantem, fora dos momentos de comocões politicas, é porque a índole pacífica do povo nunca o impele as perturbações da ordem, assegurada quase exclusivamente pelo prestígio imanente da lei."

Anibal B. Toledo

Chefe de Policia - 1909. (1)

Mais uma vez se faz presente no discurso dos administradores do Estado o conceito de que a tranquilidade pública é assegurada pela índole pacífica ao povo que cumpre e respeita a Lei.

Além do mais, prevalece a idéia de que isto representa a aspiração popular, especialmente porque a população participa da eleição daqueles que conduzem a sociedade e, portanto, a tranquilidade pública deve ser mantida mesmo que

(1) - Relatório apresentado ao Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, dignissimo Presidente do Estado, a 30 de abril de 1909.

através do uso das forças repressivas, visto que representava o desejo da coletividade. Cai a ponto uma explicação de Maria Stella Martins Bresciani:

"Partindo da premissa de que a população participa, através dos representantes que elege, da elaboração das leis, ela passa a constituir parte interessada na manipulação do respeito do instituído. Nesse sentido, a ação repressiva é atribuída ao "anseio popular" que espera das autoridades determinadas iniciativas, tais como, a implantação da polícia de carreira como órgão de defesa social, pronto, efetivo e poderoso, indispensável para garantir e assegurar a liberdade, a honra, a vida e a propriedade". (2)

Se continuarmos a leitura do texto do Chefe de Polícia Anibal B. Toledo, iremos deparar com uma proposta de reforma integral na organização policial do Estado de Mato Grosso.

Ao afirmar que a "gratuidade dos cargos policiais" é a grande responsável pela ineficiência da polícia, daí decorre uma das maiores dificuldades para o bom funcionamento desta: pretendia demonstrar que só através de cargos não honoríficos, mas remunerados, seria possível o Estado contar com uma força

(2) - Maria Stella Martins Bresciani. Op.Cit. Pág. 264.

policial eficiente. (3) Seu caráter repressivo ficaria por conta da necessidade imposta pela lei e não pela conotação político partidária a que os cargos policiais estavam sujeitos. (4)

mesmo considerando a índole pacífica desta população, as propostas de criação de uma força repressiva e preventiva se fazia necessária, no dizer dos administradores, como órgão de defesa social. (5)

A leitura da documentação oficial nos remete a duas propostas que pretendiam solucionar a questão considerada de fundamental importância para a economia mato-grossense: a continuidade da produção mercantil e, sem dúvida, a necessidade de disciplinar o seu mercado de trabalho.

Considerando que, não raro, o controle exercido pelo proprietário rural em seus domínios exigia uma fiscalização mais enérgica e que o aumento dos núcleos urbanos trouxe certos desequilíbrios nos espaços, as autoridades sugeriram medidas onde predominaram a coerção jurídico-policial. Esta foi uma das medidas que acabou se transformando em

(3) - Relatório apresentado ao Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, digníssimo Presidente do Estado pelo Chefe de Polícia Anibal B. Toledo, a 30 de abril de 1909.

(4) - O decreto nº 6 de 1891 referente a organização policial no capítulo 2º artigo 5º assim estabelecia:

"O chefe de polícia será nomeado pelo Presidente do Estado d'entre os bachareis formados em direito ou pessoa de reconhecida aptidão e será conservado no seu cargo enquanto bem servir, e o governo julgar conveniente".

(5) - Maria Stella Martins Bresciani. *Op.Cit.*, pág 264 e 265. "Ou seja, renuncia-se a exercer o mal e aceita-se com ele, conviver desde que esteja circunscrito e reprimido, portanto, sob controle".

proposta que pretendia aliar o aparato legal às medidas policiais para coibir as ações de indivíduos ou de grupos que quebravam a ordem estabelecida.

Contudo, isso não bastava. Era necessário um outro mecanismo capaz de encaminhar a mão-de-obra existente a um aprendizado que o levava a prática do trabalho e, portanto, a uma laboriosa profissão. Nesta proposta está configurada a necessidade de conduzir os destinos da mão-de-obra indicando a sua verdadeira vocação.

Não era sem razão que circulava na Usina Itaicy uma moeda onde em seu verso lia-se: "O Trabalho dignifica o homem". (6)

A tentativa de fazer o trabalhador incorporar o ideal de trabalho como meta para sua dignificação pessoal era sem dúvida o objetivo desta sociedade.

Ambas as propostas, tuteladas pelo Estado, buscavam punir aqueles que se recusassem a ingressar no mercado de trabalho e, portanto, tidos como vadios, vagabundos e desordeiros.

Nesta sociedade onde havia constantes reclamações dos proprietários sobre a falta de braços úteis para o trabalho, a vadiagem era pecado. Constitua-se fator de criminalidade que atentava contra a segurança individual e da propriedade. (7)

Dai, foi necessário controlar, disciplinar e

(6) - Museu Histórico da Fundação Cultural de Mato Grosso.

(7) - Mensagem do Presidente do Estado Coronel Antônio Pedro Alves de Barros à Assembléia Legislativa a 3 de fevereiro de 1900.

submeter toda população a um código de leis que a intimidasse e a obrigasse a participar do mercado de trabalho. E, ao mesmo tempo, fosse por ele legitimada. Só se tornava cidadão aquele que se ocupasse de algum trabalho. O indivíduo era útil à sociedade pelo trabalho. (8) Ao participar das eleições, como eleitor, estabelecia o vínculo legal e legitimava o processo. Repassava ao Estado o direito de decidir os destinos dos cidadãos.

A grande dificuldade encontrada em Mato Grosso para colocar em prática estas duas propostas provinha, não há por que duvidar, da sua constituição geo-econômica. Voltado basicamente para as atividades agrícolas, pastoris e extrativas, a construção do mercado de trabalho se concentrou, notadamente, na zona rural. Extensas áreas, cuja densidade demográfica até a década de 1950 situava-se em torno de 0,42 habitantes por quilômetros quadrados, não permitiram a expropriação total da sua população. (9) Mesmo predominando a grande propriedade, havia sempre terras disponíveis a ocupar.

No entanto, tudo foi feito para que a população fosse obrigada a trabalhar para prover o seu sustento. Procuraram formar uma mão-de-obra capaz de conduzir a atividade econômica do Estado.

(8) - Relatório apresentado pelo Vice Intendente de Sant'anna do Paranayba Dr. Antônio Calixto de Moraes a 30/3/1898.

"As terras são férteis, mas não há braços, não trabalha o proletário, contenta-se com pouco e não sujeita-se a qualquer trabalho (...) é da maior necessidade uma lei reguladora do trabalho agrícola".

(9) - Anuário Estatístico, IBGE, 1972.

1 - ESTRATÉGIAS À SUBORDINAÇÃO

E CONTROLE

1.1 - MEDIDAS DISCIPLINADORAS:

1.1.1 - A COERÇÃO JURÍDICO - POLICIAL.

Um dos instrumentos utilizados para promover a subordinação do homem mato-grossense ao trabalho foi, com certeza, o controle exercido pela legislação. A necessidade de promover a expropriação do trabalhador era fundamental, pois sem ela não seria possível construir um mercado de trabalho capaz de atender às aspirações dos proprietários.

Não houve espaço nesta região, rica em produtos naturais, à coexistência dos pequenos com os grandes proprietários. Aqueles que tinham interesse em trabalhar a terra por conta própria, eram persuadidos a se tornar arrendatários e parceiros das terras dos grandes latifundiários. (10)

Foi, sem dúvida, a Legislação Estadual que forçou a proletarização da mão-de-obra, através de medidas que visavam à expropriação do homem pobre, obrigando-o a se submeter ao capital.

Impostos foram criados, impedindo o acesso à livre garimpagem que sempre garantiu a módica subsistência ao homem pobre. O texto da Lei nº 681, de 1914, no seu artigo primeiro

(10) - Contrato de Arrendamento de terra, celebrado entre João Palmiro de Azevedo e Antônio Paes de Barros, Cuiabá 1906.

impunha a necessidade de se obter licença para garimpar no Estado sob a condição do pagamento de 300\$000, e esta licença tinha validade durante "o ano de sua concessão". (11)

usinas produtoras de açúcar, iremos comprovar que estes estabelecimentos pagavam o mesmo valor que os garimpeiros em 1914. (12) Instituir impostos de alto valor significava manter a maioria da população distante da propriedade da terra.

Em 1912, a resolução de nº 607 suspendia a isenção sobre o imposto territorial "às pequenas propriedades de terras de superfície inferior a cem hectares para a indústria extrativa, e a 200 hectares para a lavoura e a 500 a de campos de criar". (13)

Estas resoluções acotovelavam a população ao trabalho nas grandes propriedades.

Analisando a documentação, percebemos a constante preocupação dos Intendentes Municipais e Chefes de Polícia com a regulamentação dos contratos de locação de serviço. Acreditavam que, desta maneira, poderiam conter a vadiagem, controlar as desordens e aumentar o contingente de mão-de-obra disponível.

Os textos sempre apresentam esta solução como necessária, pois o "trabalho agrícola é sem dúvida um dos

(11) - Coleção de Leis e Decretos do Poder Executivo expedidas nos anos de 1912 a 1914.

(12) - Idem. Ibidem.

(13) - Imposto sobre indústria e profissão da Vila de Santo Antônio do Rio Abaixo, 1919.

principais ramos da riqueza pública e sua aplicação deve inspirar à administração os mais sérios cuidados... (14)

Afirmavam que as más acções, praticadas pelos "vadios", aumentaram devido à execução da Lei de Locação Doméstica que obrigava a todos aqueles que viviam nos centros urbanos a possuir contrato de trabalho legalizado pelos seus patrões. (15) E deste modo favorecia a concentração de desocupados nas áreas rurais e nos pequenos povoados.

Em 1890, o Delegado de Polícia do Distrito de Santo Antônio do Rio abaixo queixava-se ao Presidente do Estado de contínuos furtos de gado, cometidos por vadios ali existentes.

"Destes são maior o número os libertos de 13 de maio, que corridos desta Capital onde a polícia em execução a lei provincial sobre locação doméstica os tem compelido ao trabalho vão abrigar-se por aquelas paragens. Daí a grita dos lavradores por falta de braços e d'ali a falta nesta Capital de pessoal para o serviço doméstico". (16)

Era o Código Criminal que regulamentava a repressão à vadiagem e, portanto, competia à Polícia fazer

(14) - Do Secretário de Polícia de Cuiabá João Maria de Souza ao Presidente do Estado Manoel José Murtinho, Cuiabá 25 de setembro de 1891.

(15) - Relatório do Delegado de Polícia de Santo Antônio do Rio Abaixo, 30 de junho de 1890. Ofício ao Presidente do Estado.

(16) - Idem. Ibidem.

cumprir este dispositivo legal consoante o artigo 397, de 1890. (17)

Contudo, o Secretário de Polícia de Cuiabá reclamava da dificuldade em executar as medidas estabelecidas no Código Criminal. Primeiro porque a grande extensão do território mato-grossense impedia a perseguição e o controle à vadiagem, pois, aqueles que eram considerados vadios poderiam estabelecer-se em outras áreas. Em segundo lugar porque a Constituição Federal garantia a todos "o livre exercício de qualquer profissão quer moral como intelectual e industrial", (18) dando liberdade de ação a todos os cidadãos nacionais. O Decreto Estadual de 24 de julho de 1890, que estabelecia regras dos contratos de locação de serviço, impunha a obrigatoriedade de contrato de trabalho, não respeitando o trabalho independente, com o que se maculava o texto Federal.

Estas dificuldades não serviam, no entanto, para cessar a perseguição aos homens pobres.

Fica claro que os interesses individuais ou dos pequenos grupos se sobrepunham à continuidade das atividades mercantis que levavam a acumulação de capitais à classe de proprietários. Assim sendo, premente se fazia remover os obstáculos que prejudicaram o bom andamento da produção.

(17) - Relatório do Secretário de Polícia de Cuiabá João Maria de Souza, a 5 de setembro de 1891, ao Presidente do Estado.

(18) - Constituição Federal de 1891, artigo 72, parágrafo 24.

No mais das vezes, os contratos não eram respeitados, ficando os trabalhadores sujeitos aos interesses dos patrões, sem ter a quem recorrer. As disputas eram resolvidas na Delegacia de Polícia ou pelo uso da força dos jagunços dos coronéis. (19)

Conscientes da sua fragilidade, os homens pobres buscavam a proteção dos coronéis e se acomodavam ao trabalho das grandes propriedades. Esta proteção exigia, por sua vez, uma contrapartida que, não restam suspeitas, nunca deixava de ser cobrada.

A polícia, amparada pela lei, servia aos interesses dos proprietários, punindo desde os desertores (20), até os cidadãos comuns.

O controle exercido pela força policial com finalidade disciplinadora impunha severa vigilância às populações que viviam de trabalho esporádico e temporário. Distritos inteiros eram percorridos, procedendo a averiguações sobre a ocupação exercida pelos seus moradores. Aqueles que não conseguiam provar sua atividade eram "aconselhados" a se engajar na Companhia Policial.

(19) - Relatório apresentado ao Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, digníssimo Presidente do Estado pelo chefe de Polícia Anibal B. Toledo, a 30 de abril de 1909.

(20) - Relatório enviado ao Presidente Herculano de Souza Bandeira, pelo Chefe de Polícia Joaquim de Souza a 4 de maio de 1889.

"Vagueando pelas indicações da freguezia da Guia o indivíduo de nome Antônio Camillo desertor do 2º Batalhão de Infantaria armado de uma fulminante de 2 canos".

Em 1890, em diligência policial realizada em Santo Antônio do Rio Abaixo, o Delegado de Polícia relatava:

"... após averiguações sobre os moradores do local aqueles que pareceram isentos de culpa que alegaram viver em companhia dos pais ou com contratos de locação de serviço comprovados, deixei-os em paz.

Aqueles que verifiquei não se achavam engajados ou empregados em serviço algum próprio ou alheio fi-los conduzir em número de 17 a esta Capital (...) 8 engajaram-se voluntariamente na Campanha Policial, 3 pediram praça no 8º Batalhão de Infantaria e 6 contrataram seus serviços com particulares." (21)

O objetivo primordial destas diligências era fazer com que o homem pobre se obrigasse ao exercício do trabalho.

Ao levantar as considerações necessárias sobre o caso, o Delegado de Polícia assinalava que:

"A impossibilidade de uma inspeção e fiscalização regular da polícia facilitava as aglomerações de desocupados". (22)

Para ele, estas aglomerações provinham da

(21) - Relatório apresentado pelo Intendente Marciano Antônio de Jesus Nobre, a 30 de julho de 1890 ao Presidente do Estado de Mato Grosso.

(22) - Idem. Ibidem.

facilidade de ali se encontrarem meios de subsistência e da existência de terra comunitárias utilizadas para o pastoreio do gado. (23)

Portanto, era preciso remover estes obstáculos para que se formasse um contingente de trabalhadores disponível. Ainda mais. Fazia-se necessário expropriar esta população, que encontrava na terra devoluta a garantia de sua sobrevivência. Esta forma de subsistência não deveria ser considerada como trabalho, porque impedia a subordinação à grande propriedade e, assim sendo, deveria ser combatida. Boris Fausto no seu trabalho *Crime e Cotidiano*, demonstra que o Código Penal e a atividade Policial serviam como mecanismo de amplo controle social.

Punir com assentamento de praça, eis o modo encontrado de disciplinar e educar o homem pobre.

"Remeto-vos o indivíduo de nome Manoel Rosa de Lima, de 18 anos de idade, solteiro, natural deste Estado, sem ocupação honesta, que lhe garanta meios de vida cujo indivíduo foi preso pela Polícia por vagabundo e de maus costumes acha-se no caso de assentar praça em um dos corpos do Exército". (24)

Um indivíduo "vagabundo e de maus costumes" se transformaria em bom trabalhador com o serviço militar. Seria

(23) - *Idem. Ibidem.*

(24) - *Ofício encaminhado ao Presidente do Estado Antônio Maria Coelho, pelo Delegado de Polícia Claudino José dos Santos Pereira a 11 de outubro de 1890.*

encaminhado e educado pelo regulamento e pela disciplina do Corpo Policial e Militar. Muitas vezes, enviado como parte das bandeiras de combate aos indígenas, (25) outras vezes passava a integrar a polícia dos coronéis, quando não servia ainda para combater os bandidos e desertores ou ainda encaminhado aos trabalhos forçados nas usinas de açúcar. (26)

Em havendo resistência ao assentamento de praça, ou se ocorria reincidência do "crime a vadiagem", a pena era o assentamento obrigatório em um dos corpos da fronteira do Estado. Nestes, as condições de vida eram extremamente difíceis, e o controle mais rígido. (27)

A educação pela força, obrigatória sem que o indivíduo interferisse no seu destino, de moralização pelo trabalho através da proposta do enclausuramento nos Corpos Policiais, foi objeto da ação institucional durante a República Velha.

(25) - Ofício encaminhado ao Presidente do Estado de Mato Grosso; Antônio Maria Coelho, pelo Capitão Deoclécio Pereira Lins a 2 de agosto de 1890.

"Foram feridos nas perseguições aos índios coroados dois praças, vindo a sucumbir José Pedro Miniz, 18 anos de idade, natural do povoado de Mimoso, Distrito de Santo Antônio".

(26) - Ver Boris Fausto, Crime e Cotidiano, pág 42: refere-se à questão do recrutamento de desocupados forçados para as guerras de fronteira.

(27) - Ofício do Presidente Antônio Maria Coelho e Chefe de Polícia de Santo Antônio do Rio Abaixo, Francisco Agostinho Ribeiro, a 22 de outubro de 1890.

"Remeto a V. Ex^{ca}, o indivíduo de nome Antônio Sabino para que V. Ex^{ca}, se digne providenciar de maneira que seja vedada o mesmo voltar a este Termo. É uma ameaça a ordem pública e não sendo possível corrigi-lo o que tenho tentado fazendo-o prender por diversas vezes.

Só resta agora rogar a V. Ex^{ca}, que ordene o seu assentamento de praça num dos corpos de fronteira deste Estado".

Ao ser conduzido à educação pela força, o homem foi levado a obedecer às normas, regulamentos e se submeteu ao poder da hierarquia superior. Acabou por se tornar um elemento "útil" à sociedade, incorporando as propostas da força moralizadora pelo trabalho. Ao tornar parte do próprio corpo policial, impunha-se como autoridade, e, a obediência era ele prestada passando a integrar o próprio poder disciplinador. Se articulou, compartilhou da edificação da hierarquia, passou à condição de parceiro neste processo. Então a educação se configurou como elemento de controle, agindo como instrumento disciplinador e, ao mesmo tempo, transformando-o em educando útil ao capital. Portanto, a Polícia exerceu papel fundamental como força disciplinadora e exemplar desta sociedade.

Em Mato Grosso, os Relatórios dos Chefes de Polícia demonstram os receios que as autoridades tinham das possíveis ações praticadas pelos desocupados. Além do mais, a escassez de mão-de-obra apta para o trabalho nas grandes propriedades nos leva a compreender o combate a vadiagem como necessário à formação de mercado de trabalho local.

De acordo com as constatações feitas por Boris Fausto em São Paulo, as pressões realizadas sobre os vadios não podem ser identificadas, nem as razões econômicas, nem a garantia de oferta de mão-de-obra. Não havia, segundo ele, este problema na cidade de São Paulo. Deste modo, os desocupados não representavam um perigo, mas sim, um inconveniente social. A vadiagem era como um desvio comportamental e não o resultado de contingências sociais. Os vadios não eram encarados como uma ameaça a ordem pública. O que se condenava era o "desamor ao

trabalho", tido como uma opção individual, perversa, que não se admitia numa sociedade onde o progresso proporcionava oportunidades para todos. (28)

Em Mato Grosso, os relatos colhidos aos depoimentos dos chefes de polícia indicavam que os desocupados representavam uma séria ameaça à ordem e à tranquilidade pública, justamente pela insuficiência da oferta da mão-de-obra.

Dai o discurso político estar todo pontuado pelo caráter disciplinador em relação ao Trabalho. (29)

Por vezes, os pais encaminhavam espontaneamente seus filhos menores a Companhia de Aprendizes Marinheiros, com intuito de garantir a eles a sobrevivência e o acesso a uma possível profissão. (30) Desse modo, acreditavam estar salva guardando seus filhos das perseguições da polícia e facultando-lhes melhores condições de vida. Além disso, a força moralizadora do trabalho acarretava a necessidade de se ter uma profissão definida. Sem condições de se tornar um proprietário, o caminho mais lógico que se apresentava era o da profissionalização que levaria a obter status e salário mais elevado nesta sociedade onde dominava o proprietário.

Em 1895, a Lei nº 113, do dia 27 de julho,

(28) - Boris Fausto, *Crime e Cotidiano*, Pág. 43.

(29) - Relatório apresentado pelo Chefe de Polícia de Cuiabá a Manoel José Murinho, em 25 de setembro de 1891.

(30) - Ofício encaminhado ao Presidente Francisco Raphael Mello Rego, pelo Chefe de Polícia Joaquim de Siqueira a 6 de janeiro de 1889:

"Tenho a honra de apresentar a V. Ex^a, o menor de nome Antônio Eugênio da Silva com destino a Companhia de Aprendizes e Marinheiros."

autorizava o poder executivo a fundar uma colônia correcional agrícola. Por rico em informações e detalhes, vale a pena nos reportemos ao texto:

Artigo 1º - Fica o poder executivo autorizado a fundar, onde melhor convier, uma colônia correcional agrícola para repressão pelo trabalho, dos vadios e vagabundos, podendo dispendir até a quantia de trinta contos de réis com o primeiro estabelecimento, inclusive a aquisição de terrenos que por ventura estiverem no domínio particular.

Artigo 2º - São considerados como tais:

parágrafo 1º - indivíduos de qualquer sexo e de idade superior a 14 anos que não estando sujeitos ao poder paterno ou direcção de tutores ou curadores sem meios conhecidos de subsistência vagam na ociosidade.

parágrafo 2º - Os que por hábito, andarem armados em correrias, provocando tumultos e incutindo terror, quer aproveitando o movimento da população em festas, solenidades públicas; quer em manifestações de regozijo e reuniões populares ou outras quaisquer circunstâncias.

parágrafo 3º - Os que tendo quebrado o termo de bem viver em que hajam obrigados a buscar ocupação honesta manifestarem intenção de viver no ócio, ou exercendo indústria

ilícita, imoral ou vedada por lei" (31)

O texto da Lei conceitua vadios e vagabundos e os concentra em três grupos: No primeiro, estão aqueles que, sendo maiores de 14 anos e não tendo trabalho fixo, são considerados ociosos; o outro se compõe dos indivíduos chamados arruaceiros e, por último, aqueles reincidentes em penas. Todos têm em comum, no declarar do texto, a intenção de "viver no ócio". Assim, é dado ao poder executivo o direito de, encarcerando-os em colônias correccionais agrícolas, transformá-los através do trabalho.

Fica evidenciado o intento das autoridades legislativas: retirar da ociosidade a população que representava perigo e, através da prisão, onde o trabalho agrícola era o principal fator de educação, torná-la mão-de-obra possível de ser utilizada pela grande propriedade.

Em 1913, *O Comércio* reclamava que, não obstante a existência da Lei que criava a colônia agrícola correccional, esta ainda não havia sido colocada em prática.

"Há deztoito anos a Assembléia votou uma Lei criando uma colônia agrícola correccional para escola prática de trabalho de lavoura e repressão a vadiagem (...) os lavradores carecem aprender alguma coisa que os possa encaminhar melhor no

(31) - Livro de registros dos Decretos do Governo do Estado. Curitiba, 24 de setembro de 1891.

exercício da laboriosa profissão e os desocupados seja lá quais forem devem ser retirados do vício e da perdição regenerando-os sujeitos ao estabelecimento da educação proveitosa.

Entretanto no longo prazo decorrido nenhum administrador do Estado tem lembrado de dar cumprimento a citada lei". (32)

Observamos, neste editorial, a noção de trabalho como elemento de "educação proveitosa". A preocupação demonstrada no discurso é a de transformar o homem pobre em proletário, dócil, ordeiro, voltado ao exercício do trabalho, respeitando a propriedade privada. Ao encaminhá-los ao exercício da "profissão laboriosa" o discurso pressupõe, ainda, a regeneração destes desocupados, apontando para a formação de uma população ordeira e disciplinada, preparando mão-de-obra capaz para ser utilizada na grande propriedade.

O texto da Lei nº 113, ao estabelecer 14 anos como idade limite à ociosidade, visava à formação de menores orfãos que se tornariam aptos nestas colônias correccionais agrícolas para se transformar em cidadãos úteis a esta sociedade. (33)

(32) - Cuiabá, 12 de agosto de 1913.

(33) - O Ferrão, Cuiabá, 20 de maio de 1927.

"Precisamos inadiavelmente de uma correção para os meninos vadios que poluíam pelas ruas (...). Não custa ao governo criar escolas práticas obrigatórias, oficiais onde possam ser recolhidos os pequenos vagabundos para ali aprenderem cultivarem alguma coisa útil que lhes garantam um futuro qualquer".

Ao cobrar das autoridades a execução desta Lei, o jornal *O Comércio* buscava retomar o antigo projeto que tinha como objetivo aparente o combate à vadiagem, mas que, na verdade, sua função maior se identificava com a preparação da mão-de-obra. O eliminar o vício do ócio escondia, no seu interior, a transformação do homem pobre em apto trabalhador. (34)

O indígena também foi alvo de interesse.

Houve até quem defendesse a "completa catequização do índio", ou seja, sua reeducação para o trabalho. Outra forma dizendo, intentava-se transformar o indígena em mão-de-obra produtiva.

"Estes selvagens interrompem o desenvolvimento da lavoura, criação e extração do poaia.

Podem com concurso de seus braços contribuir para a prosperidade -- se o governo proporcionar meios para a sua completa catequização expedindo bandeiras". (35)

A escassez de braços aptos para o trabalho acabou gerando estas propostas e, juntamente com o combate à vadiagem, vinham compor o discurso político regional sobre o

(34) - Célia Maria Marinho de Azevedo. *Onça Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites -- século XIX*, Pág. 131.

(35) - Ofício encaminhado ao Intendente de Mato Grosso pelo Chefe de Polícia João Carneiro, a 16 de novembro de 1892.

trabalhador. (36) Os administradores locais apresentavam, também como solução à falta de braços, o estímulo à imigração e colonização. Ressaltava-se sempre o caráter laborioso do estrangeiro:

"São laboriosos, inteligentes, industriais para promover a riqueza pública e progresso moral e material". (37)

Os trabalhadores estrangeiros são sempre apresentados como interessados e treinados no trabalho. O homem pobre nacional, ao invés, é o ocioso, "proletário que contenta-se com pouco e não se sujeita ao trabalho". (38)

1.1.2 - O CONTROLE DO TEMPO

Outras medidas, com vistas a disciplinar o homem pobre para o trabalho, foram aplicadas. Eram sempre respaldadas pela Legislação que pretendia, deste modo, grifar-lhes o "caráter social".

(36) - Relatório apresentado por Antônio Calixto de Moraes Vice Presidente da Intendência de Sant'Anna do Paranayba a 30 de março de 1891.

"A lavoura está definindo. As terras são férteis, mas não há braços, não há trabalhadores. O proletário contenta-se com pouco e não se sujeita ao trabalho. É da maior necessidade pois uma Lei reguladora do trabalho agrícola".

(37) - Mensagem do Presidente Coronel Antônio Pedro Alves de Barros à Assembléia Legislativa em 3 de fevereiro de 1900.

(38) - Idem. Ibidem.

Controlar o tempo do homem livre foi uma delas: controle do tempo disponível, envolvendo o lazer e o trabalho.

Nas cidades, este controle se exercia com uma dificuldade maior. A população, no entanto, se via cerceada pelos códigos e pela ação policial. (39)

O núcleo urbano tornou-se foco catalisador da população que precisava ser orientada. Para isto, era necessário desenvolver um estudo organizado, mais detalhado da cidade, que envolvesse o modo de vida de seus habitantes.

Em seu artigo *Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária*, a Professora Maria Stella Bresciani demonstra que o estudo das cidades europeias século, XIX, foi levado a efeito com o intuito de propiciar um controle efetivo sobre os trabalhadores. Aparecem os higienistas preconizando sanear a sociedade, e transformá-la de meio corruptor em meio formador. A partir daí, controlar os espaços, violar as intimidades do homem pobre, passaram a ser a premissa em que o saber científico se pautava para combater a promiscuidade e regular as relações entre as pessoas. (40)

Este controle foi exercido, na Europa durante todo

(39) - Relatório apresentado por Anibal B. Toledo a Pedro Celestino Correa da Costa em 30 de abril de 1909. Propunha a criação de uma polícia civil que estivesse diretamente ligada à autoridade do Chefe de Polícia. Esta deveria conforme o seu relato, "se incumbir das funções mais delicadas no serviço de vigilância, tais como a ronda das ruas, a polícia interna das casas de diversão, a prevenção dos crimes pela vigilância incessante, pelo conselho inteligente e pela persuasão".

(40) - Revista Brasileira de História, volume 62, nº 11 setembro de 1985/ fevereiro de 1986.

o século XIX e, no Brasil, esta questão tomou corpo a partir das primeiras décadas do século XX, quando os médicos higienistas, as autoridades públicas, os filantropos e os burgueses industriais buscaram construir um novo modelo de comportamento e de vida para os trabalhadores.

Inúmeras estratégias de disciplina e, mecanismos de controle foram utilizados para amoldar o trabalhador, regulando todos os momentos de sua vida, desde as horas de trabalho até às horas de seu lazer, como atesta Margareth Rago em seu trabalho. (41)

Em Mato Grosso, as cidades também foram objetos de estudos dos administradores. Observadores estrangeiros, ao passarem por Cuiabá, deixavam as suas impressões.

O naturalista Herbert Smith assim descrevia a cidade de Cuiabá, no final do século XIX:

"As casas, apesar de modestas parecem graciosas e aceiadas (...) Solo ondulado este calçamento exemplar cazinhas estreitas estes candieiros de azeite desprendendo-se das paredes esta independência (...) Quem passa, mulheres vestidas de cores berrantes oferecendo peixes, frutas ou rapaduras (...) uma rapariga vendendo cigarros escuros embrulhados em palha de milho, outra vendendo refrescos (...) todas balançando os

(41) - *Do Cabaré ao Lar, A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil (1890 - 1930).*

braços pendentes trazendo mercadorias sobre a cabeça (...) alguns rapazes chupando cana, um negro velho monologando animadamente, (...) acompanhando a mocidade esperançosa de vez em quando alguns soldados, um esmoleiro sem chapéu (...) uma velha horrenda trazendo envolto num lenço um santo que pode ser beijado mediante alguns cobsres, um carro puxado por seis ou oito bois carregados de lenha, com suas gigantescas e musicais rodas quadradas que vencem todas as dificuldades do terreno. Passa um cavalheiro, de perneiras brancas, longa sobrecasaca preta, chapéu alto, preto, chapéu de sol grande preto que tanto serve para chuva como para sol". (42)

Quando ele fala de Cuiabá, transmite-nos a idéia de uma pequena e alegre cidade, ordeira e pacífica, onde convivem em harmonia pessoas dos diferentes segmentos sociais. Apresenta uma população aparentemente laboriosa.

Tal acontece diferentemente do que se nos apresenta a cidade vista através da leitura dos jornais, nas décadas seguintes, com animais soltos pelas ruas, (cães, porcos, vacas e cabras), sem calçamento, onde as águas fétidas corriam dos quintais, sempre povoadas pelos desocupados, doentes mentais ou

(42) - Do Rio de Janeiro a Cuiabá. Notas de um Naturalista.

leprosos. (43)

Era uma cidade que precisava ser higienizada e organizada; sua população disciplinada e encaminhada ao trabalho.

Combati-se a vadiagem urbana e estimulavam-se medidas que a reprimissem, com vistas a expurgar os ociosos da área urbana. As soluções apresentadas iam desde a prisão, reclusão em escolas profissionais, até o confinamento, acompanhado de trabalho forçado nas Usinas de Açúcar. (44)

Sempre que citada, a vadiagem é apresentada como vício que prejudica o bem comum. Só o trabalho consegue estabelecer nestes ociosos a honradez, levando-os a trilhar novamente o caminho do bem.

O discurso dos administradores e dos signatários da sociedade burguesa assim se pautava para formar o ideal do trabalhador economicamente produtivo:

"Chamar a ordem os vagabundos, mostrar-lhes o caminho do bem, da honra, do trabalho, é prestar

- (43) - A Imprensa, Cuiabá 14 de março de 1912.
O Fijó, Cuiabá 1 de fevereiro de 1925.
O Ferrão, Cuiabá 23 de março de 1927.
O Jornal, Cuiabá 27 de abril de 1922.
O Jornal, Cuiabá 19 de agosto de 1922.
Relatório apresentado pelo Prefeito da Capital
Fenelon Muller a 11 de janeiro de 1929.

- (44) - Rezende Rubim. Reservas de Brasilidade. Pág. 100.
"Qualquer chefe aproveitava-se da situação para perseguir os adversários, mandando levas de infelizes apanhados a força e que embarcavam à noite para as maldicas Usinas".

bom serviço a causa pública e a eles mesmos.
O trabalho é a Lei divina; dele emana o progresso da comunhão e do bem estar de cada um: ao passo que a vadiagem, mantendo-se do suor alheio tem de ir buscar, onde pensa encontrar, contra vontade de seu dono o pão que há de matar a fome, a roupa que há de cobrir as carnes, o dinheiro que há de sustentar o vício." (45)

Há de se entender, ainda, que não é qualquer trabalho que dignifica o homem. Existiam formas de trabalho que eram consignadas como improdutivas. Eram sempre aquelas onde o trabalhador é dono de si mesmo e de seu tempo. (46) Um exemplo podemos colher num artigo de "A Tribuna", a 3 de agosto de 1912:

"Vendedores de taboleiros (...)

São em geral, homens fortes, robustos, e que, empregando a sua atividade em outro ramo de negócio teriam com certeza um lucro muitas vezes maior que aquele auferido na vendagem pequenina de poucos mil réis de frutas e legumes (...)

(...) E tanta falta de braços em Corumbá...

Conformemo-nos todos e deixemos que passem à nossa

(45) - O Autonomista - Corumbá 20 de fevereiro de 1909.

(46) - A Tribuna, Corumbá, 3 de agosto de 1912.

porta os vendedores, um pequenino taboleiro à cabeça o gesto faceiro e a voz aflautada, requebrando os olhos de satisfação íntima quando algum de nós lhes compra uma talhada de moranga ou cem réis de rapadura". (47)

As cidades passaram a oferecer algumas ocupações que, atraindo a população pobre, esta foi aos poucos sendo subordinada ao trabalho. Seu tempo foi regido pelo Código de Postura e por Contratos de Locação de Trabalho que estipulavam regras para "bem viver" na área urbana.

O crescimento urbano, resultante da comercialização do açúcar, da borracha e dos sub-produtos da pecuária, incentivou o aparecimento de pequenas empresas que ofereceram oportunidades de emprego, absorvendo toda mão-de-obra disponível no mercado.

Surgiram trabalhos de estiva nos portos de Cuiabá e Corumbá; os moinhos de trigo e arroz captaram trabalhadores da periferia, o serviço doméstico solicitava, cada vez mais, o trabalho feminino. Ao ampliar-se o mercado de trabalho, a escassez de mão-de-obra foi sentida e reclamada. (48)

A sociedade estava a requerer um regulamento que

(47) - Idem. Ibidem.

(48) - O Cruzeiro, Cuiabá, 16 de julho de 1908.

"Aqui em Cuiabá o que torna a vida pesada e enfadonha é a imensa falta de pessoas que se queiram sujeitar a servir como criadas (...). No entanto, grande parte de nossa população é paupérrima e constituída de pessoas de cor mas, que de forma alguma se submetem aos serviços caseiros".

disciplinasse o trabalho doméstico, serviço necessário não mais exercido por escravo ou dependente. Portanto, era básico se definissem, dentre outros, alguns conceitos relacionados ao valor do salário e à quantidade de tempo, associados às normas disciplinares, uma vez que este tipo de trabalho, com a abolição da escravatura, nada mais era que não uma mercadoria. A mofo e o menosprezo ao trabalhador de cor continuavam a ser a tônica.

"Como estão agora as negras

Desaforadas!

Melidas e orgulhosas.

E malcriadas.

*Depois que ficaram livres da
escravatura.*

Já querem meter-se a sebo

Fazer bravura.

... Até as negras matronas

não querem mais cozinhar

Querem por grandes passar

E que se lhes chame ... donas ..." (49)

Reclamava-se, ainda, que um número considerável de mulheres pobres vivia, em Cuiabá, em "completa ociosidade sem emprego lícito". (50) A solução competia à polícia. Pelo

(49) - Idem. Ibidem.

(50) - Idem. Ibidem.

regulamento, deveria reprimir este tipo de vadiagem com prisão e forçar as mulheres a se empregarem. Em assim sendo, eliminar-se-ia o perigo que elas representam à segurança e à tranquilidade pública. Saneava-se o vício e o mau costume.

O tempo de trabalho é controlado. Trabalha-se além do necessário para a manutenção da própria subsistência. O trabalho excedente propicia, por acréscimo, um aumento de lucro aos proprietários.

"(...) os trabalhadores deste Estado precisam compreender que é o trabalho que produz riqueza. Precisamos de uma legislação mais enérgica que os faça trabalhar com maior vigor. Só querem flautear, tudo é motivo para choros e lamentos. Se trabalham toda a manhã já não querem retornar a tarde. é difícil tratar com as gentes deste país!" (51)

Mais trabalho, menos lazer. Em nome da comodidade, segurança e tranquilidade e para o bem da moralidade pública, o Código de Postura da cidade de Cuiabá estabelecia, em 1897, proibições relativas a espetáculos, corridas a pé ou a cavalo, brigas de galo, ou qualquer "ajuntamento de gentes". Havia um controle generalizado no que toca a diversões.

(51) - Carta enviada ao Presidente do Estado pelo Intendente Geral de Cuiabá Coronel José Antônio de Souza Abreu em novembro de 1917.

O Ferrão, periódico cuiabano, em 17 de maio de 1929, fazia dura crítica às touradas, festa que atraía grande parte da população. Vale reproduzir a matéria:

"A tourada é uma festa maldita que há muito devia estar banida do nosso meio por ser uma brincadeira estúpida e grosseira que seduz e arrasta tantas vítimas inocentes para o borborinho lento do sacrifício e da desonestidade".

Ficar bebendo em boticas era crime passível de prisão. Quanto menor fosse o tempo que o trabalhador a si mesmo dedicasse, mais lucraria a sociedade. Desse modo, ele não perturbaria a ordem reinante e estaria sendo útil à sociedade pelo trabalho.

Ao redefinir o conceito de trabalho livre, o discurso institucional acabou optando pelo sentido da valorização do homem pelo trabalho. Atinou para a necessidade de demonstrar a importância que o mesmo representava como mercadoria e propriedade, a serem trocadas por salário, ou pelo direito do uso de uma porção da terra, conforme demonstra Isabel Hanson em seu artigo, *Trabalho Livre e Progresso*. (52)

É assim sendo, o tempo de trabalho tornou-se objeto de avaliação e controle. E.P. Thompson, analisando esta questão, enfatiza que, ao impor ao trabalhador uma

(52) - Isabel Hanson. *Revista Brasileira de História* nº 7.

dada quantia pela retribuição de seu trabalho, o comerciante patrão passou a controlar a presença deste trabalhador, no seu local de trabalho. Novas práticas disciplinares passaram a fazer parte do cotidiano, tanto dos patrões, como dos trabalhadores, para que se pudessem estabelecer nesta sociedade novas normas de conduta. Estas levariam a suprimir a irregularidade da presença do artesão ao trabalho, conduzindo-o ao assalariamento e à reorganização da sua vida a partir de novos princípios. (53)

Muitos trabalhadores, no buscarem o controle de seu tempo, acabaram optando por ocupações na atividade extrativa. (54) A despeito dos perigos e das doenças que precisavam enfrentar, ficavam de cinco a seis meses nas matas coletando a látex ou a poaia. A princípio estes homens exploravam as matas nativas por conta própria e vendiam o resultado de seu trabalho aos comerciantes das cidades.

A colocação do Padre Nicolau Badariotti é bem objetiva a este respeito.

"No fim da estação seca o seringueiro com bois de cangalha conforme o uso em Mato Grosso leva para a

(53) - Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: Tradición, revuelta y consciencia de classe.

(54) - "O Comércio, Cuiabá 14 de abril de 1910.
(...) A extração da borracha nas longinquis regiões do norte atrai para o seio das matas inospita centenas de indivíduos que são desviados dos serviços da lavoura que mingua de braços..."

cidade as vezes umas 60 ou mais arrobas de borracha vendendo-as ao primeiro comprador a razão de 90, 100 mil réis a arroba (...)

Conseguindo algum lucro geralmente vão gastá-lo na Cidade de Cuiabá entregues ao ócio... com todas as consequências na mais completa improvidência no futuro, o que constitui o caráter dominante da população mato-grossense". (55)

Quando o Padre Badariotti criticava os seringueiros que gastavam o seu lucro na cidade de Cuiabá, acabava identificando como criminosa, ou ociosa, a única atividade de lazer destes trabalhadores que, durante seis meses, estiveram encerrados nas matas. Agiam sem pensar no futuro, expressando sua independência e demonstrando que podiam dispor do seu tempo da forma que melhor lhes conviesse. As matas continuavam repletas de seringa, e a elas poderiam recorrer quando o dinheiro acabasse. Sua subsistência estava assegurada graças ao trabalho na extração.

A partir do momento em que o estado passou a fazer concessões para a exploração da seringa, da poaia e do mate, estes trabalhadores se tornaram dependentes dos proprietários dessas concessões.

Acomodados aos barracões, sujeitaram-se ao

(55) - Padre Nicolau Badariotti. *Exploração do Norte de Mato Grosso, região do Alto paraguai e Planalto do Parecis*, Pág.s. 148, 190.

controle dos capatazes. Quase sempre se viam obrigados a explorar um número de seringueiras, previamente fixado pelo capataz, e, ainda, se comprometiam a entregar a borracha já defumada. Recebiam por arroba produzida e entregue no local determinado pelo encarregado. Como o patrão lhes adiantava um quantum em alimentos, roupas e instrumentos de trabalho, após a safra isso era descontado, fazendo com que o seringueiro estivesse, sempre, em situação de débito.

Sendo obrigado a explorar 180, ou mais, pés de seringa espalhadas por uma grande extensão de terreno acidentado, o seringueiro via seu tempo de trabalho controlado, não por capatazes, mas pela própria natureza de sua atividade.

Golpear as árvores, recolher o látex, defumá-lo formando os blocos, exigia dele um período de tempo determinado, pois se socorria de um método extremamente rudimentar e manual, que o obrigava a despendar, nestas tarefas, uma média de 10 a 12 horas de trabalho diário. Se assim não fosse feito, o látex não servia para ser comercializado. (56)

(56) - Virgílio Correa Filho. *Indústrias Mato-grossenses*, Pág.s. 125 a 127.

"Munido dos utensílios indispensáveis, começava a operação, alisando-lhe quando possível a casca por maneira que facilitasse a adaptação da tala de buriti, inclinada e ajeitada à guiza de coletor, ao redor do tronco.

(...) Quanto a colheita se fazia diariamente como praticavam os mais cuidadosos de sua tarefa, o produto apresentava-se de qualidade mais apreciada e uniforme.

Dutros, porém com duas ou três estadas a seu cargo de 180 árvores cada uma costumavam só retilhar o caminho percorrido, depois de ultimado a série.

E assim não podiam, antes de dois ou três dias regressar ao ponto inicial, para proceder o despejo das vasilhas, onde o látex espontaneamente começava a coagular-se perturbando as operações ulteriores.

Este processo de exploração da seringa levou o homem a se submeter a um regime de trabalho no qual o controle se processava da forma mais cruel, dado que a natureza impunha por si só as regras a serem seguidas.

Não bastasse, a forma de exploração usada pelo patrão, ao fornecer gêneros a preços por ele determinados, acabou criando o regime de dependência e cativo ao seringueiro. Sem nunca conseguir pagar a dívida previamente contratada, sujeitava-se ao regime de trabalho estabelecido pelo patrão.

Sentindo, contudo, a ilusão de que era dono do próprio tempo, muitos homens pobres se aventuravam, nesta ocupação. Na maioria das vezes, a única coisa que conseguiam receber eram os poucos alimentos, e uma muda de riscado que o patrão lhes fornecia. O trabalho não era, portanto, remunerado.

Quando alguém fugia ou pretendia algum novo acerto de suas contas, era eliminado pelos jagunços do patrão. (57)

Cont. (56) - Levado a forma simples, cocho de madeira provido de tampa de dimensões ligeiramente menores, que permitisse a pressão por meio de objetos pesados, aí sofreria, comprimada, a transformação final, que lhe daria o aspecto de bloco regular, de cerca de 15 kgs de peso, cujo corte revelaria a mescla de camadas diversamente constituídas".

(57)- Roquette Pinto. Rondônia, Pág.s. 153 a 155. "Na linha do chapadão infinito desenhou ao longe um vulto impreciso, seguindo o trilho da juruena, em nossa direção vinha-se arrastando um homem andrajoso (...) Chamava-se Benedito, era seringueiro. Vinha das matas do juruena exploradas por um certo João Kolb (...) Passara no seringal dois meses, sem viveres que o patroa não mandara faltando ao ajuste prévio (...) Havia 14 anos que principiava a trabalhar na borracha (...) No fim da safra do ano passado ficara devendo 500\$000 réis a D. João, este ano nada recebeu. No começo da estação quando foi ao seringal recebeu além de um terno de riscado o

Ao analisar a política de distribuição e ocupação da terra no Centro - Oeste brasileiro, em seu artigo *A Terra Para Quem Nela Não Trabalha*, Alcir Lenharo aponta para a violenta exploração de trabalho exercida pelo capital sobre os seringueiros e imigrantes bolivianos e paraguaios em Mato Grosso.

A violência, aliada à legislação favorecia o controle sobre os trabalhadores pobres.

Controlar o tempo de trabalho coagia o trabalhador e formava um mercado de mão-de-obra suficiente para abastecer as grandes propriedades a um nível de salário significativamente baixo.

Além do mais, este controle permitiria reprimir a vadiagem, promovendo um melhor aproveitamento da mão-de-obra então disponível.

A preocupação com os homens pobres que trabalhavam por conta própria, com o intuito tão-só de garantir sua sobrevivência, levou os proprietários a repensar a questão dos seus agregados. Passaram a exigir deles um tempo determinado de trabalho em suas usinas ou, numa segunda hipótese, obrigando-os a contratos de parceria para a produção de alimentos, fornecimento

Cont. (57) - seguinte, que é fornecimento habitual feito pelos patrões a cada trabalhador: 25 litros de arroz, 25 litros de feijão, 50 litros de farinha, 10 quilos de banana, 1/2 quilos de xarque, 3 quilos de açúcar 1/2 quilo de café 1/2 quilo de guaraná 2 metros de fumo em corda, 2 barras de sabão, 4 litros de sal. Eis aí o preço de um homem". ... Se algum infeliz assume de brio foge ao cativo, o patrão manda procurá-lo por outros - submissos e fieis. Então regula o artigo 44 parágrafo 32".

de lenha ou plantação da cana-de-açúcar. (58)

A coleta do mate também funcionou como arrematadora e mão-de-obra. No entanto, o trabalhador conseguia lançar mão de estratégias capazes de favorecê-los. O contrabando e o corte ilegal do mate foram os mais utilizados.

Constantes reclamações são registradas pelo Governo estadual a propósito de exploração ilegal dos ervais "por parte de um cem número de moradores nacionais e estrangeiros das proximidades das povoações de São Thomás e Margarida no distrito de Ponta - Forã". (59) Estes, retiravam o mate das áreas mais distantes destas concessões, elaboravam-no e depois transportavam-no para o Paraguai, de forma clandestina. Conforme o Relatório de 1910, cerca de 600.000 quilos de erva-mate eram contrabandeados para fora do país.

"É de domínio público esse escandaloso negócio que prejudica tanto o Estado como a Federação (...) Diariamente se vê passar quantidade de carretas carregadas de mate para o Paraguai. Essas carretas vem da Vila da Conceição carregadas de mercadorias e voltavam ao mesmo ponto com erva." (60)

(58) - Contratos de parceria entre os Senhores Costa Marques e sócio proprietário da Usina de Ressaca e José Villar Dantas, 19 de abril de 1910.

(59) - Relatório apresentado ao Coronel Pedro Celestino Correa da Costa por Victal Baptista de Araujo, fiscal da extração dos Contratos da Empresa de Hervateria de Isnardi Alves e Cia a 23 de fevereiro de 1910.

(60) - Relatório apresentado ao Coronel Generoso Paes Lenu de Souza Ponce, Presidente do Estado por Victal Baptista de Araujo a 15 de maio de 1908.

Reprimir o abuso do corte ilegal do mate se fazia necessário, primeiro porque causava prejuízos à arrecadação e ao proprietário da concessão. Num segundo momento porque não conseguia assalariar esta população que, desta maneira, produzia para sua subsistência.

Exercer controle sobre estes homens, eis um objetivo muito difícil porque a região, além de fazer limite com o Paraguai, era muito extensa. Cabia à força policial local reprimir o corte ilegal, mas isso não ocorria. Os policiais, em número reduzido, quando conseguiam abordar os invasores, estes mudavam de local, indo retirar o mate de outra área. Impotente, a empresa proprietária do negócio do mate criou um corpo policial particular para reprimir e expulsar de suas áreas os invasores.

(61) Os choques provocavam mortes e incidentes com as autoridades estrangeiras. (62)

A ameaça representada pelos exploradores ilegais estava na dificuldade de submetê-los ao trabalho regular e disciplinado na propriedade ervateira. Prejudicavam o controle sobre os outros trabalhadores, incutindo-lhes, "idéias de

(61) - Relatório apresentado ao Sr. Coronel Pedro Celestino Correa da Costa por Victal Baptista de Araujo fiscal da extração dos contratos da Empresa Hervateira de Isnandi, Alves e Cia a 23 de fevereiro de 1910, Cuiabá. "Porém para que lhe fosse possível dar completa execução a cláusula 5ª que a obriga a zelar pelos ervais necessário se tornaria criar por conta própria uma patrulha não pouco numerosa e convenientemente armada para vedar a entrada de comitivas nas matas".

(62) - Ofício encaminhado ao Coronel Pedro Celestino Correa da Costa pelo Consul do Paraguai a 2 de setembro de 1910.

liberdade e ócio". (63)

Combater a vadiagem produzida pelo tempo livre, decorrente da exploração ilegal do mate, era tarefa a ser considerada. As autoridades e a Empresa disso se encarregaram, criando mecanismos de controle sobre a população pobre.

Em 1931, foram encaminhados para as fazendas Campanário e Guayra cerca de 300 desocupados de Cuiabá.

"A preocupação passa a ser a inserção do elemento nacional no mercado de trabalho, tornando-se indispensável discipliná-lo e adestrá-lo, evitando-se, também, a concentração de desocupados nas cidades, capazes de perturbar a ordem e, conseqüentemente, toda a nova organização social que se propõe". (64)

Confrontos entre a companhia monopolizadora da exploração Matte Larangeira e o governo estadual culminaram, em

(63) - Ofício encaminhado pelo superintendente geral da Empresa Larangeira, Mendes e Cia ao fiscal da extração dos contratos da referida empresa a 12 de abril de 1908.

"O combate aos exploradores ilegais tem demandado em tempo e recursos financeiros. Anualmente tem causado sérios prejuízos a nossa companhia e semeado a discórdia sobre os nossos leais empregados que acabam sendo vítimas das idéias de liberdade e ócio que acreditam existir no seio destes bandidos. Pensamos em adotar medidas saneadoras de combate ao tráfico e processamento ilegais da erva".

(64) - Maria Inês Malta Castro e Lucia H.G. Aleixo. Memória Histórica da Indústria de Mato Grosso Pág. 106.

1915, com um racha do Partido Republicano mato-grossense, levando as tensões políticas até a Intervenção do Estado pelo Governo Federal. Esta companhia exercia controle a grande parte das terras do Sul do Estado. Dificultava a entrada de emigrantes, impedindo a colonização destas terras. Com o fim do arrendamento das terras da Cia Matte Larangeira, foi permitido o excesso ao Sul de Mato Grosso ao colonos do Sul do Brasil. Fato que agradava sobremaneira o governo estadual, uma vez que estes colonos eram vistos como mais produtivos que os nacionais de origem nordestina e acabaram produzindo como capitalistas. (65)

Além desta concorrência, acabava rebaixando os salários e alimentava os lucros dos proprietários.

2 - FOCOS DE RESISTÊNCIA :

Nem sempre as medidas de controle e subordinação obtiveram êxito total. Em certos momentos da história de Mato Grosso, encontramos quem conseguiu romper o cerco e instalar, através de um gesto ou de medidas que aliviavam a pressão do controle sobre um determinado grupo ou sobre pequenos grupos de homens pobres. A bem da verdade, a resistência a este controle esteve muito associada a necessidades imediatas, tais como melhorias salariais, consecução de níveis mínimos de sobrevivência, em defesa da própria vida e segurança pessoal.

(65) - Alcir Lenharo. Op. Cit. Págs. 49, 50.

Podemos dizer que estes movimentos tiveram caráter social e aspiraram a atingir a formação da consciência de uma classe. É por isso, não deixaram de se apresentar, neste contexto, com conteúdo de resistência às formas organizadas de subordinação e de controle.

À luz desses fatos, destacamos duas formas de resistência. A primeira delas, sem qualquer conteúdo organizacional, acabou por culminar com o banditismo que se instalou no Estado após a Proclamação da República até, aproximadamente, a década de 40. A outra, de conteúdo classista, promovida pelas associações e grêmios com o intuito de defender seus interesses como grupo organizado.

2.1 - O BANDITISMO:

A nosso ver, podem-se identificar em Mato Grosso dois aspectos respeitantes à ação dos grupos armados, comumente conhecidos como banditismo.

Com a finalidade de defender seus interesses políticos partidários, os coronéis, após a Proclamação da República, procuraram armar grupos de homens que, arrebanhados nas camadas marginais, construíram verdadeiros exércitos particulares. Estes homens formaram grupos de bandidos que agiam apoiados no poder dos coronéis, aos quais estavam ligados. Há, portanto, uma íntima relação bandido - coronel que sustentou as lutas políticas travadas durante toda a República Velha. Os coronéis não se furtaram do uso da força destes bandidos e os

mantinham como aliados e dependentes. (66)

Neste sentido, o banditismo não representou um foco de resistência ao controle exercido pelo poder, mas sim a própria força do poder.

A ordem e a tranquilidade pública passavam a ser garantidas por estes elementos. Deste modo, o banditismo foi a própria força de coação e controle usada pelo poder constituído sobre os demais segmentos da sociedade.

Não obstante, um outro tipo de banditismo imperou no estado de Mato Grosso durante toda a República Velha. Este também se fazia constituir de elementos marginalizados pela sociedade, a exemplo dos desertores, antigos libertos, ex-condenados e fugitivos que, agindo sem a liderança de um coronel, formavam um grupo de resistência à ordem estabelecida. (67) E. J. Hobsbawm, referindo-se a esta questão,

afirmou;

"o banditismo social constitui fenômeno universal, ocorrendo sempre que as sociedades se baseiam na agricultura (inclusive economias pastoris), e mobiliza principalmente camponeses e

(66) - Walmir Batista Correa. Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889 - 1943). Pág. 32.

"Os elementos egressos e do banditismo e da marginalidade, ostensivamente convocados por coronéis, tornavam-se então aliados e/ou agente de facções políticas que, ora estavam lutando para assumir o poder, ora estavam defendendo a manutenção do status quo e a ordem pública".

(67) - E. J. Hobsbawm, Bandidos, Pág. 13.

trabalhadores sem terras, governados, oprimidos e explorados por senhores, burgos, governos, advogados, ou até mesmo bancos."

Sua ação fugia ao controle das autoridades: saqueavam grandes e pequenas propriedades, roubando o gado e vendendo-o no país vizinho. São constantes as reclamações, aos chefes de polícia locais, sobre a ação destes bandidos. Registre-se também o apoio a eles dado pelas autoridades estrangeiras. (66)

Após venderem o gado, voltavam novamente ao território nacional e recomeçavam as pilhagens. Havia denúncias de que se escondiam em terras devolutas, distantes das grandes propriedades, ou em áreas pertencentes ao Paraguai. (67)

Quando perseguidos pela força policial, revidavam aos ataques, escondendo-se nas matas e, como estratégias, valiam-se das emboscadas. Sendo grupo armado, eram temidos pelos

(66) - Carta assinada como um oficial, ao Presidente Generoso Ponce denunciando e solicitando providências contra o delegado de Polícia paraguaio João Pedro Caballero, recebedor do gado roubado. Bela Vista, 15 de março de 1908. Verificar ainda Mensagem do Interventor Federal do Estado de Mato Grosso; Cuiabá, 13 de junho de 1937.

(67) - Carta enviada ao Chefe de Polícia de Bela Vista por Manoel Luiz Deniz, morador do sítio Quebra Cangalha, a 12 de outubro de 1912.

"Os bandidos Evangelista Domingos e Pedro Diogo de Souza e o resto de seu bando 35 ou mais marginais estão novamente atemorizando os moradores deste distrito. O gado que aqui pilham é acotado no lugar de nome Cabeça de . Foi depois de tudo ajuntado é vendido a Caballero (...)"

moradores e pela própria polícia. (70) Por vezes, foram acusados de aliciar os praças para que estes roubassem armas e munições de seus regimentos. (71)

Ao ser capturado, Antônio Bernardino, pertencente a um destes grupos, se insurgia contra a sua prisão, afirmando que nada fizera que não "matar três homens que já não viviam honestamente". Dusava ainda a dizer que, se roubara o gado, era porque este se encontrava solto, e quem o tinha assim deixado, possuía muito e "deste não precisava". (72)

A violência se manifestava de forma rotineira. Por acréscimo, a naturalidade como que era assumida, demonstrava a pouca importância a ela atribuída. Além disso, o roubo era tido pelos bandidos como uma atividade normal. Por haver gado à farta, todos podiam servir-se dele à vontade, independentemente de quem fosse o proprietário. Se solto estava o gado, deduziam eles que não havia dono.

(70) - Relatório do Chefe de polícia de Ponta-Forã João Carlos de Souza Campos, ao Intendente Municipal, a 17 de fevereiro de 1909.

"Em cumprimento a diligências ordenadas por V.Ex^{ca} formei bandeira policial para conter ao avanço dos bandoleiros comandados pelo tenente Coronel Joaquim Napoleão Epaminondas.

"...Estavam em emboscada tendo ferido o praça Manuel dos Ramos..., depois de muito caminhar nos recolhemos em grande sucesso para prestar socorro ao ferido e porque nossos animais já se encontravam em grande esgotamento".

(71) - Carta assinada como um oficial e enviada ao Presidente Generoso Ponce, Bela Vista, 15 de março de 1908.

(72) - Depoimento colhido pelo Chefe de Polícia de Bela Vista, a 27 de novembro de 1912.

Entre os homens destes grupos, no entanto, existia um código de honra que deveria ser respeitado por todos. Aquele que o rompesse era severamente punido. Não se admitia a traição. Ademais, a deserção era passível de pena de morte.

Cai a ponto produzir a resposta que Jovino Leo Dantas deu ao Chefe de Polícia de Miranda, quando interpelado a propósito da morte do companheiro:

"João quebrou o trato que tinha com nós tudo. Fugiu de nós e robou o borná (sic) com o dinheiro dos bois..."(73)

Hello Nogueira, ao descrever Três Lagoas (em 1912) no seu trabalho Excursão a Matto Grosso via a violência como um elemento na região.

"Aquilo tudo vivia quasi abandonado, reinando o terror, dominando a miséria, servindo de lei a vontade do mais forte e da carabina. A primeira vista, tem-se a impressão que todo mundo em aquela zona de Matto Grosso já matou alguém. Os facínoras passeiam impunemente pelas povoações, são olhados com certa admiração e suas proezas repetidas com orgulho, a todos os forasteiros. Fulano tem dez mortes, cicrano nove, este matou quatro, aquelle mandou desta para melhor seis

(73) - Lata 1915. Avulsos APENT.

pela polícia de São Paulo vão refugiar-se em Mato Grosso e muitos, talvez a maioria, se regeneravam trabalhando honestamente".

Aqui a violência é, inclusive, alardeada como um feito herdico, demonstrando que através dela a população não se subordinava ao controle das autoridades. Estas podiam dela se servir para assegurar sua sobrevivência. Até aqueles que eram tidos como bandidos, agora trabalhavam honestamente, demonstrando que honestidade e violência se combinavam nesta região.

A violência aí manifesta é a mantenedora da vida e representava um meio usado por muitos dos homens bons para demonstrar a sua força ou intimidar aqueles que por ventura pretendessem atentar contra ela.

O banditismo teve, portanto, papel relevante como foco de resistência ao controle exercido pelas autoridades e pelos coronéis.

Não se submetendo aos códigos e regulamentos impostos a esta sociedade, este grupo acabou vivendo na marginalidade. Seus membros se orgulhavam de não terem nunca sentido o peso do chicote ou obedecido à ordem de um feitor. Jamais se curvaram ao trabalho sistemático da lavoura ou da extração.

"Era bom aquele tempo. Nós não tinha nem capataz, nem feitor.

Corria solto nos pastos. Só com Deus e o Capitão

Silvino: Era muito bom". (74)

As populações dos pequenos povoados respeitavam e acolhiam os bandidos, protegendo-os das perseguições policiais. Estabeleciam um sistema de intercâmbio entre estes habitantes e os bandidos, tal qual ocorreu com os quilombolas no século anterior. (75)

Queixando-se destas alianças, assim se expressava o Chefe de Polícia, João de Oliveira Mello:

"... me causa estranheza é o terror que estes índios impõem ao povo deste Estado o que já não se dá o mesmo com os bandidos e desertores que povoavam o nosso solo. Recebem guarida, alimentos e até armas.

Creio ser este o mal que impede seu total extermínio..." (76)

Existia, portanto, um código de honra estabelecido entre os bandos e a população. Através desta troca de favores, demonstravam o temor que tinham pelas ações praticadas pelos

(74) - Depoimento colhido de Benedito Reis e Silva, Miranda, 5 de maio de 1986, referindo-se ao período em que integrou o bando de Silvino Jacques, em 1935.

(75) - Lúcia M. Baeta Aleixo. Mato Grosso: Trabalho Escravo Trabalho Livre (1850 - 1868), pág. 78.

(76) - Ofício enviado ao Presidente do Estado pelo Chefe de Polícia de Cuiabá, a 13 de março de 1891.

dirigentes do Estado. (77) Ambos sentiam que serem vítimas dentro deste processo e, deste modo, buscavam através do apoio recíproco minimizar suas penas. Afinal, a Polícia punia todos aqueles que não possuissem uma ocupação efetiva. A legislação penalizava os não proprietários, empurrando-os para a marginalidade. De certo modo, o banditismo foi a forma encontrada pelo homem desta região para manter a sua subsistência. Não estavam imbuídos de nenhum ideal de luta pela melhoria de vida das populações rurais. Buscavam somente sobreviver nesta sociedade onde a violência foi usada como forma mais frequente de manter o homem subordinado ao trabalho na grande propriedade.

No nosso entender, este tipo de banditismo funcionou como uma das formas de resistência, mesmo que inconsciente, ao trabalho organizado.

2.2) AS ASSOCIAÇÕES E OS GRÊMIOS

"A (classe) dos patrões opressores terá fim ou pelo menos será amenizada quando os nossos operários se congregarem criando sindicatos. O sindicato é o ponto de partida para uma

(77) - O Ferrão, Cuiabá, 8 de dezembro de 1927.

... "Na sede do município e ex Sub - Delegado de Polícia o famigerado Manoel Fernandes da Fonseca foi mandante do assassinato do infeliz Felicissemo homem probo, trabalhador e pai de numerosa família. Foi essa mesma autoridade que envenenou Maria Braga e quem mandou espancar desumanamente por Severo José a preta Pulcheria Fontes..."

associação. É constituído pelo agrupamento de operários do mesmo ofício ou que fazem o mesmo trabalho. A reunião de todos os pedreiros, por exemplo, constitui um sindicato e de todos os empregados de usina de outro. O fim do sindicato é criar uma força capaz de proteger aquele agrupamento contra abusos dos patrões.

O sindicalismo trabalha pelo apoio mútuo e resistência.

Ele ocupa em facilitar a colocação e empregar os sem trabalho, vela pelos interesses profissionais da corporação, pela força da sua união, faz o patrão respeitar melhor o empregado diminuir os seus gananciosos desejos de exploração, trata da educação dos trabalhadores, para torná-los cada vez mais fortes e mais capazes de vencer e conseguir a eliminação do patronato.

Entre nós como o operariado quase nada conseguiu ainda, devemos antes de tudo congregarmos criando blocos de resistência a exploração do capital ou do patrão.

Todo aquele que estiver agrupado em sindicato vencerá melhor.

Que valor tem um só empregado público, um só operário, um só chefe ?" (78)

(78) - A Peble, Cuiabá, 4 de outubro de 1927.

Anunciando a necessidade de os trabalhadores se unirem para formar um sindicato, A Plebe procurava iniciar, em Mato Grosso, um movimento contra a exploração do capital.

Edgard Carone analisa, com muita clareza a expansão do movimento operário no Brasil, afirmando que, para compreendermos melhor esta questão, é necessário se conhecer a realidade brasileira. Demonstra ainda que, para que isto ocorra é preciso partir da relação entre o sistema capitalista dominante e as formas de desenvolvimento da nossa sociedade, atentando para a sua diferenciação, visto que sua composição comporta um conjunto de diversas formações sociais. (79)

Inferimos, através da documentação, a existência de movimentos grevistas que comprovam a prática de resistência a exploração do trabalho. Estes movimentos eram repelidos com seriedade pela autoridade policial. Normalmente, os chefes das oficinas eram detidos e interrogados. A paralisação ao trabalho era considerada uma atitude criminosa, e os responsáveis enquadrados criminalmente. (80)

(79) - Edgar Carone. História do Movimento Operário no Brasil.

(80) - Ofício encaminhado ao Presidente do estado pelo Chefe de Polícia de Cuiabá Inácio Maranhão Rocha Vieira, a 2 de abril de 1908.

"Tendo esta chefatura recebido do Dr. Luiz Ferraz, Diretor Geral dos trabalhos técnicos da Companhia Mato-Grosso Gold Dredging uma denúncia de que se achavam os trabalhos daquela companhia paralizados por insubordinação de seus empregados os quais não cumpriam suas ordens resultante de tudo isso além da completa anarquia, prejuízo e descrédito por esse ramo de Indústria no Estado. Sendo de gravidade o assunto transportei seis praças de polícia mandei internar os chefes das oficinas e das dragas procedendo um rigoroso inquérito do qual ficou bem patente o conteúdo da denúncia".

A recusa ao trabalho trazia consideráveis prejuízos aos proprietários das companhias. Além de se mostrar como um instrumento perigoso, capaz de influenciar outros setores, provocava a disseminação desta prática, o que atemorizava os dirigentes do Estado:

..houve, sem dúvida, como repercussão longínqua da agitação social própria da crise que atravessa o mundo, um outro movimento grevista, como aconteceu em Corumbá, Aquidauana, e, na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, mas foi prontamente dominado pela polícia sem que a ordem pública sofresse grandemente com isso". (81)

Repetindo sempre o mesmo discurso, as autoridades se apoiam na questão da necessidade do uso da Lei para garantir a ordem e a tranquilidade pública. Usando o bem da coletividade como instrumento de repressão recomendavam: "Toda calma e ponderação diante da altitude insólita de indivíduos que pela imprensa e por outros meios, procuram a todo trance provocar conflitos com as autoridades constituídas, a fim de criar embaraços para o Governo. Deveis estar vigilante e agir com prudente energia dentro da lei, a exemplo do que vêdes praticado pela alta administração do Estado, tendo presente que cargos públicos são portos de sacrifício instituídos a bem da

(81) - Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa ao instalar-se a sua 3ª sessão ordinária da 11ª Legislatura, em 7 de setembro de 1920, por D. Francisco de Aquino Correa. Dispo de Prusíade, Presidente do Estado, pág. 74.

coletividade... (82)

Não se questionava, no entanto, a validade de tais movimentos. Enfatizava-se a necessidade de reprimir estas atitudes para assegurar a paz coletiva. Mas os operários continuavam se rebelando em busca de melhores condições de vida e de salários. Mesmo nos territórios mais fechados, onde a vigilância era exercida de modo mais violento, ações de resistência estavam ainda presentes. Disso temos exemplos nas usinas de açúcar do Rio Cuiabá. (83)

Para poder lutar contra as arbitrariedades dos patrões, foram formadas várias sociedades ligadas principalmente às atividades portuárias e de navegação fluvial, a partir de 1917. Surgiram, então, a Sociedade União dos Taifeiros (1917), o Grémio dos Machevistas Civis (1918), o Centro Operário de Corumbá (1919), a Sociedade dos Marinheiros da Marinha Mercante (1918), e a Sociedade dos Pescadores de Corumbá (1923). (84)

Estas organizações apontavam em seus estatutos, como objetivo primordial, a luta contra os baixos salários e as constantes demensões impostas a diversos empregados.

Os estatutos da Sociedade União dos Taifeiros, encaminhados ao Presidente do Estado em 1917, assim se expressavam:

(82) - *Idem. Ibidem.* Pág. 74.

(83) - *A Reacção, Assunção, 30 de junho de 1902.*

(84) - *APENY, Avulsos, latas 1917 - 1918 - 1919 e 1923.*

"Primeiro: Na atualidade, operou-se um aumento extraordinário nos preços dos generos de primeira necessidade, de maneira que nós obreiros, que vivemos de nosso salário achamos impossibilitados de manter, com o que ganhamos as nossas famílias.

Segundo: A crise crônica reinante tende a agravar-se cada vez mais, ficando o obreiro sem esperança de melhorar a má situação.

Terceiro: Os armadores estão prevalecendo da circunstância crítica do momento para diminuir o ordenado e dispensar o pessoal nos vapores e demais embarcações, aumentando, portanto, as dificuldades da vida dos obreiros sem compadecerem-se dele." (85)

Como grupo organizado, estas associações procuraram defender seus interesses de classe, usando de estratégias que provocaram reações das autoridades.

Sem dúvida, eram os portuários os que mais se mobilizavam, levando à paralisação de atividades consideradas fundamentais ao desenvolvimento do Estado. (86) Os

(85) - Estatutos da Sociedade União dos Vaifeiros, fundada em 20/10/1917, na Cidade de Corumbá.

(86) - Ofício de número 310, da Capitania do Porto do Estado de Mato Grosso ao Presidente do Estado, em 18 de julho de 1923.

"Grêmios de Marítimos desta cidade atualmente administradores dos portos reclamavam da influência negativa que os portuários argentinos e paraguaios exerciam sobre os operários mato-grossenses, afirmando:

"que o movimento comunista durante um ano suspendeu toda a navegação da República Argentina, atirou para estas paragens muitos indesejáveis e com eles suas idéias perniciosas. A polícia estadual, falha e pouco previdente não adotou medidas convenientes, datando dessa época toda a série de perturbações ao trabalho livre, dentro da Lei. Fundaram-se toda série de Grêmios; o direito de greve usado e abusado pela massa bruta das tripulações começou a perturbar a navegação". (87)

Como a navegação era o principal meio de transporte, responsável ainda pela circulação da população, as greves neste setor eram consideradas de extrema gravidade, pois paralisavam toda a atividade comercial, provocando colapso da economia regional. Bem por isso, a polícia era constantemente acionada para reprimir estes movimentos.

cont. (86) - confederados aumentam diariamente suas exigências em obediência a estatutos e decisões de assembleias fazendo imposições ilegais e absurdas, criando-se assim uma situação de ameaça constante à navegação e conseqüentemente ao comércio, economia e à vida deste Estado".

(87) - Ofício da Capitania dos Portos dirigido ao Ilmo. Senhor Dr. Virgílio Correa Filho, Secretário Geral do Estado de Mato Grosso. Corumbá, 18 de fevereiro de 1925.

Boris Fausto afirma que os ferroviários e portuários constituíram o núcleo mais estável do Sindicalismo brasileiro. Diz mais que: as greves deste setor, significativas por suas repercursões econômicas, e sofreram violenta resposta repressiva. Admite a debilidade do padrão de organização no comportamento operário, e afirma ainda que "é impossível se esquecer que, em uma sociedade recém-saída da escravidão, a organização operária aparece como o primeiro movimento social das camadas dominadas, voltadas por seus objetivos manifestos, modelos ideológicos, métodos de ação, para a mudança de aspectos básicos da estrutura de poder". (88)

Sabedores da sua força como entidade organizada, os portuários, estivadores e marinheiros usavam suas agremiações para reagir contra as medidas austeras impostas pelos patrões. Criaram verdadeiros focos de resistência a dominação. Buscavam muitas vezes, a satisfação imediata de suas necessidades, mas com um nível de conscientização capaz de produzir propostas de conteúdo político. Acabaram formando um círculo de resistência num Estado onde a força prevalecia como instrumento mantenedor da ordem e segurança pública.

A índole pacífica do povo, apregoada pelas autoridades, acabara sendo um objetivo usado somente para demonstrar que, nem sempre, a população se curvava diante das leis fabricadas pelos proprietários, através dos estatutos de suas organizações. Ao povo também cabia ditar palavras de ordem, que deveriam ser acatadas pela sociedade.

(88) - Boris Fausto. Trabalho Urbano e Conflito Social. Pág. 122, 123.

CONSIDERAGES FINAIS

"A liberdade é o melhor e o mais frutificante dos bens sociais. Ela quebra com a lança os ferros opressores para dar lugar ao brilhantismo das manifestações amplas do progresso de um povo (...)

É óbvio, que os vagabundos todos quantos reditos sem meios de vida comendo e vestindo, atravessam quotidianamente as ruas aglomeram-se nas travessas em constantes libações fazem mal uso da liberdade que lhes é concedida e não podem ser senão péssimos elementos da ordem e paz pública.

De tais indivíduos não se pode esperar nenhum bem social e antes é certo que eles sem menor decoro rompem com os princípios que regem as sociedades, afrontam a moral e a lei escrita, não respeitam o direito de ninguém.

O trabalho é a lei divina, dele emana o progresso da comunhão e o bem estar de cada um: ao passo que a vadiagem, mantendo-se do suor alheio tem de vir buscar onde pensa encontrar contra a vontade de seu dono, o pão que há de matar a fome, a roupa que há de cobrir as carnes, o dinheiro que há de sustentar o vício."

*O Autonomista, Corumbá,
20 de fevereiro de 1909.*

Ao escrever este artigo, o redator deste jornal aplaudia a medida, tomada pelo Delegado de Polícia de Corumbá, de prender os desocupados, obrigando-os a trabalhar nas praças e ruas até que encontrassem trabalho efetivo.

Esboçava-se um conjunto de idéias que tinham por objetivo a valorização do homem pelo trabalho. A indicação de que o ócio produzia marginais, e estes se tornavam nocivos à paz e à tranquilidade pública, era a tônica do discurso que vigorava no país desde os fins do século XIX. Para instituir na prática estas idéias, era necessário "domesticar a população." Com isso, medidas enérgicas de subordinação foram adotadas de modo a obrigar a população a se assalariar e, assim, participar da produção.

Com a abolição da escravidão, a prática da subordinação pelo trabalho tornou-se efetiva. As cidades passaram a ter papel preponderante na economia regional e no oferecer algumas oportunidades de emprego, os núcleos urbanos tornaram-se centro catalisador de mão-de-obra. Exatamente por isso, veio a ser alvo das autoridades que, através dos códigos de posturas, regulamentavam todas as atividades nela exercidas. Controlavam o trabalho e o lazer, alicerçados nos conceitos de tranquilidade e segurança, a bem da moralidade. A ociosidade passou a ser vista como criminosa. Os desocupados eram associados aos desclassificados e, portanto, marginalizados.

As medidas disciplinadoras vinham acompanhadas, ainda, da noção de progresso e civilização. Envolver o cidadão na defesa de interesses comuns, que permitissem a continuidade do

processo produtivo, eis o fulcro das falas oficiais.

O ordenamento desta sociedade iniciado no século XVIII, abarcou o colono, o índio, o negro e o homem pobre. Não poupou ninguém.

Embuídos no propósito de disciplinar a sociedade pelo trabalho formas violentas de subordinação e coação foram usadas. O trabalhador esteve diante de sistemas de coação que iam do ideológico ao físico.

As solitárias, o tronco, o chicote, a força policial, o compadrio, a escola e o paternalismo foram usadas para abrigar este homem a se submeter ao poder dos proprietários.

Não havia mais espaço para o ócio e, via de consequência, o trabalho tornou-se uma atividade sistemática e constante.

Ao reprimirem o homem pobre, os senhores proprietários não esperavam nenhuma reação. Esta veio lenta, difusa e tênue, mas comprometeu, em ocasiões variadas, o processo produtivo.

O trabalhador também criou mecanismos que foram responsáveis pela resistência. Promoveu o processo de transformação que tanto aspirava.

As fugas, as revoltas, o contrabando, o roubo, as greves tornaram-se práticas comuns, às quais os trabalhadores recorriam para fazer frente às arbitrariedades de seus patrões.

As convulsões sociais ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro nos primeiros 20 anos deste século foram sentidas em Mato Grosso e os trabalhadores começaram a demonstrar seu descontentamento frente aos baixos salários e à violência. Se

organizaram em Sindicatos, Grêmios e Associações prontos para acabar com os excessos de exploração do trabalho.

Transformações políticas passaram a ser perseguidas. Ao ingressar nos anos trinta, várias mudanças ocorreram. Os coronéis sentiram seu poder se enfraquecer e os trabalhadores buscaram através das suas organizações as transformações que almejavam.

Foi agindo como sujeito de sua própria história que este homem contestou a ordem estabelecida ameaçando o poder. Reformas significativas não chegaram a acontecer mas, certos de sua posição na sociedade fizeram ecoar suas vozes no Estado ocupando aos poucos pequenos espaços.

ANEXOS

FOTOS

Usina de Itaicy - Vista Geral

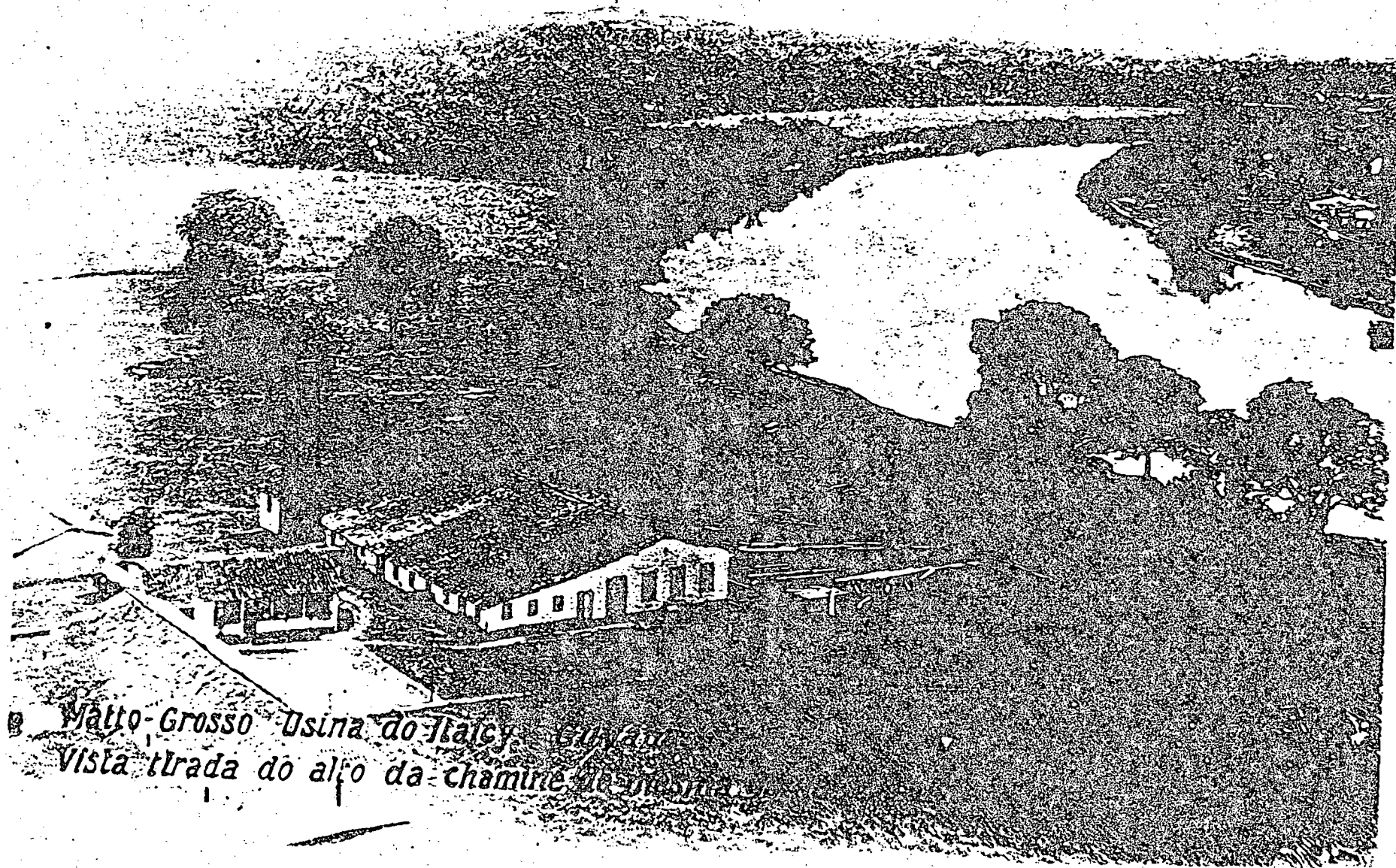
- *Lado Sul, Vista do Edifício Central*
- *Casa dos Operários*
- *Casa dos Operários*
- *Vista Geral (Lado Norte)*
- *Edifício Central*
- *Secção de Moagem*
- *Secção de Máquinas*
- *Banda de Música*
- *Escolas de Primeiras Letras e de Música*
- *Solitária*
- *Solitária*
- *Barril de Castigo: Usado para punir os faltosos*

Usina Ressaca

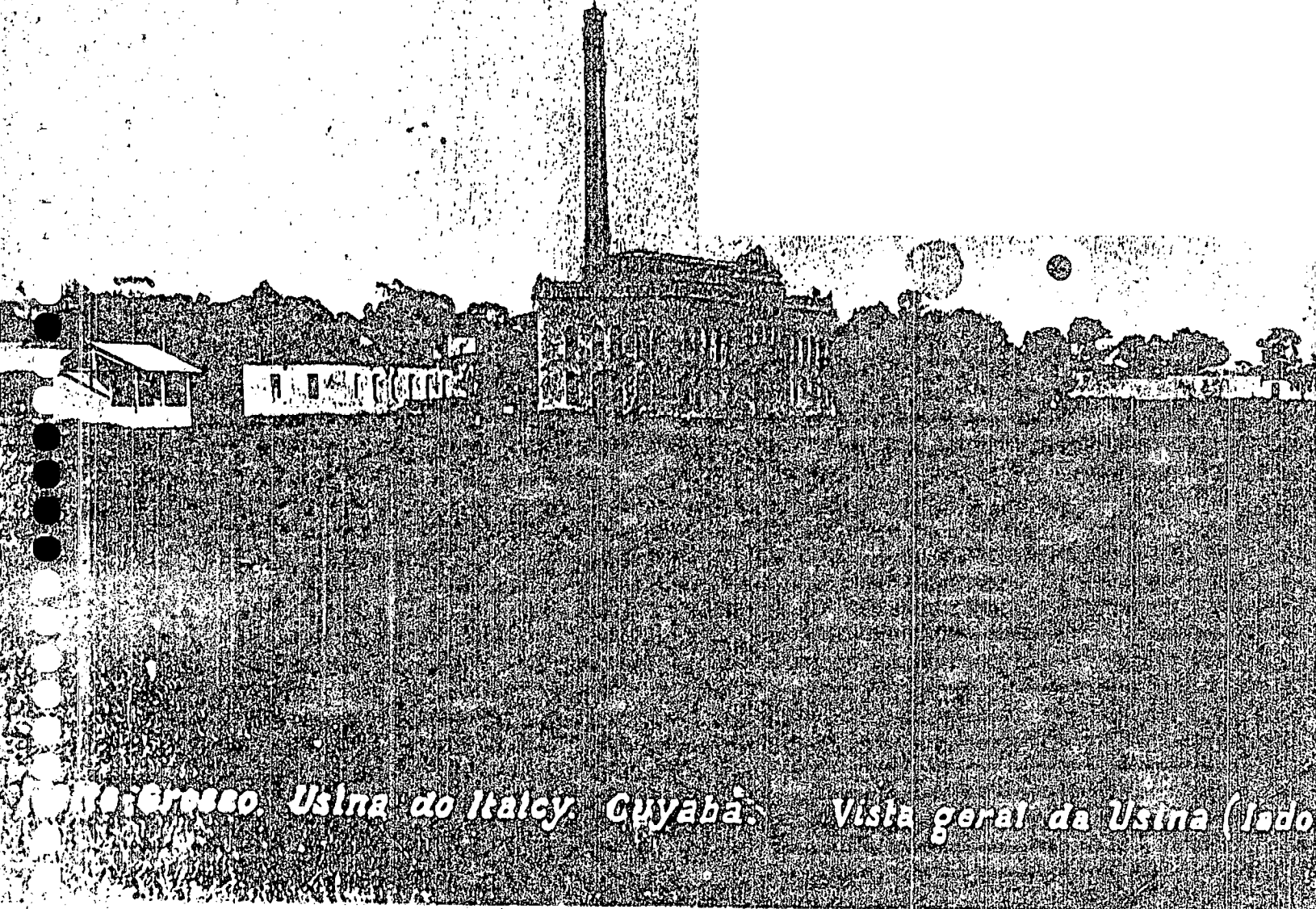
Destilaria Sant'anna

Acervo do NDIHR.

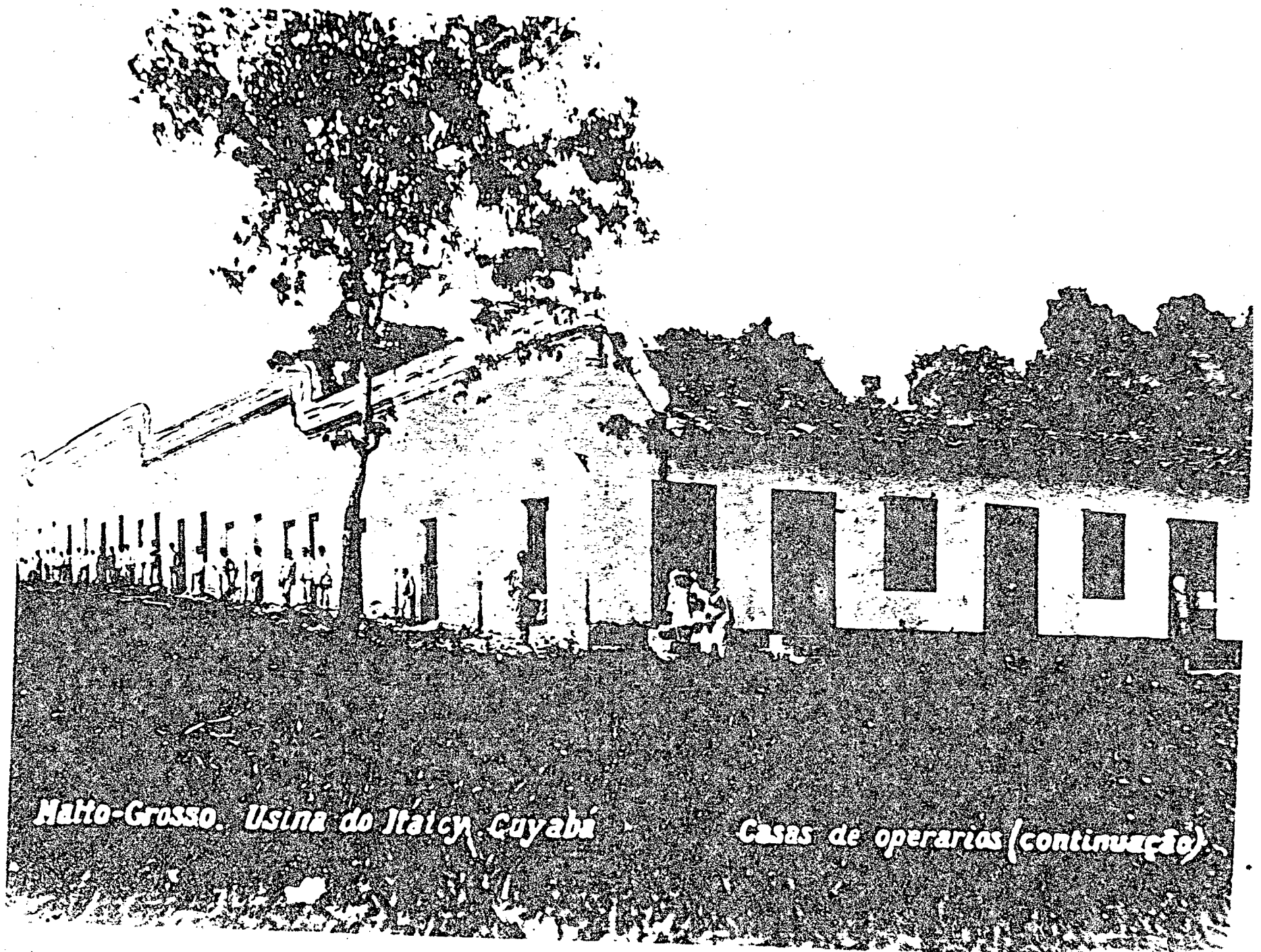
191



Matto-Grosso Usina do Itaipy - Guayana
Vista tirada do alto da chaminé da usina.

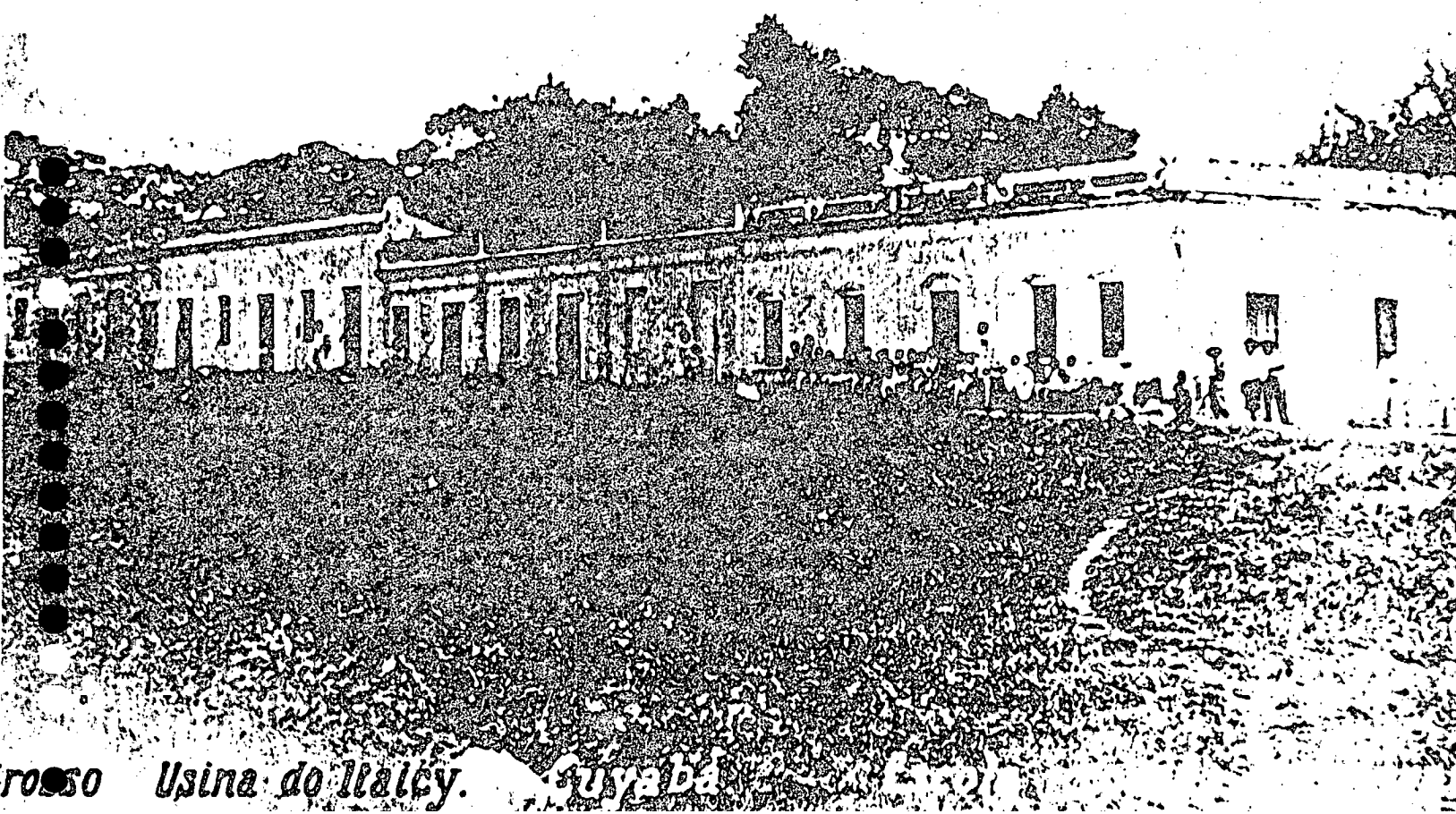


Ita-Grosso. Usina do Italcyc. Cuyabã. Vista geral da Usina (lado



Matto-Grosso. Usina do Itatcy, Cuyabá

Casas de operarios (continuação)

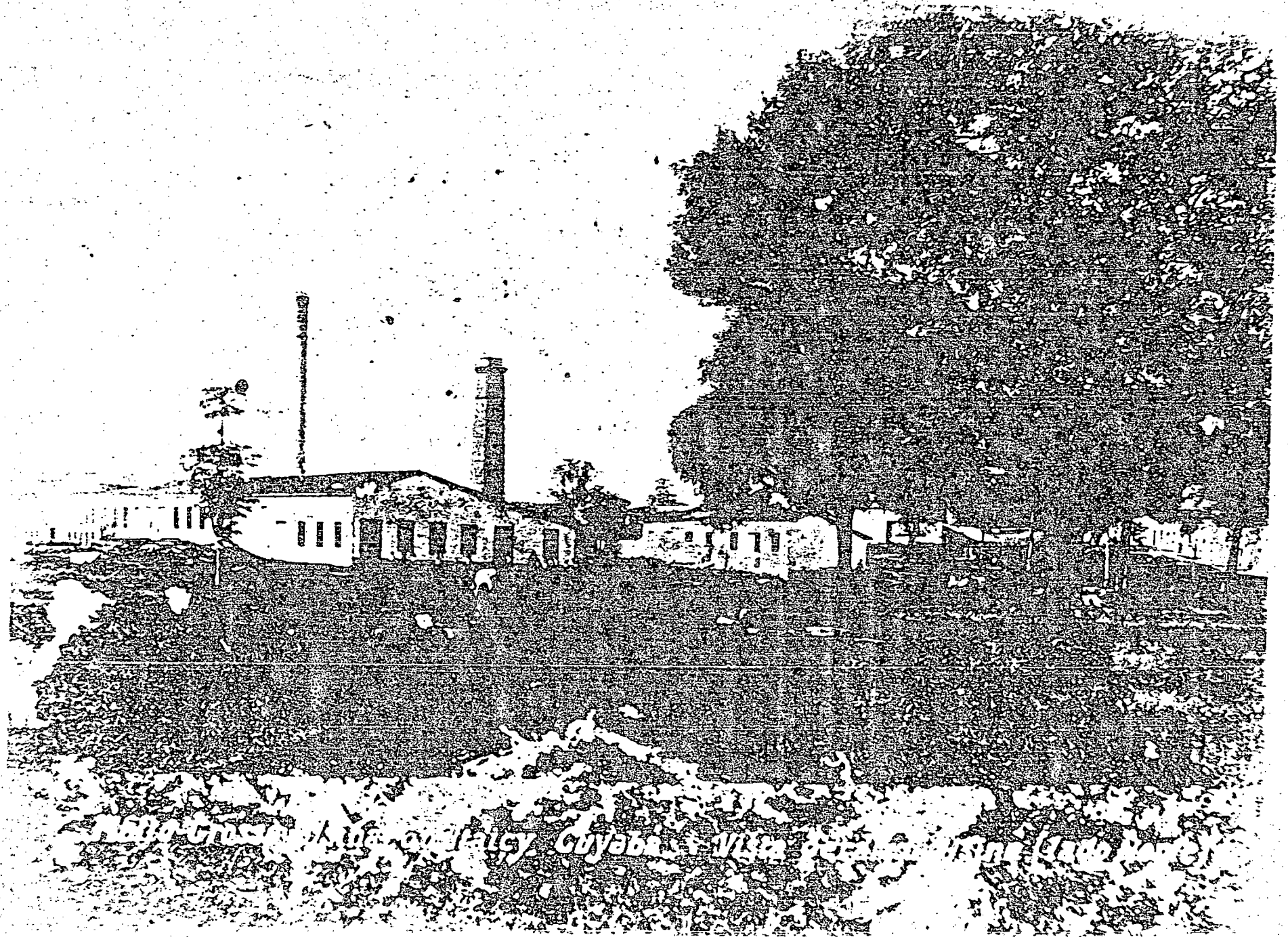


rosso

Usina do Itaipy.

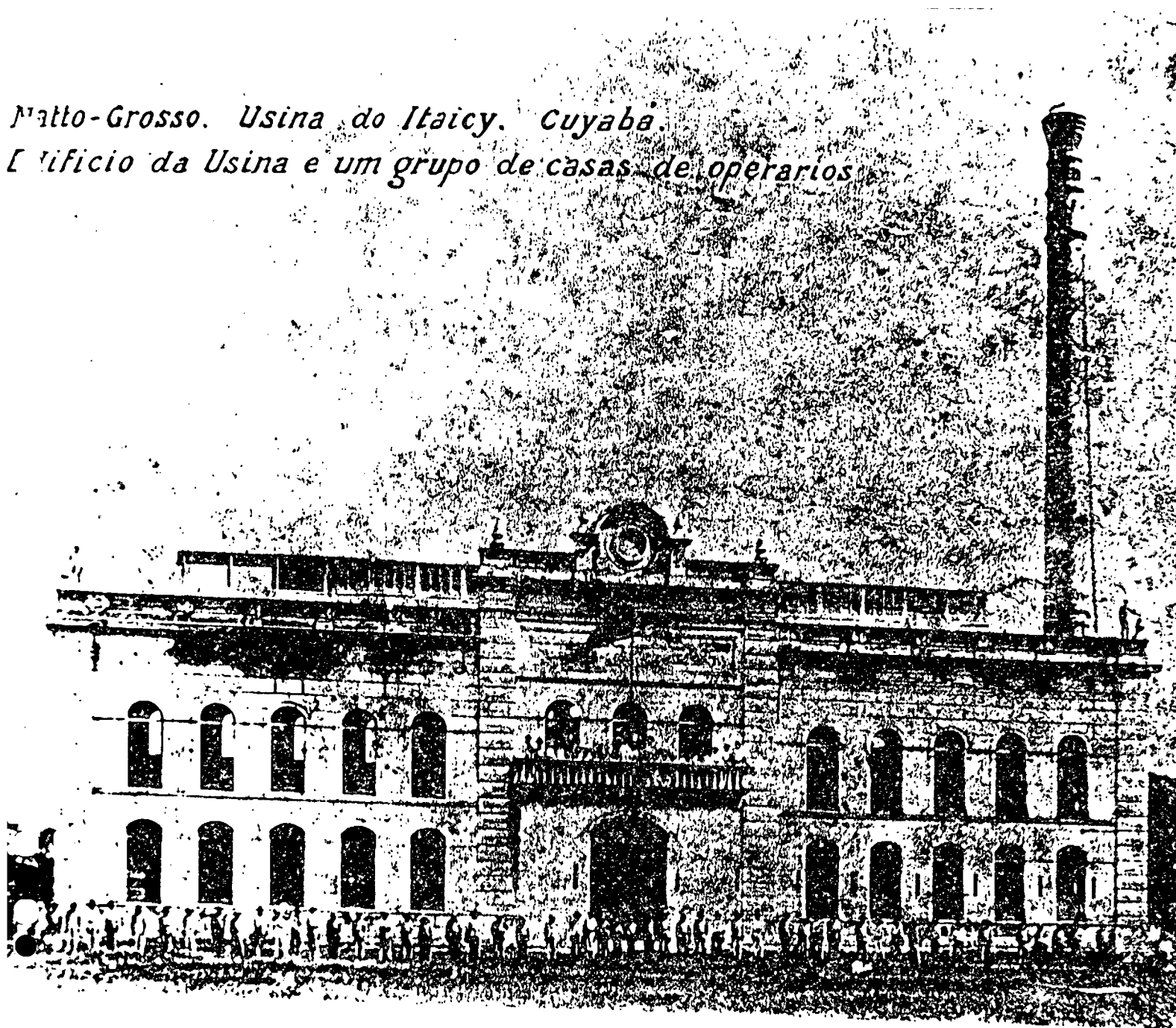
Suyaba

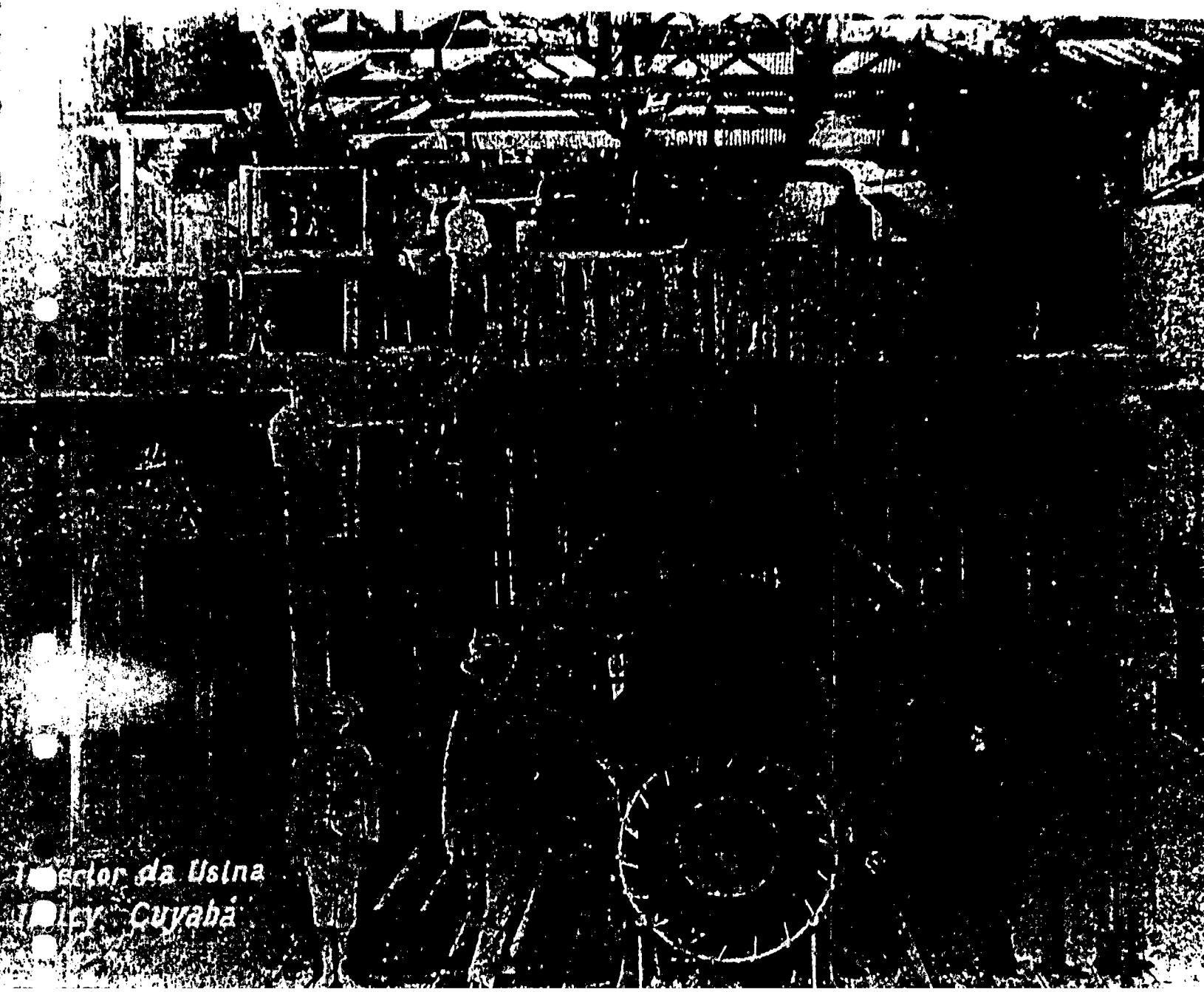
1901



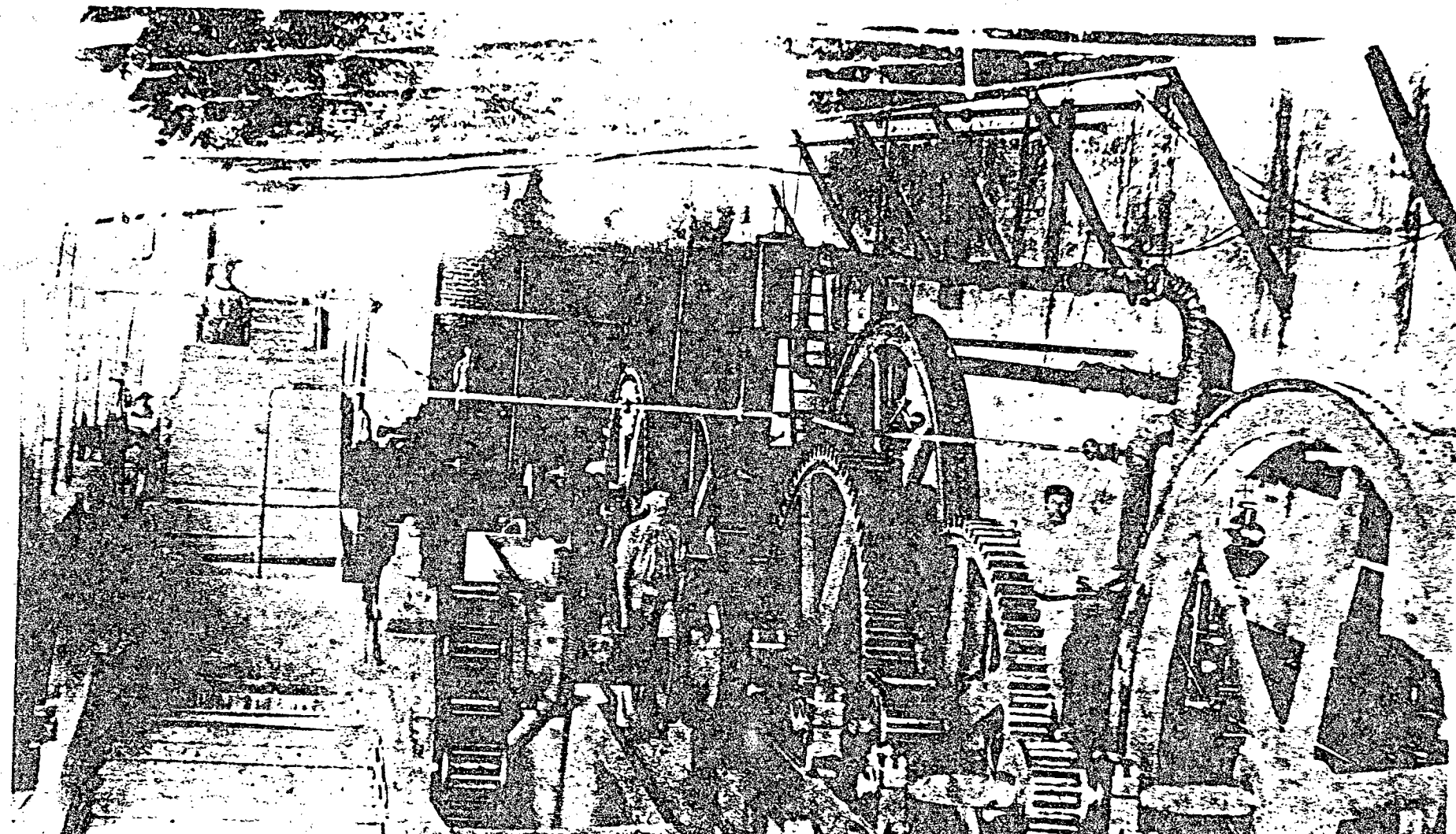
View of the industrial plant at the site of the former coal mine, with the large tree in the foreground.

*Matto-Grosso. Usina do Itaicy. Cuyabá.
Edifício da Usina e um grupo de casas de operários*





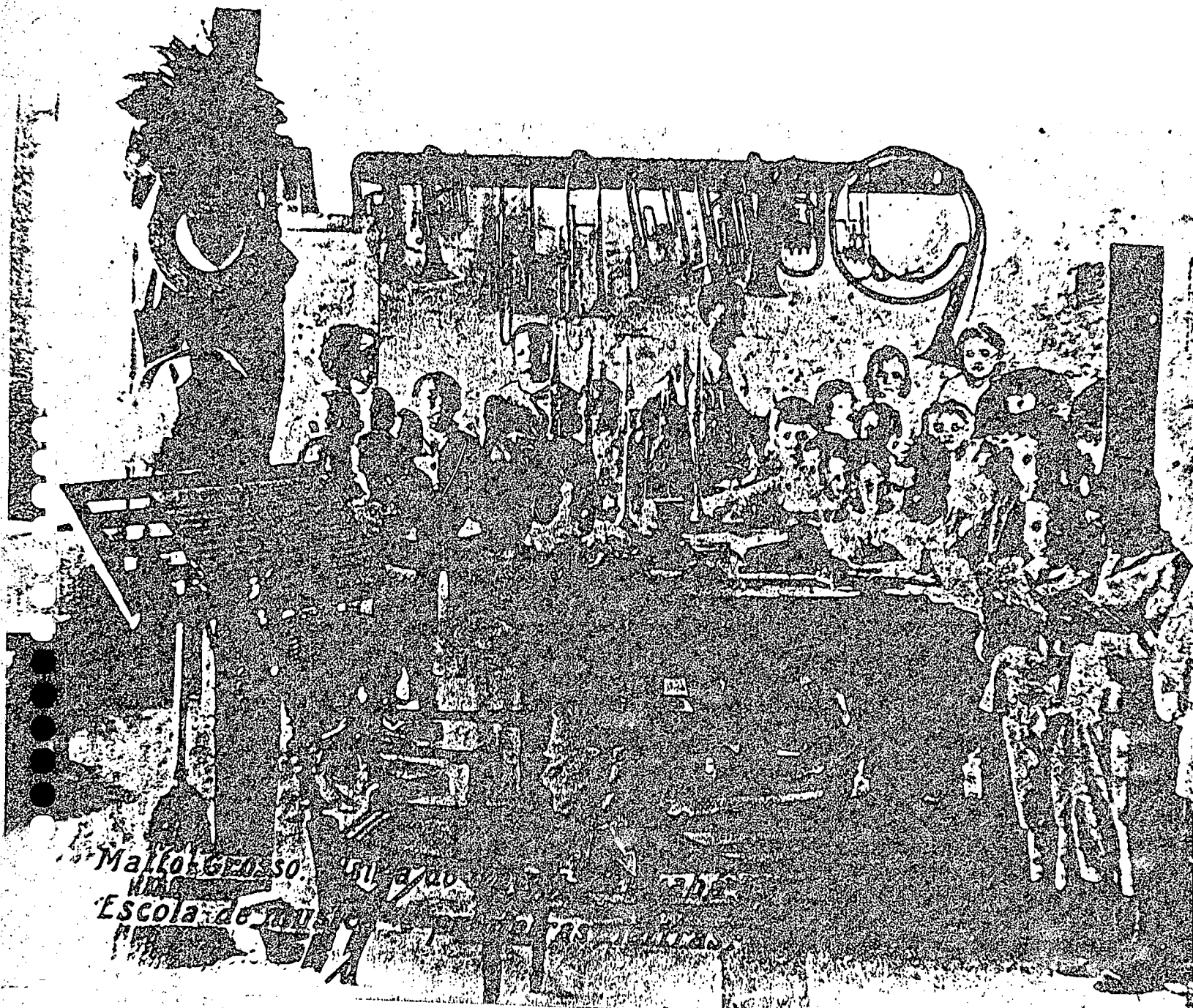
Директор завода Усина
Игорь Сувягин



Mato-Grosso. Usina da Itaicy. Cuyabá

Secção de moagem: esteiras, jogos de moendas, motores, duas caldeiras e outra em via de instalação





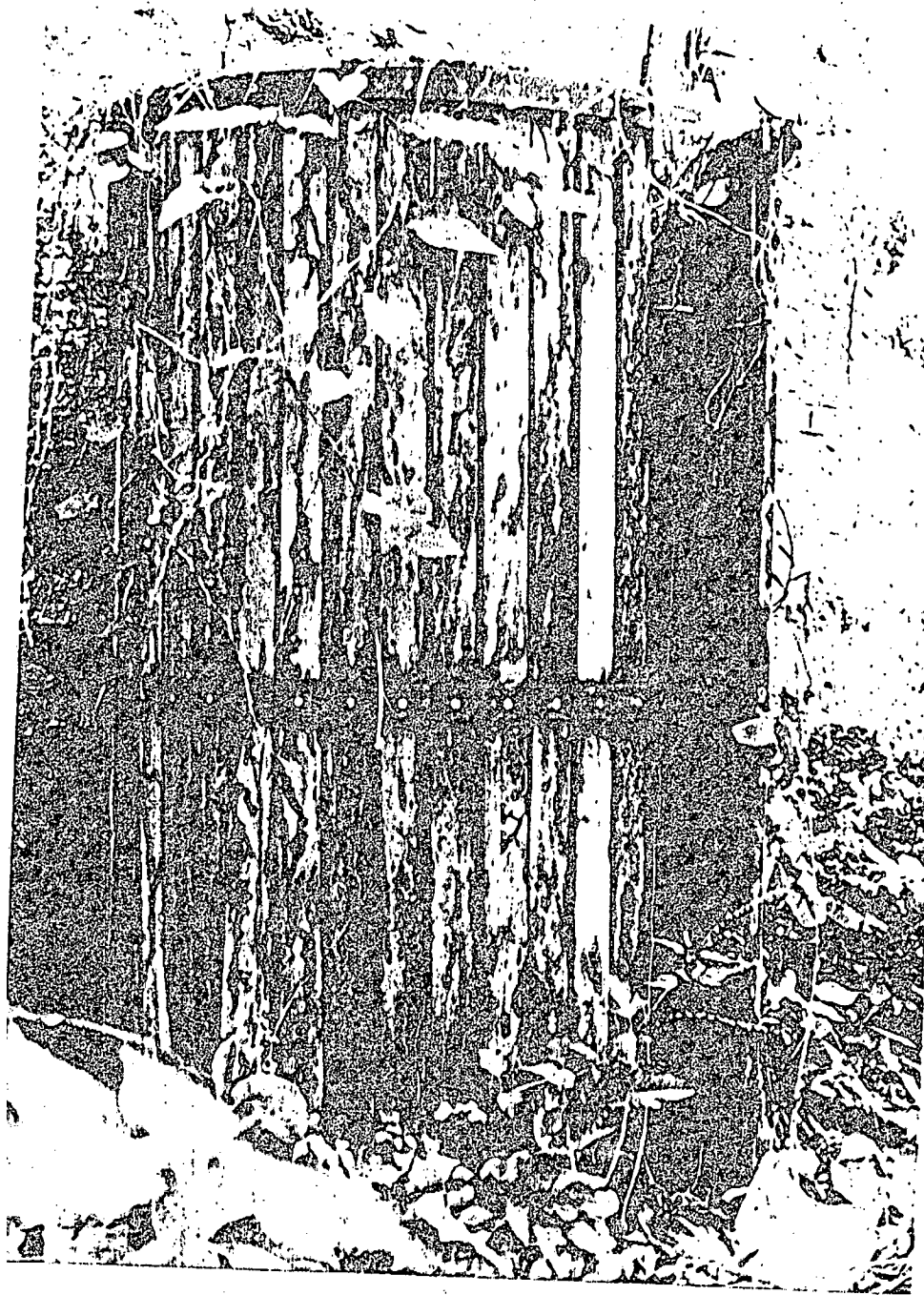
Maike G. SO. 1914/20

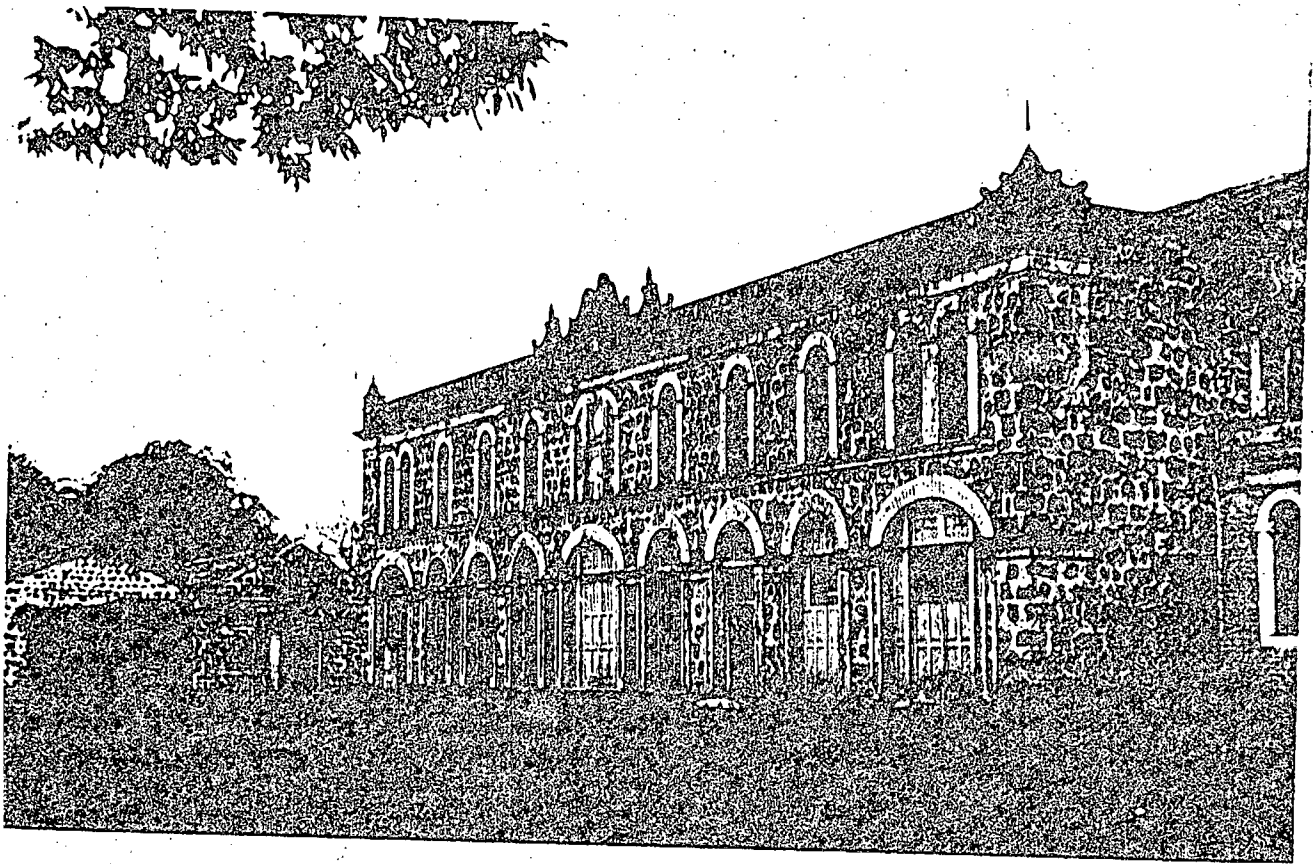
Escola de J. U. S. P.

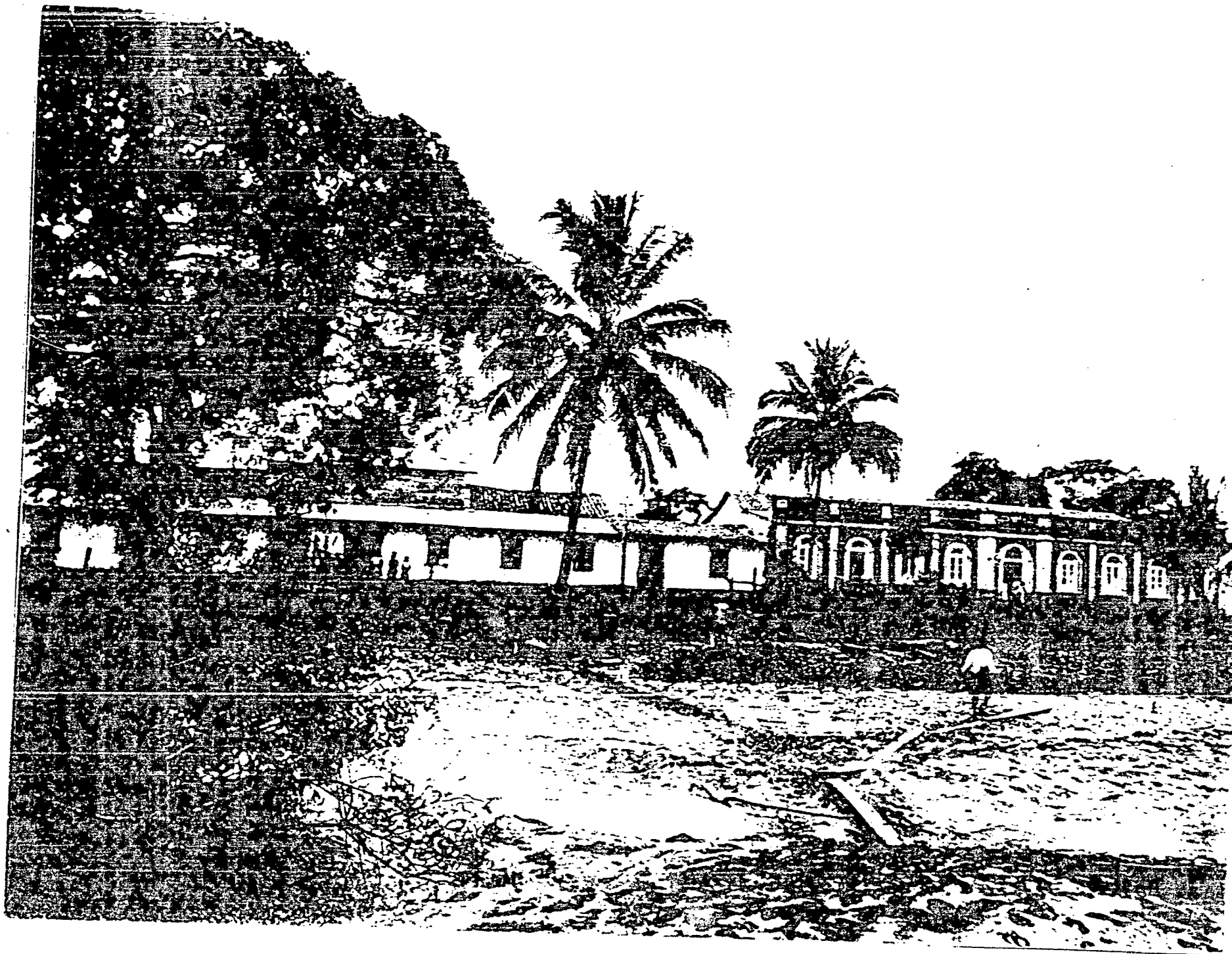
1914/20











FONTES E BIBLIOGRAFIA

1) - FONTES MANUSCRITAS.

Bando expedido por Rodrigo Cesar de Menezes em 1722 ordenando formação de bandeira para combater índios payaguás. (Instituto de Pesquisa Histórica D. Aquino Correa).

Carta enviada a sua Majestade D. José I a 8 de julho de 1751 por Antônio Rolim de Moura Governador da Capitania de Mato Grosso. (Instituto de Pesquisa Histórica D. Aquino Correa).

Carta de Antônio Rolim de Moura a Diogo de Mendonça Corte Real a 28 de maio de 1752. (Arquivo do Instituto de Pesquisa D. Aquino Correa).

Carta enviada por Antônio Rolim de Moura a D. José I em 18 de junho de 1752. (Arquivo do Instituto de Pesquisa Histórica D. Aquino Correa).

Carta de Luis Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres ao Ministro dos Negócios do Reino em 19 de março de 1775. (Arquivo do Instituto de Pesquisa Histórica D. Aquino Correa).

Carta enviada a 12 de maio de 1775 por Luis Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. (Instituto de Pesquisa

Histórica D. Aquino Correa).

*Carta de Navarro de Camargo datada de 1887.
(APEMT. Lata 1887 C).*

Carta encaminhada ao Presidente do Estado Generoso Ponce por um Oficial contra o Delegado de Polícia Paraguaio João Pedro Cabalero. Bela Vista, 15 de março de 1908. (APEMT. Avulsos. Lata 1908 A).

Carta enviada ao Chefe de Polícia de Bela Vista por Manuel Luiz Diniz morador no Sítio Quebra Cangalha a 12 de outubro de 1912. (APEMT. Avulsos. Lata 1913 A).

Carta enviada ao Presidente do Estado pelo Intendente Geral de Cuiabá o Coronel José Antônio de Souza Abreu em novembro de 1917. (APEMT. Avulsos. Lata 1918 A).

Carta enviada a Francisco de Aquino Correa, Presidente do Estado de Mato Grosso por Feliciano Caldino de Barros a 5 de abril de 1920. (APEMT. Avulsos. Lata 1920 D).

Colecção de Leis e Decretos do Poder Executivo expedido nos anos de 1912 a 1914 (APEMT).

Contrato de Locação de Serviços entre Antônio José de Araujo e o Proprietário de Itaicy, a 12 de abril de 1898. (APEMT. Avulsos. Lata 1899).

Contrato de Arrendamento de Terra celebrado entre João Palmiro de Azevedo e Antônio Paes de Barros, 1906. (Livro de Notas Gerais do 1º Tabelião de Cuiabá - 1).

Fragmento encontrado no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. (Avulsos. Lata 1766 - 1768).

Imposto sobre Barracões Industriais. Novembro de 1910. (APEMT. Avulsos. Lata 1910).

Instruções encaminhadas aos Diretores de Aldeamentos de Índios por Luis Pinto de Souza Coutinho em 1769. (APEMT. Avulsos. Lata 1769).

Livro para Averbação de Instrumentos particulares do Cartório de Registro Especial de Títulos. (Livros 1, 2/3 e 4 Cartório do 1º Ofício).

Livro de Registro de Títulos e Documentos - (livros de 1 a 4 Cartório do 1º Ofício).

Livro de Registro da Secretaria de Governo anos 1768 - 1772. (AFEMT)

Livro Para Notas Gerais do 1º Tabelião de Cuiabá. (Livros do nº 128 até o de nº 200 - 1886 a 1932).

Livro de Registro dos Decretos do Governo do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, (AFEMT, 1891).

Livro de Registro dos Decretos do Governo do Estado de Mato Grosso, 1892 (AFEMT)

Livro de Registro das Leis Decretadas pela Assembléia Legislativa do Estado e dos Regulamentos expedidos pelo Presidente, 1896. (AFEMT)

Ofício encaminhado ao Presidente Francisco Raphael Mello Rego pelo Chefe de Polícia Joaquim de Siqueira a 6 de janeiro de 1889. (AFEMT. Avulsos. Lata 1889 A).

Ofício encaminhado ao Presidente do Estado de Mato Grosso Antônio Maria Coelho pelo Capitão Deoclécio Pereira Lins a 2 de agosto de 1890. (AFEMT. Avulsos. Lata 1890 A).

Ofício encaminhado ao Presidente do Estado Antônio Maria Coelho pelo Delegado de Polícia Claudino José dos Santos Pereira a 11 de outubro de 1890. (APEMT. Avulsos. Lata 1890 A).

Ofício encaminhado ao Presidente Antônio Maria Coelho pelo Chefe de Polícia de Santo Antônio do Rio Abaixo, Francisco Agostinho Ribeiro a 22 de outubro de 1890. (APEMT Avulsos. Lata 1891 A).

Ofício encaminhado ao Intendente de Mato Grosso pelo Chefe de Polícia João Carneiro a 16 de novembro de 1892. (APEMT. Avulsos. 1892 A).

Ofício encaminhado ao Presidente do Estado de Mato Grosso pelo Coronel José Alves Ribeiro solicitando a reavaliação de contrato concedido a Mate Larangeira, Mendes e Cia. Aquidauana, 2 de maio de 1905. (APEMT. Avulso. Lata 1905 A).

Ofício encaminhado ao Presidente do Estado pelo Chefe de Polícia de Cuiabá, Inácio Maranhão Rocha Vieira a 2 de abril de 1908. (APEMT. Avulsos. Lata 1908 A)

Ofício encaminhado pelo Superintendente Geral de Empresa Mate Larangeira, Mendes e Cia ao fiscal de extração dos Contratos da mesma empresa a 12 de abril de 1908. (APEMT.

Avulsos. Lata 1908 A).

*Ofício encaminhado ao Coronel Pedro Celestino
Correa da Costa por um Coronel Paraguaio a 2 de setembro de 1912.
(APEMT. Avulsos. Lata 1912 A).*

*Ofício de nº 310 da Capitania dos Portos do Estado
de Mato Grosso ao Presidente do Estado em 18 de julho de 1923.
(APEMT. Avulsos. Lata 1923 B).*

*Ofício da Capitania dos Portos dirigido ao Dr.
Virgílio Correa Filho, Secretário Geral do Estado de Mato
Grosso. (APEMT. Avulsos. Lata 1925 A).*

*Ofício do Interventor Federal à Getúlio Vargas em
29 de Janeiro de 1931. (Avulsos. APEMT. Lata 1931 - 4)*

*Relação nominal de bens da Usina São Gonçalo, 2 de
maio de 1921. Registro 544 a 545 (Cartório do 13º Ofício).*

*Relato do Intendente de Rosário-Oeste em 1910
(APEMT. Avulsos. Lata 1910 B).*

Relatório enviado ao Presidente da Província pelo

Chefe de Polícia de Poconé a 12 de outubro de 1872. (APEMT. Avulso. Lata 1872 A).

Relatório enviado ao Presidente Herculano de Souza Bandeira pelo Chefe de Polícia Joaquim de Souza, a 4 de maio de 1887. (APEMT. Avulsos. Lata 1887 B).

Relatório do Delegado de Polícia de Santo Antônio do Rio Abaixo, a 3 de junho de 1890. (APEMT. Avulsos. Lata 1890 A).

Relatório apresentado pelo Intendente Marciano Antônio de Jesus Nobre a 30 de junho de 1890 ao Presidente do Estado de Mato Grosso. (APEMT. Avulsos. Lata 1890 A).

Relatório apresentado por Antônio Calixto de Moraes, Vice - Presidente da Intendência de Sant'anna do Paranayba a 30 de março de 1891. (APEMT. Avulsos. Lata 1891 A).

Relatório apresentado pelo Chefe de Polícia de Cuiabá Manoel José Murtinho a 25 de setembro de 1891. (APEMT. Avulsos. Lata 1891 A).

Relatório do Secretário de Polícia de Cuiabá João Maria de Souza a 25 de setembro de 1891 ao Presidente do Estado. (APEMT. Avulsos. Lata 1891 A).

Relatório apresentado a Manoel José Martinho da Fonseca pelo Delegado de Polícia de Rosário-Oeste a 3 de outubro de 1893. (APEMT. Avulsos. Lata 1893 A).

Relatório apresentado pelo Vice Intendente de Sant'anna do Paranayba ao Dr. Antônio Calixto de Moraes a 30 de março de 1898. (APEMT. Avulsos. Lata 1898 A).

Relatório apresentado ao Presidente Generoso Ponce pelo Fiscal do Governo na execução de contratos de Mate Larangeira, Mendes e Cia em 15 de maio de 1908. (APEMT. Avulso. Lata 1908).

Relatório do Chefe de Polícia de Ponta Porã João Carlos de Souza Campos ao Intendente Municipal a 19 de fevereiro de 1909. (APEMT. Avulsos. Lata 1909 A).

Relatório apresentado ao Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, a 30 de abril de 1909 pelo Chefe de Polícia de Cuiabá Anibal B. Toledo. (Instituto de Pesquisa Histórica D. Aquino Correa).

Relatório apresentado ao Coronel Pedro Celestino Correa da Costa por Victal Baptista de Araújo, fiscal dos Contratos da Empresa Nervateira de Isnardi Alves e Cia, a 23 de

fevereiro de 1910. (Instituto de Pesquisa Histórica D. Aquino
Correa).

Relatório enviado a Pedro Celestino Correa da
Costa por Victal Baptista de Araujo, Fiscal da execução dos
contratos da Empresa Hervateira Isnardi Alves e Cia, a 29 de
fevereiro de 1910. (APEMT. Avulsos. Lata 1910 A).

Relatório apresentado pelo Prefeito da Capital
Fenelon Muller a 11 de janeiro de 1929. (APEMT. Avulsos. Lata
1929 A).

2) - FONTES IMPRENSAS.

Carta régia de 12 de maio de 1798 sobre a
civilização dos Indios. Cuiabá, Edições UFMT, 1975.

Discurso do Presidente da Província de Mato Grosso
Dr. José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléia
Legislativa Provincial no di 12 de março de 1837. Cuiabá,
Edições UFMT, Sec. da Ed. e Cultura, 1975.

*Documentos Parlamentares. Intervenção nos Estados
Rio de Janeiro. Tipogr. do Jornal do Commercio, 1921, 132 vol.*

*Instruções que há de seguir o Cabo da Bandeira
Antônio Soares de Godoi Mestre de Campo Comandante Francisco
Lopes de Araújo. Vila de Cuiabá 28 de julho de 1771. In:
REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO, Vol. 1 nº 2 setembro
de 1982/ fevereiro de 1983.*

*Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do
Estado de Mato Grosso pelo Vice - Presidente Coronel Generoso
Paes Leme de Souza Ponce em 19 de julho de 1892.*

*Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de
Mato Grosso Dr. Manoel José Martinho à Assembléia Legislativa a
13 de maio de 1894.*

*Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso
Manoel José Martinho à Assembléia Legislativa em 13 de maio
de 1895.*

*Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em
19 de fevereiro de 1896 pelo Exm^o Sr. Antônio Correa da Costa
Presidente do Estado.*

Mensagem do 2º Vice - Presidente do Estado Coronel Antônio Cesário de Figueiredo à Assembleia Legislativa em 1º de fevereiro de 1899.

Mensagem do Presidente Coronel Antônio Pedro Alves de Barros à Assembleia Legislativa em 3 de fevereiro de 1900.

Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso, Coronel Antônio Pedro Alves de Barros à Assembleia Legislativa a 12 de fevereiro de 1901.

Mensagem dirigida pelo Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques à Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1912.

Mensagem dirigida pelo Exmº Sr. Joaquim A. da Costa Marques em 13 de maio de 1913 à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso por D. Francisco de Aquino Correa, Bispo de Prusíade, Presidente do Estado a 7 de setembro de 1919.

Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa ao instalar-se a sua 3ª sessão ordenada da 11ª Legislativa em 7 de

setembro de 1920 por D. Francisco de Aquino Correa, Bispo de Prusiade, Presidente do Estado.

Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa pelo Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, Presidente do Estado a 13 de maio de 1922.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 21 de maio de 1923 pelo Coronel Pedro Celestino Correa da Costa Presidente do Estado de Mato Grosso.

Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Mato Grosso à Assembléia Legislativa Dr. Mario Correa da Costa a 13 de maio de 1926.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo seu Presidente Anibal Toledo a 13 de maio de 1930.

Relatório apresentado por Antônio Ribeiro de Rezende à Assembléia Legislativa Provincial a 19 de março de 1840.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial no ano de 1877 pelo Presidente Hermes Ernesto da Fonseca.

Relatório apresentado por Rufino Eneas Gustavo Galeão à Assembléia Legislativa Provincial no dia 1º de outubro de 1880.

ABREU, Manuel Cardoso de. *Divertimento Admirável para Históricadores observarem as Machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das Usinas de Cuyabá e Mato Grosso.* In: *RIH de São Paulo*, vol. VI, 1900 - 1901.

ALMEIDA, Luis. *memória sobre a viagem do Porto de Santos a cidade de Cuiabá.* In: *ANALIS do Museu Paulista*, 14, 1950.

BUENO, Francisco Antônio Pimenta. *MEMÓRIA Justificativa dos trabalhos de que foi encarregado a provincia de Mato Grosso, segundo instrucções do Ministério da Agricultura.* Rio de Janeiro. Typ. Nacional, 1888.

BADARIOTTI, Nicolau. *Exploração do Mato de Mato Grosso, região do Alto Paraguai e Planalto do Parecis.* São Paulo. Escolas Typograficas Salesianas, 1898.

CAMELO, João Antônio Cabral. *Notícias Históricas da Minas de Cuiabá.* Cuiabá, Edições UFMT, 1975.

CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas
das Minas do Cuiabá e Goiás da Capitania de São Paulo e Cuiabá
que dá ao Reverendo Padre Diogo Soares no ano de 1727. Cuiabá
Edições UFMT, Secretaria da Educação e Cultura, 1975.

CASAL, Manuel Aires. Colômbia Brasileira
Relação Histórica = Geográfica do Reino do Brasil. Rio de
Janeiro. Imprensa Régia Edições Cultura, 1943.

CASTELNAU, Francis de La Porte. Expedições às
Regiões Centrais da América do Sul. São Paulo: Editora Nacional
1949.

CASTRO, João Miguel e FRANÇA, Antônio Thomé.
Descrição Geográfica da Capitania de Mato Grosso. In: ELMH
Brasileiro nº 20 ano 1957.

COELHO, Felipe José Nogueira. Memórias
Cronológicas da Capitania de Mato - Grosso Principalmente da
Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro. In: ELMH
Brasileiro Rio de Janeiro 1850

CORREA FILHO, Virgílio. Indústrias Mato-

Grossenses. Monografias Cuiabanas. Rio de Janeiro. s/ed. 1945.

FONSECA, José Gonçalves da. *Notícia da Situação de Matto Grosso e Cuyabá: Estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes*. In: *Revista Brasileira*, vol 29 ano 1866.

LISANTI FILHO, Luis. *Memórias Coloniais*. (Uma correspondência do séc XVIII), Brasília. Ministério da Fazenda. Visão Editôra, 1973.

MOURA, Gentil de Assis. *O primeiro caminho para as minas de Cuyabá*. Cuiabá, Edições UFMT 1975.

MOURA, Antônio Rolim de. *Correspondências*, 4 vol., Cuiabá, Imprensa Universitária, NDHR, 1980.

ROQUEIRA, J.F. Mello. *Excursão a Mato Grosso*. São Paulo. Poaci Weiss, 1915.

RUPIN, REZENDE. *Reservas de Brasília*. São Paulo CEH. 1939.

ROQUETTE - PINTO, Edgar. *Rondonia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1950.

REGO, Maria do Carmo Nello. LEMBRANÇAS DE Mato Grosso. Rio de Janeiro, Lenzinger, 1897.

SÁ, José Barbosa de. Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos. Cuiabá Edições UFMT, Sec. Ed. e Cultura, 1975.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Memória ou informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso em 31 de janeiro de 1800. Cuiabá, Edições UFMT, 1975.

SIQUEIRA, J. Manuel de. Memória sobre a Decadência das três Capitânicas de Usinas e os Meios de a reparar. In: Comentário. Rio de Janeiro 1972.

SMITH, Herbert H. No Rio de Janeiro a Cuiabá. Notas de Um Naturalista, Rio de Janeiro, Caieiras - Melhoramentos, 1941.

SOUZA, Maria Cecília Guerreiro. Inventário de Documentos Históricas sobre o Centro-Oeste. Cuiabá - FUFMT/NDIHR. s/d. 4 vol.

JORNAIS :

Argus, Cuiabá 13 de abril de 1912.

A Imprensa, Cuiabá 15 de março de 1911.

3 de maio de 1911.

27 de setembro de 1911.

14 de março de 1912.

A Imprensa, Cuiabá 19 de abril de 1911.

24 de janeiro de 1911.

14 de fevereiro de 1911.

21 de fevereiro de 1911.

28 de fevereiro de 1911.

29 de março de 1911.

A Plebe, Cuiabá 7 de julho de 1927.

29 de dezembro de 1927.

11 de janeiro de 1928.

28 de dezembro de 1928.

A Pátria, Corumbá 6 de julho de 1902.

A Reacção, Assunção 20 de junho de 1902.

30 de junho de 1902.

A Semmana, Cuiabá 10 de outubro de 1926.

A Tribuna, Corumbá 3 de abril de 1908.

3 de setembro de 1908.

3 de agosto de 1912.

A Tribuna, Corumbá 14 de agosto de 1912.

13 de março de 1913.

25 de novembro de 1919.

26 de julho de 1921.

Fifó, Cuiabá 26 de dezembro de 1924.

1 de fevereiro de 1925.

O Autonomista, Corumbá 26 de fevereiro de 1909.

O Comércio, Cuiabá 24 de março de 1910.

7 de abril de 1910.

14 de abril de 1910.

28 de abril de 1910.

5 de maio de 1910.

2 de agosto de 1910.

O Colibri, Cuiabá 3 de agosto de 1902.

10 de setembro de 1902.

O Corumbaense, Corumbá 1 de fevereiro de 1881.
17 de fevereiro de 1881.
2 de março de 1881.

O Cruzeiro, Cuiabá 9 de abril de 1908.
16 de junho de 1908.

O Ferrão, Cuiabá 9 de junho de 1926.
20 de março de 1927.
23 de março de 1927.
24 de abril de 1927.
28 de maio de 1927.
24 de novembro de 1927.
17 de março de 1929.
19 de maio de 1929.
30 de setembro de 1929.
8 de dezembro de 1929.
25 de dezembro de 1929.

O Garganta, Cuiabá 5 de junho de 1927.
6 de janeiro de 1928.

O Jornal, Cuiabá 27 de abril de 1922.
17 de agosto de 1922.

O Martelo, Cuyabá 10 de novembro de 1904.

ESTES JORNAIS SE ENCONTRAM MICROFILMADOS NO NDIHR E
NO APEHT.

BIBLIOGRAFIA:

Anuário Estatístico do Brasil, 1983, Tomo IV.

ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial (1500 - 1800)*. Rio de Janeiro, ed. Sociedade. Capistrano de Abreu, F. Brigueit e Cia, 1934.

ALBUQUERQUE, ALAN M. de. e BAIA, Paulo Rogério e Sá Sheila. *As Comunidades Indígenas frente à Expansão da Formação Social Capitalista*. In: *Contracampo*. Ano 1 nº 1, Nov. 1976.

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso Trabalho Escravo. Trabalho Livre. (1850 - 1888)* Brasília, Ministério da Fazenda, Dep. de Administração, Div. de Documentação, 1984.

_____ A propósito do Capital Mercantil em
Mato Grosso (séc. XVIII - XIX). In: Revista Universidade. Cuiabá
Ano I nº 3, set/dez/1981.

ARRUDA, Elmar F. Formação do Mercado Interno em
Mato Grosso. Dissertação de Mestrado. FUC/SP. 1985.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. O Brasil no
Comércio Colonial (1796-1808), São Paulo. Ática. 1980.

_____ Raízes do Industrialismo
Moderno. Tese de Livre-Docência, São Paulo; USP, 1982.

ARRUDA, Terezinha de Jesus. Mato Grosso Colonial:
pistas para uma abordagem alternativa. In: Revista Universidade.
Cuiabá, Ano III, nº 1, Jan/abril, 1983.

ASSIS, Edvaldo de. Contribuição para o Estudo do
Negro em Mato Grosso. Cuiabá, Edições UFMT - PROEDI, 1988.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Uma Negra Bem
Branca. O Negro no Imaginário das Elites século XIX. Rio de
Janeiro Paz e Terra. 1987.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Lógica e Dissonância, Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária*. In: *Revista Brasileira de História* Vol. 6 nº 11, Setembro de 1985/Fev. 1986.

----- *Londres e Paris no século XIX: O Espetáculo da pobreza, vol. Tudo é História, São Paulo Brasiliense, 1982.*

----- *Liberalismo: Ideologia e Controle Social. Tese de Doutorado FFLCH/USP, 1976.*

CALÓGERAS, Paudá. *As minas do Brasil e sua Legislação*. Rio de Janeiro, s/ Ed. 1904, 1905.

CAMARGO, Otávio Goulart de. *A Vadiagem no Brasil*. In: *Investigações*. Ano 1, nº 3 março de 1949.

CANDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1877 - 1944)*. Rio de Janeiro. Difel, 1979.

....., *à República Velha: Instituição e Classes Sociais*. São Paulo, Difel, 1975.

CASTRO, Maria Inês Malta e ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Memória Histórica da Indústria de Malo Grosso Cuiabá*. FIEMT/IEL/UFMT, 1987.

CORREA FILHO, Virgílio. *História de Malo Grosso*. Rio de Janeiro. INL, 1969.

....., *Indústrias Malo Grossenses*. Monografias Cuiabanas. Rio de Janeiro, s/ed, 1945.

....., *à Sombra dos Cruzes Malo Grossenses*. São Paulo, São Paulo Editora Ltda, 1925.

....., *Revendo Cuiabá*. In: *RIHE Brasileiro*, vol. 214.

....., *à Enciclopédia do Epi Pantaneiro*. Rio de Janeiro. Empresa Gráfica Ed. Paulo Fongetti e Cia, 1926.

....., *Eazenda de Gado no Pantanal Malo-Grossense*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1955.

....., A Cata do Ouro e Diamante.
Rio de Janeiro; Editora Pongeth e Cia, 1926.

CORREA, Walmir Batista. Rebelião Cuiabana. In:
Revista de História, nº 101 vol XXVI ano 1975.

..... Coronéis e Bandidos em Mato Grosso
(1889 - 1943) São Paulo. Tese Doutorado.
FFLCH USP, 1981, mimeo.

COSTA Emília Viotti de. Da Monarquia à República.
Momentos Decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977.

DECCA, Edgar de. O Nascimento das Fábricas
Coleção Tudo é História, São Paulo, Brasiliense, 1982.

EISENBERG A, Peter L. Modernização Sem Mudança.
Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

....., O Progresso Econômico e o
Trabalhador Livre Nacional no século XIX. Sugestões para uma
pesquisa. In: Anais do Museu Paulista nº 28, 1977.

ENGELS, Frederick. A Situação da Classe Operária

na Inglaterra. In: Fernandes, Florestan (org.) *K. Marx Engels*. São Paulo. Ática. 1983.

FAUSTO, BORIS. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Rio de Janeiro, Difel, 1977.

FAUSTO, BORIS. *Crime e Cotidiano. A criminalidade em São Paulo*. Brasiliense, 1984.

FAORO, Raymundo. *Os Donos da Edecel. Formação do Patronato Político Brasileiro*, Rio de Janeiro, Globo 1958.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra Trabalho e Edecel*. São Paulo, Brasiliense 1980.

..... *A Subordinação dos lavradores de Cana aos Senhores de engenho. In: Revista Brasileira de História. Terra e Edecel* nº 12. São Paulo, março/agosto/1996.

..... *O Engenho Secreire da Londa, 1622, 1623, Contar, Constatar e Questionar, Dissertação de Mestrado* São Paulo, FFLCH/USP mimeo.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na*

Sociedade de Classes, São Paulo, Dominus, 1965, vol. I e II.

FOUCAULT, Michel. Uralte e Emule, Nascimento da Prisão Petrópoles, Ed. Vozes, 1986.

FRAGINALS, Manuel Moreno. O Ensino. São Paulo. Ed. UNESP. Hucitec, 1988, vol. 1/2/3.

FRANCO, Maria Silva de Carvalho. Os homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo. Ática 1974.

_____ A Organização Social do Trabalho no Período Colonial. In: Trabalho Escravo. Economia e Sociedade. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

HOBSEBAWM E. J. Bandidos. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1975.

_____ Os Trabalhadores. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.

_____ Rebeldes Primitivos. Rio de Janeiro, Zahar 1978.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil 10ª ed., Rio de Janeiro, 1972.

KLEIN, Herbert. S. Os Homens Livres de Cor na Sociedade Escravista Brasileira. Dados Rio de Janeiro. Instituto Universitário de Pesquisa nº 17, 1972.

KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem. A Origem do Trabalho Livre no Brasil, São Paulo Brasiliense, 1987.

LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas Editora Unicamp, 1978.

..... A História Maya. São Paulo. Martins Fontes, 1978.

LENNARD, Alcir. Crise e Mudança da Frente Oeste de Colonização. Cuiabá. UFMT - PROEDI, 1982

..... As Ideias de Moderação. São Paulo. Símbolo. 1979.

..... Terra para quem nela não trabalha a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos

50. In: *Revista Brasileira de História. Terra e poder.* nº 12, São Paulo, 1986.

MARSON, Isabel. Trabalho Livre e Progresso. In: *Revista Brasileira de História.* número 7 março de 1984.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra.* São Paulo, Difel, 1962.

....., *O Progresso Econômico e o Trabalhador Livre, em Fausto Boris, (org). O Brasil Monárquico,* 3a. ed. São Paulo, Difel. Tomo II vol. 3, 1976.

MARX, Karl. *O Capital.* 5a. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.

MELO, Mário de Lacerda de. *A região ribeirinha do Médio Guahá. Estudo de Geografia Humana.* São Paulo. s/ed. s/data.

MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso.* Ed. Ave Maria, 1970.

....., *História Comércio de Mato Grosso.* Goiânia, Ed. Rio Bonito, 1973.

MOURA, Carlos Francisco. *O Teatro em Mato Grosso no século XVIII*. Cuiabá Edições UFMT, 1976.

_____ *O Teatro (Mamorado)*. Cuiabá, Imprensa Universitária UFMT, 1982.

NEVES, Maria Manuela R. Novis. *Elites Políticas Mato-Grossenses - Competição e Dinâmica Partidária - Eleitoral (1945 - 1965)*. Tese de mestrado apresentada ao IUPERJ, 1986.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1779 - 1808)*. São Paulo Hucitec, 1979.

_____ *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XV - XVIII)*. São Paulo. Brasiliense, Caderno CEBRAP nº 17, 1978.

NUNES, Victor Leal. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo. Alfa - Omega, 1975.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios*. São Paulo. Alfa - Omega - 1976.

PENA, Valéria Junho. Mulheres e Trabalhadoras. Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.

PÉROT, Michelle. Os Excluídos da História Operários, Mulheres, Prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. A lavoura canavieira em São Paulo. Exatidão e Declínio (1765 - 1851). São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1968.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (org) Crime. Violência e Poder. São Paulo, Brasiliense, 1983.

POVOAS, Lenine C. O Ciclo do Açúcar e a Política de Mato Grosso. Ed. Autor, 1983.

....., História da Cultura Mato-Grossense. Cuiabá Resenha Tributária, 1982.

PRADO JUNIOR, Caio, Formação do Brasil Contemporâneo. 5a. ed. São Paulo, 1976.

_____ *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo, Brasiliense 1977.

_____ *História Econômica do Brasil*. 16a. ed. São Paulo, Brasiliense 1976.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil (1890 - 1930)*. R.J. Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Fermio. *Elas e Coisas de Nossa Terra*. Cuiabá, Escola Técnica Federal, 1959.

ROSA, Carlos. *O processo de Independência em Mato Grosso e a hegemonia Cuiabana*. Cadernos Cuiabanos 1, 1976.

_____ *O Comércio da Conquista*. In: *Revista Universidade*. Cuiabá, Ano II nº 1 jan/abr/1982,

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. Engenhos Escravos na sociedade colonial, São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *As minas de Cuiabá: Primeiros Tempos*. *Revista Universidade*. Ano II nº1 Jan/abr. 1982. *O Processo Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá UFMT, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. Ueste: ensaio sobre a
erogriedade Pastoril. Rio de Janeiro. José Olímpio. 1941.

SOUZA, Antônio Fernandes de. Antônio Passa de
Santos e a Política de Mato Grosso. Ed. Autor, 1950.

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro:
Pobreza Mineira no século XVIII, Rio de Janeiro. Graal 1982.

TAUNAY, E. Afonso. História geral das Bandeiras
Paulistas, São Paulo, Ed. Museu Paulista, 1949.

THOMPSON, E.F. Tradição, Revolução e Consciência
de Classe. Barcelona, Grijolbo, 1967.

..... À Formação da Classe Operária Inglesa.
Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987 (vol 3).

VOLPATO, Luiza R. Ricci. Cativos do Sertão. Vida
Cotidiana e escravidão em Cuiabá - 1650 - 1888, Tese Doutorado
F F L C H/USP, 1990.

..... À Conquista da Terra no
Universo da Pobreza. São Paulo. Nacitec, 1987.

3) -FONTES ORAIS:

Depoimentos: NDIHR

ABREU, João Francisco de.

Assunto: Trabalhador que fazia entrega de cargas sobre castigos impostos aos empregados da Usina.

Ressaca

Data 24 de junho de 1981 - Cáceres (MT)

Fita 2

ARRUDA, Palmiro Ponce de.

Assunto: Instalações físicas da Usina Flexas, produção, transporte e entresafra.

Cuiabá, 07 de maio de 1980.

Fita 108 B

BENTO, Rafael.

Trabalho na Usina Aricá e Conceição

Local: Santo Antônio do Leverger, 18 de março de 1982.

REIS e SILVA, Benedito - O Fio -

Assunto: Depoimento sobre o período que integrou o Bando de Silvino Jacques.

Miranda, 05 de maio de 1986.

Eita 64

CAMPOS, Gastão Pompeu de.

Assunto: Produção e plantio da Cana.

Cuiabá, 30 de maio de 1980.

Eita 23

SCAFF, Alfredo

*Assunto: Fornecimento e Transporte da Produção
Mato-Grossense.*

Cuiabá, 16 de maio de 1978.